

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL

REVISTA DO INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO DISTRITO FEDERAL

Goiânia-GO
Kelps, 2016

Copyright © 2016 by Vera Ramos et al

Editora Kelps

Rua 19 n° 100 — St. Marechal Rondon– CEP 74.560-460 — Goiânia — GO

Fone: (62) 3211-1616 – Fax: (62) 3211-1075

E-mail: kelps@kelps.com.br / homepage: www.kelps.com.br

Programação Visual: Marcos Dignes

CIP – Brasil – Catalogação na Fonte

BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL PIO VARGAS

RAM	Ramos, Vera et al.
rev	Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal. - Vera Ramos et al. – Goiânia: / Kelps, 2016
	256 p. il.
	ISSN:2525-6653
	1. Artigos. 2. História. 3. Brasília. I. Título.
	CDU:981(81):(051)

Índice para catálogo sistemático:

CDU: 981(81):(051)

DIREITOS RESERVADOS

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito do autor. A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

2016

EXPEDIENTE

Diretor da Revista: Afonso Ligório Pires de Carvalho

Revisão: Tarcízio Dinoá Medeiros

Capa: Oswaldo Sergio (Dinho)

DIRETORIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL

Presidente: Affonso Heliodoro dos Santos

1ª Vice-Presidente: Vera Ramos

2 Vice-Presidente: Osmar Alves de Melo

Secretário-Geral: Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira

1º Secretário: Mercedes Gassen Kothe

2º Secretário: Napoleão Valadares

1º Tesoureiro: Eugênio Pedro Giovenardi

2º Tesoureiro: Tarcízio Dinoá Medeiros

1ª Diretora de Biblioteca: Cleusa Neves das Silva Lopes

2º Diretor de Biblioteca: José Santiago Naud

Diretor de Publicações: Afonso Ligório Pires de Carvalho

Orador Oficial: Fagundes de Oliveira

CONSELHO FISCAL

Titulares:

Lincoln Magalhães da Rocha – Presidente e Roberto Castello.

Suplentes:

Sérgio Mário Pasquali, William Almeida de Carvalho e Márcio Cotrim.

Conselho Consultivo

Adirson Vasconcelos, Alberto Martins da Silva, Anderson Braga Horta, Cleusa Neves da Silva Lopes, Danilo Gomes, Fábio de Sousa Coutinho, José Carlos Brandi Aleixo, Nina Tubino e Paulo Castelo Branco

Comissão de Ética e Admissão

Vera Ramos – Presidente, Anderson Batista de Melo, Anderson Braga Horta, Eugênio Giovenardi, Antônio Temóteo dos Anjos Sobrinho, Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira e Napoleão Valadares.

Comissão de História e Geografia

Albene Miriam Menezes Klemi, Anderson Batista de Melo, Carlos Valoussiére de Castro Brandão, Cristina Maria Costa Leite, Lucília de Almeida Neves Delgado, Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira, Mercedes Gassen Kothe.

Conselho de Preservação de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade - Conbras

Vera Ramos – Presidente, Affonso Heliodoro dos Santos, Carlos Valoussiére de Castro Brandão, Danton Eifler Nogueira, Eugênio Giovenardi, Heliete Bastos, Márcio Cotrim, Osmar Alves de Melo, Paulo Castelo Branco e Tânia Batella.

Equipe Educacional

Alcidea Vieira Coelho, Denise Coelho Silva Rabello, Flávia Maria Wilke Cotrim, Otávio Alves de Oliveira e Telma de Fátima Ferrão de Lima.

SUMÁRIO

- 9 EDITORIAL
VERA RAMOS
- 11 CARAVANA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL
AFFONSO HELIODORO DOS SANTOS
- 23 TENENTE-CORONEL LOUIS FERDINAND CRULS
ALBERTO MARTINS DA SILVA
- 31 POR UMA POLÍTICA DE CIDADANIA: UM ESTUDO DE CASO
SOBRE O “ECOMUSEU DOS CAMINHAMENTOS DO SERTÃO”
ALCIDEA VIEIRA COELHO
- 55 CEM ANOS DE DOMINGOS CARVALHO DA SILVA
ANDERSON BRAGA HORTA
- 71 DONA FLORA MENESES
ANTÔNIO TÉMÓTEO DOS ANJOS SOBRINHO
- 77 JK EM OURO PRETO
DANILO GOMES
- 81 DESAPROPRIAÇÕES EM GOIÁS PARA A CONSTRUÇÃO DE
BRASÍLIA (1955 A 1958)
DARCY DORNELAS DE FARIAS
- 99 LAGO PARANOÁ - A ORIGEM
DENISE COELHO SILVA RABELLO
- 105 DIREITOS INVIOLÁVEIS DA NATUREZA E DIREITOS
HISTÓRICOS DO HOMEM
EUGÊNIO GIOVENARDI
- 113 UM BRASILEIRO NAS ABAS DO MAR DE ATLAS
FONTES DE ALENCAR

- 129 BICENTENÁRIO DE NASCIMENTO DO VISCONDE DE PORTO
SEGURO
JOSÉ ADIRSON VASCONCELOS
- 137 ASPECTOS DA OPERAÇÃO PAN-AMERICANA
JOSÉ CARLOS BRANDI ALEIXO
- 155 ARTE DE FURTAR
JOSÉ CARLOS GENTILI
- 161 O COMETA DE 1941
LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA CERQUEIRA
- 167 AS GLÓRIAS DA FEB
CEL. MANOEL SORIANO NETO
- 181 BREVES NOTAS SOBRE RIOS E REDES HIDROGRÁFICAS DO
DISTRITO FEDERAL
PROF. DR. MÁRIO DINIZ DE ARAÚJO NETO
- 195 FESTA DE CASAMENTO
NAPOLEÃO VALADARES
- 199 EMILIO KEMP LARBECK
NINA TUBINO
- 207 JEITINHOS DE BRASÍLIA
OSMAR ALVES DE MELO
- 213 ORAÇÃO DE RONALDO REBELLO DE BRITTO POLETTI,
NA OCASIÃO DE SUA POSSE NO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL, EM 29 DE SETEMBRO
DE 2010
- 225 BRASÍLIA, PATRIMÔNIO NACIONAL E MUNDIAL
VERA RAMOS
- 231 A VERDADEIRA DATA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
WILLIAM ALMEIDA DE CARVALHO
- 247 O EDITORIAL QUE MUDOU O GDF PARA TAGUATINGA
WÍLON WANDER LOPES
- 253 RELAÇÃO NOMINAL DOS SÓCIOS ACADÊMICOS

EDITORIAL

VERA RAMOS¹

O sétimo número da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal apresenta, como nos exemplares anteriores, estudos, crônicas e artigos diversos de sócios acadêmicos e colaboradores.

O material de excelente qualidade reunido nesta publicação vem demonstrar, mais uma vez, o compromisso do Instituto com a difusão do conhecimento da História e da Geografia do Distrito Federal e do Brasil, com a educação, a cultura e com a preservação da Memória.

O lançamento da Revista nº 7 integra as comemorações dos 52 anos de fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal. É o momento de celebrarmos a data, de nos lembrarmos das muitas realizações da Instituição e de homenagearmos e agradecermos aos que participaram e participam dessa história.

Nesse sentido, no dia 16 de abril deste ano, em solenidade memorável, foram prestadas justas e merecidas homenagens ao ilustre Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, Affonso Heliodoro, grande vulto histórico de Brasília e do Brasil, pelo Centenário de seu nascimento.

Brasília, julho de 2016

1 1ª Vice-Presidente do IHG-DF

CARAVANA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL

AFFONSO HELIODORO DOS SANTOS¹

A Caravana de Integração Nacional foi um feito histórico, — dentre tantos outros havidos na era JK. Período que marcou e sinalizou a preocupação do Presidente Juscelino Kubitschek com o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Foi a realização da grande marcha do Norte e do Sul, do Leste e do Oeste, vencida pela Caravana de Integração Nacional, em direção a Brasília. Coroamento de uma luta travada contra o isolamento em que viviam as várias regiões de nosso país, cada uma amargando suas próprias dificuldades. Minas, São Paulo, Rio e a região sulina, isto é, apenas 1/3 do Brasil, tendo, de certa forma, já alcançado um relativo desenvolvimento, mas isolados da riqueza que se guardava aqui no Centro Oeste.

A Caravana foi o testemunho e a materialização de um ambicioso programa de integração nacional, realizado nos 5 anos do governo JK, com a construção de uma rede viária que compreendia grandes realizações no sistema ferroviário, rodoviário, hidroviário e aeroviário. Era a materialização do sonho de ver o Brasil se dando as mãos, interligado fisicamente em seu imenso território: a “teia de aranha” dos caminhos que iriam unir nossa Pátria.

Era o melhor atestado de que o Brasil havia mudado e estava

¹ Presidente do IHG-DF – Cadeira nº 76
Patrono: Juscelino Kubitschek

dando, realmente, alentados passos no sentido de sua independência política e econômica. Era a realização da integração nacional, a partir da construção de Brasília e a ligação das vastas regiões brasileiras à sua jovem Capital. Realidade comprovada com a marcha pelo Brasil da Caravana de Integração Nacional.

Organizada com a colaboração da Superintendência da Valorização da Amazônia, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem do governo do Estado de Mato Grosso e de vários governadores, coube ao Coronel-Aviador Lino Romualdo Teixeira, subchefe do Gabinete Militar, a supervisão dos trabalhos e ao major José Edson Perpétuo, ajudante de ordens e primo do Presidente, a coordenação.

Constituiu-se, então para o planejamento, a preparação e a execução, a equipe composta pelas seguintes personalidades: Dr. João Ponce de Arruda, governador de Mato Grosso, Dr. Edmundo Regis Bitencourt, Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem; Dr. Waldir Bouhid, superintendente da SPVEA; Coronel do Exército Oscar Silva, da Presidência da República; Major do Exército Leopoldo Freire dos Santos, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; Capitão do Exército Avelino Barreto Henning, do 1º Regimento de Cavalaria Motorizado; Capitão do Exército Milton Ferreira Fortunato, da 1ª Companhia de Depósito de Material de Intendência e D. Yvete Klein de Miranda, da Presidência da República.

A Indústria Automobilística colocou para colaborar diretamente nas tarefas de preparação os seguintes representantes: Sr. Alaric Paris, da Mercedes Benz do Brasil S.A.; Sr. Aloysio Leonardo Guimarães, da S.A. Industrial de Motores, Caminhões e Automóveis Simca do Brasil; Sr. Alvaro de Castilhos Penafiel, também da Mercedes Benz; Sr. A.H. Schultze, da International Harvester Máquinas S.A.; Sr. Christóvão Barreto, da Fábrica Nacional de Motores S.A; Sr. Dagoberto Carneiro Filho, da Vemag S.A Veí-

culos e Máquinas Agrícolas; Sr. Fritz Jensen, da Volkswagen do Brasil Industria e Comércio de Automóveis; Sr. Hercules T. de Clemente, da Mercedes Benz do Brasil S.A.; Sr. Jaime Duarte Guimarães, da Willys Overland do Brasil S.A.; Sr. José Carlos Ferreira, da Ford Motor do Brasil S.A.; Sr. Joseph R. Dent, também da Ford; Sr. Latino Carvalho, da General Motors do Brasil S.A.; Sr. Mário D. Pacheco Fernandes, da Máquinas Agrícolas Romi S.A.; Sr. M. F. Thompson Motta, pelo Sindicato das Indústrias Automobilísticas; Sr. Pedro Leão Veloso Wahmann, da Vemag S.A., Veículos e Máquinas Agrícolas; Sr. Roberto A. da Cunha, da General Motors do Brasil S.A.; Sr. Sakamichi Higashi, da Toyota do Brasil Indústria e Comércio Ltda.

Participaram, ainda, em todas as suas frentes engenheiros, mecânicos, operários jornalistas e aventureiros em geral.

Partindo de quatro pontos distintos do território nacional, a direção dos traçados a serem seguidos pelos componentes foi estabelecida da seguinte maneira:

COLUNA NORTE – saída de Belém rumo a Brasília, passando pelas cidades de São Miguel do Guamá, Estreito, Gurupi, Açailândia, Ceres e Anápolis, percorreu um total de 2.200 quilômetros, composta por sessenta veículos, entre os quais jipes, caminhões e ônibus (150 pessoas).

COLUNA LESTE – partiu oficialmente do Rio de Janeiro, Palácio do Catete, passou por Juiz de Fora, Belo Horizonte, Três Marias, Paracatu e Cristalina e percorreu um total de 1.100 quilômetros.

COLUNA SUL – saiu de Porto Alegre, percorreu nada menos de 2.100 quilômetros, passou por Caxias do Sul, Vacaria, Lajes, Curitiba. De Curitiba, pelas estradas velha e nova, a coluna rumou para São Paulo e passou por Jundiá, Matão e Prata, até Goiânia

COLUNA OESTE – organizada pelo Mato Grosso seguiu rumo a Rondonópolis. Em seu trajeto de 1.300 quilômetros passou ainda por Alto Araguaia, Mineiros, Jataí, Rio Verde, Goiânia e Anápolis.

As quatro colunas atingiram a proximidade de Brasília na jornada no dia 1º de fevereiro de 1960. Ocorreu, então, o encontro da Coluna Leste com a Coluna Sul, a Coluna Norte e a Coluna Oeste. Era a integração nacional.

As colunas, vinda das mais distantes localidades situadas nos quatro pontos cardeais, uniram-se em Brasília para demonstrar aos incréus a viabilidade dos grandes eixos dos quais irromperiam as vias secundárias ainda por nascer. Ao surdir em Brasília, elas confirmavam a posse definitiva de nosso território.

A solenidade do dia dois de fevereiro representa algo mais, demonstrou ao mundo a prestimosidade dos veículos fabricados aqui, aptos a enfrentar em qualquer tipo de vereda, qualquer tipo de terreno, qualquer clima, prontos para servir-nos de instrumentos hábeis à restante tarefa. Nesse dia houve festa, e até missa oficiada pelo Bispo de Bragança.

O presidente Juscelino Kubitschek uniu-se à Caravana de Integração Nacional e entrou em uma Romi-Isetta, com a capota arriada. Em pé, o presidente passou em revista todos os 137 veículos nacionais e recebeu das mãos dos diretores da Mercedes Benz a bandeira do Brasil, passando, então, a liderar a carreata. Foi ainda celebrada pelo arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes, missa de ação de graças ao lado da futura catedral de Brasília. Às cerimônias estiveram presentes, entre outras, as seguintes personalidades: governadores – Roberto Silveira, do Estado do Rio; Bias Fortes, de Minas Gerais, Ponce de Arruda, do Mato Grosso; José Feliciano, de Goiás; Matos Carvalho, do Maranhão; Gilberto Mestrinho, do Amazonas; Hélio Araújo, do Território de Rio

Branco; Cel. Fontenelle de Castro, do Acre; Paulo Nunes Leal, de Rondônia, além do senador Apolônio Sales, do Ministro da Saúde, Sr. Mário Pinoti, do embaixador Hugo Gouthier, do prefeito Sá Freira Alvim, do Distrito Federal, do Sr. Augusto do Amaral Peixoto, presidente da Caixa Econômica Federal e do Ministro Lúcio Meira, presidente do BNDE.

São de JK estas palavras, ditas à chegada da Caravana em Brasília: “Viestes oferecer, aos que precisavam tocar materialmente o milagre para crer, a prova de que este país deixou de ser um conjunto de aglomerados solitários para ser um todo, para constituir uma unidade não apenas em palavras, mas de fato.” E mais adiante: “deixou de ser uma sequência de paisagens de florestas, de rios não aproveitados, um mundo impenetrável, fechado e começou a tornar-se senhor de uma pátria que por fim se ordena.” E mais: “Este é o momento em que devo confessar que me sinto orgulhoso de nosso esforço comum.”

Antes de terminar seu discurso, diria aos abnegados heróis dessa epopeia: “Mas que seria de mim se não tivesse encontrado homens indômitos, mártires até, que permitiram levássemos a cabo a tarefa ingente de rasgar a terra bruta às comunicações. À circulação da vida que nesta terra estua e se afirma? A glória de termos derrubado, com estradas novas, as barreiras que isolavam as partes de nosso País, pertence aos trabalhadores, aos pioneiros, aos bandeirantes modernos.”

A Caravana de Integração Nacional, a maior concentração de veículos em caravana já realizada em todo o mundo, revelou a existência de um novo país que nascia da coragem e do patriotismo de seu povo para ocupar seu lugar definitivo no concerto das nações. Veio mostrar para o mundo que o Brasil deixara de ser um arquipélago e agora era realmente, uma extensão territorial integrada, ligada por rodovias, ferrovias, aerovias e hidrovias que

tinham na Belém-Brasília, estrada Bernardo Sayão, o símbolo da nação nova que surgia depois de quatro anos de trabalho, luta e determinação.

De Belém a Brasília. De Porto Alegre a Brasília. De Corumbá a Brasília. Do Rio de Janeiro a Brasília. Façanha heroica — realizada por JK — integrando as vastidões de um país que se isolava dentro de si mesmo. Depois a ligação com o Acre, tão perto do oceano Pacífico, seria o trampolim para a conquista de novos mercados consumidores da enorme produção agropecuária resultante da ocupação do Centro Oeste. Seis milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados de território, com 92% de área agricultável e a segunda maior bacia hidrográfica do mundo. Adormeciam aqui onde hoje estamos. Recife e Fortaleza, completariam a integração nacional. Grandes rodovias que mudaram o panorama na-





cional. Rodovias feitas por empresas brasileiras, percorridas por caminhões, automóveis e jipes, de fabricação nacional; combustível nacional; pneus nacionais, asfalto, onde havia, nacional. Era o próprio testemunho do surgimento de um país novo, que nascia da coragem e da vontade de seu presidente.

A Caravana venceu distâncias, obstáculos, dificuldades, confirmando a capacidade de nossa gente. Depois de Brasília, a Caravana foi a maior demonstração de que o Brasil era, realmente, capaz de realizar-se como Nação.

Por tudo isso e embora sua eliminação da vida pública de nosso país, JK continua vivo na memória e no coração de seu povo.

Uma única e nobre ambição

Palavras proferidas pelo Presidente Juscelino Kubitschek, em Brasília, no dia 2 de fevereiro de 1960:

“Acompanhei, com emoção, uma a uma, as peripécias das viagens da Caravana de Integração Nacional. Pelo milagre da soli-



dariedade, que nos torna presentes em todos os atos que têm importância para nós, vim percorrendo convosco as estradas que das partes mais distantes e opostas do Brasil nos trouxeram até aqui – bem no coração da Pátria –, a esta cidade prestes a se transformar no centro das decisões administrativas e políticas do Brasil.

Trazidos por estas estradas novas, algumas ainda inacabadas, com os restos da selvagem virgindade da véspera, mas já servindo à unidade nacional, viestes cortando regiões as mais diferentes do nosso território, tangidos pelo mesmo espírito dos desbravadores de outrora. Viestes oferecer, aos que precisam tocar materialmente o milagre para crer, a prova de que este País deixou de ser um conjunto de aglomerados solitários para ser um todo, para constituir uma unidade não apenas em palavras, mas de fato.

Viestes de todos os quadrantes do Brasil para provar que o território brasileiro só agora começa a ser realmente conquistado; que só agora efetivamente o vamos conhecer, e dele extrair tudo o que deve e pode dar. Deixamos de ser uma sequência de paisagens, de florestas, de rios não aproveitados, um mundo impenetrável, fechado e começamos a tornar-nos senhores de uma Pátria que por fim se ordena. Esta é uma hora gloriosa para todos nós, porque nos vamos libertando do jugo de nossa própria grandeza territorial, vamos vencendo tudo, e a tudo estamos impondo a lei da nossa vontade e da nossa civilização. A viagem que acabais de fazer é a libertação de nosso território. O Brasil se desvencilhou de suas prisões, de suas limitações, dos obstáculos e barreiras, empreendeu uma viagem ao encontro da unidade nacional.

Este é o momento em que devo confessar que me sinto orgulhoso de nosso esforço comum. Deus me ofereceu, por um dos seus desígnios indevassáveis que o levam a confiar altas missões às criaturas mais humildes, o comando desta batalha de unir e estreitar os vínculos internos de nosso País. Mas que seria de mim se não

tivesse encontrado homens indômitos, mártires até, que permitiram levássemos a cabo a tarefa ingente de rasgar a terra bruta às comunicações, à circulação da vida que nesta terra estua e se afirma. A glória de termos derrubado, com estradas novas, as barreiras que isolavam as partes de nosso País, pertence aos trabalhadores, aos pioneiros, aos bandeirantes modernos. A enumeração dos quilômetros que percorrestes vale por si só como uma evocação à grandeza – 2.200 quilômetros, os que viestes da nossa querida e bela cidade de Porto Alegre; 2.220, os que partistes de Belém, a graciosa Belém do Norte, para a qual prevejo uma recuperação imediata, um reflorescimento desta vez permanente; 1.200 quilômetros, os que deixastes o Rio de Janeiro – cidade ilustre que durante dois séculos hospedou o governo da República; 1.100 quilômetros os que vos originastes da progressiva e varonil Cuiabá. Esses números dizem tudo – dão uma ideia de nossa extensão, falam melhor do que palavras, do que torrentes de palavras. Já temos uma Transbrasiliana, já é possível viajar por terra de Belém a Porto Alegre – o que equivale a ir de Lisboa a Moscou, ou de Nova York a Califórnia. Digo isto, meus senhores, mais como uma sensação de alívio do que de alegria. É que confesso que demoramos demais a chegar a este resultado. Há mais de cem anos – Fremont realizava a primeira travessia leste-oeste norte-americana, e esta proeza foi considerada tão importante que o herói se tornou o primeiro candidato do Partido Republicano à Presidência da república daquele país. Em 1863 inaugurava-se, nos Estados Unidos, a primeira estrada de ferro ligando o Atlântico ao Pacífico.

Mesmo dando o desconto considerável de nossas condições econômicas e das nossas peculiares dificuldades geográficas, chegamos um pouco tarde demais até aqui. Só ofereço este reparo para não nos deixarmos contagiar pela satisfação demasiada, sempre tão funesta aos países. Deus sabe que podemos ter orgu-

lho de nossa geração, que ela trabalhou e sofreu pela libertação do Brasil – mas devemos manter nítida a consciência de que apenas estabelecemos bases. E que a verdadeira edificação de nosso País só agora começa. Este é o passo inicial que, não sendo necessariamente o maior, é de todos o mais difícil. Mas a esse impulso deve seguir-se uma luta incessante, sem tréguas, para que o Brasil ocupe o seu lugar – o lugar que lhe é devido.

Ao receber-vos, meus patrícios, quero dirigir-me, por vosso intermédio, aos brasileiros de todos os rincões da Pátria. Realizamos apenas as primeiras metas. Guardai bem que é sobre este terreno que deverá erguer-se uma Nação forte. Uma tarefa imensa está à nossa espera, e não nos é dado faltar ao trabalho de soerguimento, sem faltarmos a um dever sagrado a nós mesmos.

Sou um presidente que completará em breve o seu tempo de governo, e em pouco encerrará a sua carreira de homem público. Nada pretendo, a nada aspiro, senão a que sobre um novo espírito e uma nova esperança por sobre a terra brasileira; e que haja uma nova alma, uma só vontade, um único empenho, o de desenvolver o Brasil e de lhe dar uma posição de relevo no mundo. Não aceitamos, não podemos aceitar uma posição secundária na sociedade das nações. Estamos naturalmente fadados à grandeza. Num país com estas dimensões – ridícula é a pequena ambição, a conformidade com o que é medíocre. Que em torno do problema da expansão, do crescimento, do enriquecimento nacional se estabeleça uma só opinião, uma frente sagrada, capaz de impor silêncio aos que se ufanam por quererem que tudo seja pequeno e anêmico.

Brasileiros do Norte, do Sul, do Leste e do Oeste, saúdo-vos comovido e em vós sinto presente a própria Nação brasileira, numerosa, mas unida por uma só alma. Por uma só esperança, por uma única e nobre ambição.”

REFERÊNCIAS

A Caravana de Integração Nacional. Presidência da República. 1960.

Revista *In aller Welt*. Mercedes-Benz. 42. 1960. Ed. Daimler-Benz, Stuttgart-Untertürkheim, Alemanha

Jornal *DC-Brasília*. 2 de fevereiro de 1960.

Revista Nosso Século – 1945/1960 – *A Era dos Partidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

Revista Classic Show. *Caravana de Integração Nacional...* Ano XII. Nº 61. 2012. Pág. 84-89.

http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jk/discursos-1/1960/05.pdf/at_download/file

TENENTE-CORONEL LOUIS FERDINAND CRULS

ALBERTO MARTINS DA SILVA¹

Nascido na Bélgica, em Diest, em 21 de janeiro de 1848, filho do engenheiro civil Philippe Augustin Guillaume Cruls e de Anne Elizabeth Jordens, Louis Ferdinand cursou a Escola de Engenharia Civil da Universidade de Gant entre 1863 e 1868. No ano de 1872, ingressou como aspirante de engenharia militar, nas forças armadas de seu país, servindo como segundo e primeiro tenente, pedindo demissão em 1874, com a idade de vinte e três anos. Interessado pelo Brasil, embarca em 5 de setembro de 1874 com destino ao nosso país, influenciado pelas notícias dadas por amigos brasileiros que conhecera na Bélgica. Na viagem conheceu um outro brasileiro, Joaquim Nabuco, de regresso ao Brasil; bom começo para sua incursão no mundo social e político na nova terra. Em terras brasileiras travou conhecimentos com figuras de destaques como o famoso médico homeopata José Bento Martins e o engenheiro, com curso de ciências políticas e administrativas na Universidade de Bruxelas, Buarque de Macedo, engenheiro da estrada de ferro Pedro II, que, de alguma forma, facilitaram sua aproximação com o Imperador. No Brasil passou a trabalhar como engenheiro da Comissão da Carta Geral do Império, nomeado em

¹ Acadêmico do IHG-DF – Cadeira nº 10
Patrono: Deodoro da Fonseca

27 de junho de 1876, e como adjunto do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro. Nessa época, conheceu a professora carioca Maria Margarida de Oliveira, com quem se casou em 26 de maio de 1876. Louis Ferdinand Cruls, o belga que amou o Brasil.

Luis Cruls foi amigo do Imperador Pedro II, apreciador da astronomia, tendo em 1881, a 12 de fevereiro, assinado a sua naturalização com o nome aportuguesado de Luís Cruls e, em março desse mesmo ano, o nomeou primeiro astrônomo do Imperial Observatório do Rio de Janeiro. Com o afastamento do Diretor do Observatório, Emmanuel Liais, foi interinamente nomeado para substituí-lo, em 1884, ano que viajou aos Estados Unidos para representar o Brasil em Congresso, já um respeitado astrônomo internacional. Em 1889, foi nomeado para lente catedrático de astronomia e geodésia na Escola Superior de Guerra. O trabalho desenvolvido por Luís Cruls à frente do Observatório merece destaque especial dado aos aspectos científicos que o projetaram no mundo. Foi diretor da “Revista do Observatório”, onde escreveu inúmeros trabalhos científicos: na “Revista Brasileira” era o responsável pela Seção Científica, e na “Revista Renascença” deixou suas observações da viagem “Do Rio às nascentes do Rio Javary” e sobre a passagem de Vênus, em 1882. Na viagem em busca das nascentes do Rio Javary, em 1901, foram seus companheiros, o capitão Augusto Tasso Fragoso, o capitão farmacêutico Alfredo Abrantes e o técnico auxiliar Eduardo Chartier, todos ex-integrantes da Comissão Cruls.

Um fato digno de nota é a aproximação que Cruls teve com inúmeras figuras e, em certa época – após a Proclamação da República – ter constado nas listas como “inimigo do regime”, ao lado de personalidades como Barão do Rio Branco, Visconde de Taunay, Machado de Assis, Ruy Barbosa e outras. Lista preparada pelo jornalista Deocleciano Mártir, envolvido na conspiração que

resultou na morte do Marechal Bitencourt, quando do atentado contra o Presidente da República, em 1897, no Rio de Janeiro. A 11ª Região Militar, sediada em Brasília, em 1999, recebeu a denominação histórica “Região Tenente-coronel Luís Cruls” e o respectivo estandarte, em um momento histórico.

O marco mais decisivo e expressivo de sua atuação, foi a criação, pelo Presidente da República, Marechal Floriano Peixoto, da Comissão Exploradora do planalto Central, pela Portaria de número 119, de 17 de maio de 1892, por ele chefiada. A Comissão era constituída de vinte e duas pessoas (núcleo técnico) e um contingente militar (núcleo de apoio e segurança). A partida do grupo ocorreu em 9 de junho, por via férrea, até Uberaba, onde foram completados os aprestamentos necessários, partindo em direção a cidade de Pirenópolis, atingida em 1º de agosto. Cruls dividiu o grupo em quatro Turmas:

Turma Noroeste – Chefiada pelo engenheiro militar Augusto Tasso Fragoso;

Turma Sudoeste – Chefiada pelo próprio Luís Cruls;

Turma Nordeste – Chefiada pelo astrônomo Julião de Oliveira Lacaile;

Turma Sudeste – Chefiada pelo astrônomo Henrique Morize.

É extensa a obra de Dr. Luís Cruls. Ele publicou:

- Organisation de la Carte Geographique et l`Histoire Physique et Politique du Brésil. Rio. 1877.
- Memoire sur Marsteches de laplanète et durrée de la rotation. Rio. 1878.
- Question du méridien de L`Observatoire de Rio de Janeiro. Rio. 1883.
- Methode grafique pour la determination des heures

approcheés des eclipses et lses occultation. Rio. 1888.

- Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. Relatório apresentado ao Ministro da Viação. Rio. 1894.
- Atlas Celeste contendo o aspecto do céu para cada mês na latitude do Rio de Janeiro. Rio. 1886.
- Método para determinar as horas das ocultações das estrelas pela lua. Rio. 1899.
- Relatório da Comissão de Limites entre Brasil e Bolívia. Rio. 1902.

Na *Revista Brasileira* (responsável pela Secção Científica), escreveu:

- O Clima do Brasil. 2º Ano. Tomo oitavo. Rio. 1896.
- Ciclones e tornados. Cometas. 2º Ano. Tomo sétimo. Rio. 1986
- Descoberta do planeta Netuno. Movimentos sísmicos da terra. 2º Ano. Tomo sétimo. Rio.1896.
- Rotação dos planetas Mercúrio e Vênus. 3º Ano. Tomo nono. Rio.1897.
- A paralaxe do Sol. O recenseamento de 1890. 3º Ano. Tomo nono. Rio. 1897.
- Limites com a Bolívia. O Cometa Perrine. 3º Ano. Tomo nono. Rio. 1897
- Os progressos da astronomia em 1897. 4ºAno. Tomo 14º. Rio. 1898.
- A questão de limites chileno-argentino. Couraçados e cruzadeiros. 4º Ano. Tomo 15º. Rio. 1898.

Na *Revista Renascença*, escreveu:

- Do Rio às nascentes do Javary. Ano I. Número 10, Rio. Dez 1904.
- Observação da passagem de Vênus em 1882. Ano 1. Número 6. Ago 1904.

Na *Revista do Observatório*:

- A órbita do Sol. Dezembro 1881.
- A estrela temporária da nebulosa Andrômeda. Fevereiro 1886.
- Relação entre as velocidades parabólicas e circular. Março 1886.
- A meu ilustrado amigo Sr. Dr. Carlos de Laet. Outubro 1886.
- Revista climatológica do mês de dezembro de 1886. Dezembro 1886.
- A variação secular da declinação magnética do RJ. Janeiro 1886.
- A transferência do Observatório. Set/Nov/Dez 1886 e Jan 1887.
- Camille Flamarion. Janeiro 1886.
- C. Tievez. Janeiro 1886.
- O terremoto do dia 9 de maio. Junho 1886.
- Observatório meteorológico da repartição dos Telégrafos. Novembro 1886.
- Ocultação e eclipses: processo gráfico para sua predição. Ago/Set/Out/Nov. 1886 e Novembro 1887.
- Os cometas Fabry e Barnard, Março de 1886
- A luneta astronômica. Novembro de 1887.
- Longitude de Punta-Arenas. Fevereiro 1887.
- Fotoheliógrafo. Novembro 1887.

- Barômetro Diferencial. Agosto 1888.
- Declinação magnética no Rio de Janeiro. Outubro 1888.
- Longitude de Cabo Frio a Santos. Junho 1888.
- Origens dos meteoritos. Jan/Fev/Mar/Abr/ 1889.
- Observatório de Goiás. Fevereiro 1889.
- Sobre os estudos de micrografia atmosférica empreendidos no Observatório Imperial. Agosto 1889. (Apresentado à Academia de Paris. 1899).
- Estabilidade dos anéis de Saturno. Março de 1890.
- João Carlos de Souza Jacques. Setembro 1890.
- *Traité d'astronomie theorique* par Abel Souchon. Dezembro 1890.

No ano de 1894, após o término da Comissão Exploradora do Planalto Central, foi nomeado para chefiar uma nova comissão, a Comissão de Estudos da Nova Capital (1894-1895). Desta feita, Cruls dividiu o grupo em cinco Turmas, integrada por vários membros da comissão de 1892 (Morize, Antônio Cavalcanti, Hussak, Hastimphilo, Celestino Bastos e Eduardo Chartier), apresentando um valioso relatório em 1896. Uma nova designação, em 1901, – Comissão de Limites entre o Brasil e a Bolívia – foi por ele chefiada. Fazia parte da Comissão o seguinte pessoal:

Capitão de Fragata Carlos Accioli
 Capitão de Estado-Maior Augusto Tasso Fragoso
 Major médico Leovegildo Honório de Carvalho
 Capitão farmacêutico Alfredo José Abrantes
 Capitão honorário Eduardo Chartier (técnico)
 Ricardo Veríssimo Vieira (secretário)
 Artur Nogueira (encarregado do material)
 Alferes Artur Cantalice (contingente militar – 50 praças)

A Comissão sofreu, desde o início, a perda de vários membros, vítimas do clima e das doenças. O Major Tasso Fragoso, enfermo, foi transportado para Manaus; Capitão Accioli gravemente doente, também foi transportado para Manaus, onde acabou falecendo, além de várias praças do contingente, vítimas de doen-



ças. Até Luís Cruls, acometido de beribéri, continuou na chefia contrariando seus companheiros que insistiam em seu regresso. Atendido pelo médico da Comissão, doutor Leovegildo, e pelo farmacêutico Abrantes, seu amigo e discípulo no Observatório. Assim, chegou a Manaus, em padiola, sendo transportado para o Rio de Janeiro. Doente, permaneceu de licença, tentando uma recuperação.

O Tenente-coronel Luís Cruls, faleceu em Paris, aonde foi em busca de tratamento, em 1908: a seu pedido, fez questão de ser enterrado no Brasil. Foi laureado pela Academia de Ciências de Paris, com o Prêmio Vaix, de astronomia; pertenceu à Sociedade Real de Geografia de Bruxelas, à Sociedade Húngara de Geografia, à Sociedade de Ciências Naturais de Cherburgo e à Sociedade Universitária de Montevidéu. Em agosto de 1888, foi eleito sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

POR UMA POLÍTICA DE CIDADANIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O “ECOMUSEU DOS CAMINHAMENTOS DO SERTÃO”

ALCIDEA VIEIRA COELHO¹

RESUMO

O Ecomuseu dos Caminhamentos do Sertão enquanto manifestação da comunidade da cidade de Sobradinho/DF expressa toda a dinâmica populacional tanto nos valores políticos, sociais e culturais, quanto nos recursos naturais, considerados todos esses como peças-chave aos bens patrimoniais da cidade. Ele se explica por meio da relação existente entre a sociedade, o poder, a cultura e o meio ambiente como formação de uma conscientização política e do (re)conhecimento do exercício de cidadania de um Brasil que se estabelece na sua diversidade cultural, constituído de atitudes e hábitos representados, muitas vezes, nos movimentos sociais, e estabelecidos no modo de agir a partir do princípio de pertencimento. Muitas ações ocorreram e ocorrem de forma contínua na cidade de Sobradinho/DF, com um propósito de serem transformadas em resultados na melhoria da qualidade de vida e incentivo, como algo que lhes dê forma e vida na identificação de valores que prezam para a herança do seu passado, com atenção voltada numa versão mais aprimorada para as gera-

Professora de Geografia da SEDF

ções futuras. Seu espaço territorial permite experiências, práticas e reflexões do indivíduo na ideologia do ser cidadão, contada nas histórias coletivas por meio de narrativas de vida com a função de orientar o comportamento da sociedade e a atuação do homem com a prática da democracia, com destaque nos estudos da Ciência Política. Os encontros com moradores da região, vinculados ao movimento artístico da cidade e ao Ecomuseu, oportunizaram o aprofundamento do conhecimento político-social e da produção cultural da cidade. Na observação mais detalhada na potencialidade da prática cidadã, por meio da mobilização cultural, faz sentido se reconhecer como estimuladora das ações políticas e ter como resultados exercícios socioculturais da região. A realização do trabalho com a memória, que está intimamente ligada à identidade, traz uma significação às questões levantadas que, muitas vezes, não são percebidas no campo da política e da cultura do indivíduo e da comunidade.

Brasil e sua diversidade patrimonial

Ecomuseus no Brasil

Os Ecomuseus no Brasil tiveram início a partir de uma inspiração de Museus ao Ar Livre, originários da França. Com o decorrer dos anos, foram mudando suas características, muitos foram criados por iniciativa dos próprios moradores, os quais identificaram a importância da preservação de suas histórias e patrimônios. Reconheciam-nos como uma forma de transformação para criação de um espaço que pudesse ser admirado pelos seus moradores e também pelos visitantes de outras regiões.

Os ecomuseus são locais ideais que permitem que a comunidade se sinta representada culturalmente e possa ser valorizada e despontada pelas diversas representações políticas e sociais.

Esses novos museus tornaram-se modernos em termos da metodologia aplicada, visto que para a criação de cada ecomuseu, a própria comunidade define o local, o tema da exposição, o acervo a ser coletado e pesquisado, o mobiliário expositivo, como será o trabalho após sua implantação e, por fim, a avaliação das atividades propostas.

A experiência de ecomuseu começou na década de 1970, na Europa e em diversos países do mundo, inclusive países em desenvolvimento como os da América Latina e África, que aceitaram o novo desafio como inserção de um novo conceito, com novo método de proposta museal. Como exemplo da África, principalmente da Nigéria, as propostas museológicas de participação também foram importantes e adotadas para o processo de constituição do Estado Nacional.

São exemplos de ecomuseus no Brasil², conforme o Sistema Brasileiro de Museus: Itaipu – região oeste do Paraná; Quarteirão Cultural do Matadouro - Ilha Grande, Rio de Janeiro; - Museu do Complexo da Maré – Rio de Janeiro; do Cerrado – Goiás nos municípios de Abadiânia, Alexânia, Águas Lindas, Cocalzinho, Corumbá, Pirenópolis e Santo Antônio do Descoberto, entre outros.

Tomando como exemplo, o Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz foi resultante de lutas, onde o Núcleo de Pesquisa e Histórica e a comunidade de Santa Cruz foram os expoentes do movimento iniciado em 1983.

Outro exemplo refere-se ao Museu Comunitário da Maré, localizado no Complexo da Maré. Este museu foi o primeiro a ser reconhecido como região administrativa do município. Formada por dezessete comunidades cresceu, próxima à antiga região por-

2 Vide Anexo 4 - Relação dos Ecomuseus no Brasil, de acordo com o Sistema Brasileiro de Museus. DEMU/IPHAN.

tuária. O Museu da Maré é considerado o “primeiro museu instalado num local onde a carência é sua marca principal, assim como diversos lugares do Estado do Rio de Janeiro, como também, em todas as cidades do Brasil, dentro de uma favela brasileira”. Fica num galpão de 600 m² cedido pela antiga Companhia Libra de Navegação, há vinte e cinco anos desativado. Muitos objetos que fazem parte do acervo foram doados pelos próprios moradores.

Conforme o olhar de Priosti:

“os museus comunitários e ecomuseus são sensíveis ao patrimônio material e imaterial e às interpretações que lhe possam dar. Foi a partir da militância pela conquista e preservação da dignidade, a solidariedade aos grupos minoritários, encontraram na América, principalmente no México e no Canadá, o local próprio para se desenvolverem” (2004).

Com a globalização ameaçando as tradições, identidade e o patrimônio que a sociedade possui, criam-se alternativas de resistência à perda e caracterização da mesma, contando com o poder das manifestações culturais em locais de luta.

Para o povo, o seu reconhecimento parte da luta pelos seus direitos, pelo reconhecimento dos direitos humanos, expressada em palavras, opiniões, educação básica, moradia, saúde e participação política, e mobilização social. E, conforme a leitura de Toro, “mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados” (1997:7).

A mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade, uma sociedade decide e age com objetivos comuns, buscando, cotidianamente, os resultados desejados por todos.

Participar ou não de mobilização social é um ato de escolha. As pessoas são chamadas e a decisão dependerá das pessoas se verem ou não como responsáveis e capazes de provocar e construir mudanças. Pressupõe uma convicção coletiva da relevância, um sentido de público, daquilo que é melhor para todos.

Dessa forma, o ecomuseu é um local que responde aos anseios da população marginalizada culturalmente e carente socioeconomicamente. Alia os direitos culturais e os direitos humanos básicos à sobrevivência humana. Direitos estes que, muitas vezes, só serão adquiridos em momentos de mobilização social, de transformação e reivindicação, de sua inclusão na condição de dignidade humana.

São fundados nas práticas democráticas do nosso país, que têm como base a política de que todos têm acesso aos ambientes de produção de cultura e criatividade a serem concebidos na prática dos Direitos Humanos, vinculados no Programa Nacional dos Direitos Humanos, o qual rege a garantia do Direito à Cultura e ao Lazer nos arts nº 442, 445 e 449³.

O ecomuseu é uma nova forma de experiência de uma museologia comunitária⁴ adaptada aos princípios e às exigências do desenvolvimento sustentável. Hugues de Varine, precursor da nova museologia, descreveu-o como:

“Uma emanção de comunidade de vizinhança que é, simultaneamente, seu sujeito e seu objeto. Seus princípios são a organização, o método e a pedagogia. É uma

3 Vide Anexo 5 - Programa Nacional dos Direitos Humanos, arts nºs: 442, 445 e 449.

4 Na Declaração de Santiago do Chile, em 1972, faz a relação do papel dos museus na América Latina e relaciona os princípios da nova museologia: a Museologia comunitária retrata o museu como instituição a serviço da sociedade a que pertence e que possui os elementos para participar da formação da consciência das comunidades a que serve; que ela pode contribuir para promover ações nessas comunidades, situando essas atividades num contexto histórico que permita esclarecer os problemas atuais, unindo o passado ao presente, se engajando em relação às mudanças em curso e provocando outras mudanças na respectiva realidade nacional.

instituição que administra, estuda, explora com fins científicos, educativos e culturais, o patrimônio global de uma determinada comunidade, compreendendo a totalidade do ambiente natural e cultural desta comunidade” (Citado por Hugues de Varine em 1976. Let: 2000: 62).

Pode-se dizer que um Ecomuseu é o modelo contemporâneo de Museu, que segue os atuais paradigmas científicos-filosóficos em oposição ao modelo tradicionalista e/ou cartesiano. Neste tipo de museu, membros de uma comunidade tornam-se atores do processo de formulação, execução e manutenção do mesmo, podendo ser, em algum momento, acessorados por um Museólogo .

A evolução verdadeira do que foi chamado, por Hugues de Varine, de Ecomuseu, se deu primeiramente por uma sucessão de práticas para depois ser colocada em palavras por tantos teóricos, a partir das definições de Rivière em sua famosa “Definição evolutiva do Ecomuseu”. Citado por Jean Clair, o Ecomuseu prolonga e reforça as diversas formas de atividade museológica, acrescentando-lhes uma abertura original nunca vista antes. “Museu do espaço e museu do tempo, ele se ocupa de apresentar, por sua vez, as variações de diversos lugares num mesmo tempo, de acordo com uma perspectiva sincrônica, e as variações de um mesmo lugar em diversos tempos, de acordo com uma perspectiva diacrônica” (2000:62).

O autor comenta ainda que:

“Foi a partir de 1936 que Georges-Henri Rivière elaborou os primeiros esboços do que seria futuramente a Ecomuseologia. No início dos anos 1950, definiu a teoria do Ecomuseu. As primeiras realizações práticas aconteceram nos anos 1960. Antes de mais nada, na sua

concepção, está a preocupação ecológica” (op.cit.: 2000: 64).

Já se podia constatar uma preocupação com o meio ambiente desde o surgimento do capitalismo “selvagem” como ameaça, nas décadas de 1960 e 1970, onde os movimentos ecológicos estavam no auge. Em compensação, os diversos tipos de museus que surgiram até então ainda não manifestavam esta preocupação; se conservavam testemunhos do passado, se reconstituíam conjuntos naturais e protegiam micro-ambientes naturais; entretanto eles não interviam diretamente sobre a proteção do meio ambiente natural. Um dos objetivos primordiais do ecomuseu é, ao contrário, agir para proteger estes conjuntos socioambientais.

Esses locais de cultura estão preocupados com o ambiente natural, transformam seus habitantes em atores, num processo de desenvolvimento social, político e de sustentabilidade⁵. São mais do que figurantes, são personagens que atuam na construção de um museu voltado para sua cultura e para o meio ambiente em que está inserido, independente de qualquer visitante.

Como o resultado de uma série de mal-entendidos, pelo que afirma Varine, o termo “Ecomuseu” veio a ser usado tanto para designar esquemas inovadores como para designar projetos convencionais que pretendiam chamar a atenção para o novo vocábulo. Mas, para o autor, isto pouco importaria: museólogos dedicados ao novo movimento facilmente reconheceriam ativistas com ideologias neste sentido e seguiriam a busca por uma “museologia da libertação”, que poderia ajudar comunidades a se encontrarem com elas mesmas e acharem a força e os meios para viver e atuar como agentes dos seus próprios futuros.

5 Sustentabilidade significa promover o desenvolvimento econômico, social, político e cultural, de forma que satisfaça as necessidades básicas com atitudes que protejam o ambiente natural e, igualmente, melhore a qualidade de vida numa perspectiva de distribuição equitativa de riqueza.

Foi em cima dessa perspectiva, que Varine definiu o Novo Museu como:

“(...) diferente do museu tradicional na ênfase dada ao território (meio ambiente ou sítio), em vez de enfatizar o prédio institucional em si; no patrimônio, em vez da coleção; na comunidade, em vez dos visitantes. Em todo caso, foi o território que definiu e comumente nomeou o museu, mais do que o rótulo de “Ecomuseu”. Ele é um estado mental e uma forma de aproximação que acarreta um processo construtivo enraizado no território.” (op.cit, 2000: 66).

Para ele, os museus retratavam ou se comparavam a Museus Clássicos ou Tradicionais como o espaço no qual a museologia buscava transmitir seu ambiente expositivo por meio de Edifício + Coleção + Público e na nova proposta museológica, os ingredientes se expandiram em Território + Patrimônio (Material ou Imaterial) + Comunidade.

Este novo parâmetro de Museu se apresenta como um museu moderno, chamado de “Ecomuseologia, Nova Museologia, museologia comunitária ou museologia ativa, é a única Museologia que dá suporte ao homem para que este se desenvolva em seu meio, de forma sustentável, a partir de suas relações com o Real” (op. cit.:2000: 76).

Os ecomuseus abriram vastas perspectivas para uma nova classe de museus, levando em conta um meio ambiente global do homem e associando o público ao conhecimento e a defesa desse meio. São instrumentos de participação popular no planejamento do território e no desenvolvimento político, cultural e social comunitário. Utilizam, essencialmente, a dinâmica da vida na luta pelo reconhecimento de trabalho, de identidade e de costumes. É um ato de mudança.

Ecomuseu é um conceito que deixa a noção predial e material como essência e passa a ser algo vivo que está dentro das pessoas, se refere a um território carregado de simbologia própria. Essas características colaboram para o desenvolvimento sustentável equilibrado para o local que instala essa nova metodologia.

É poder fazer do passado histórico o presente da comunidade. É ter o domínio de organizar o que foi fragmentado na busca da manifestação de pessoas mais críticas e mais cidadãs na procura de fórmulas mais democráticas nos campos que permitem debates e conquistas de indivíduos mais ouvidos e atendidos pelo Estado.

Dessa forma, busco na Ciência Política como exercício de cidadania, as explicações para a prática do pertencimento por meio das ações que ressaltam o poder da cultura, representada nos espaços museais que contribuem para o fortalecimento da identidade comunitária como um espaço de convivência.

E assim, a partir dessas convicções que criaram conceitos da nova museologia nos tempos contemporâneos, espera-se que essas representações cidadãs comecem a se fortalecer em todo âmbito mundial, em países dos quais os estados de desenvolvimento econômico, político e social não devem permanecer de fora desse processo. Porém, nesse contexto, faz-se necessário que essa nova identidade cultural se encontre presente e tão próxima da nossa realidade. Sendo o fato convicto, trago para essa discussão o Ecomuseu dos Caminhamentos do Sertão, no capítulo a seguir.

Riquezas da cidade: as singularidades de Sobradinho/DF e o Ecomuseu dos Caminhamentos do Sertão

Primeiramente, discorro sobre a história da origem do nome Sobradinho, que oficialmente apresenta duas versões: a primeira, no final do Séc. XVIII, no reinado de Portugal, foi construído um

sobrado como posto de contagem para controlar a passagem do ouro e receber o quinto (imposto pago pelo Brasil durante período de mineração). A segunda, antes de 1850, o Sr. Antônio Gomes Rabelo, um dos primeiros ocupantes da Fazenda Sobradinho, erigiu um cruzeiro como marco de suas terras, sendo que em um de seus braços, uma casinha com dois pavimentos foi construída pela ave João-de-barro.

Já para o historiador Paulo Bertran, o nome Sobradinho tem outra versão. Foi a partir de vários estudos que descobriram um trecho de doze quilômetros da antiga Estrada Real. Ela passa paralela aos quatro parques de Sobradinho⁶. Pesquisas realizadas verificaram que há conexões histórico-culturais entre as cidades de Formosa e Corumbá, num trecho aproximado de 150 km, abrangendo os municípios de Padre Bernardo e Cocalzinho – GO.

A história da Estrada Real visava retratar que por lá existiam as principais jazidas no Brasil, descobertas entre 1694 e 1730, resultante das famosas “Picadas”. Pessoas de diferentes lugares saíam à procura do melhor caminho para chegar ao sertão de Minas e estabeleceram uma complexa conexão socioeconômica entre Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e os centros criadores de gado do Rio São Francisco.

O elo dessa conexão eram as “Picadas”, ou seja, estradas que foram improvisadas por garimpeiros, pecuaristas, mascates e as pessoas que aportavam do sertão.

No entanto, o Fisco Português, preocupado, assumiu o controle dessas estradas oficializando-as como Estradas Reais, mais conhecidas como Estradas dos Currais. As Picadas da Bahia foram oficializadas por Dom João V e redescobertas por Paulo Bertran, em meio às suas pesquisas (ECO MAGAZINE, 2006:18). O documento é um roteiro de Dom Luiz da Cunha Menezes, que

6 Vide Anexo 4 - Parques Ecológicos de Sobradinho/DF.

elaborou, detalhadamente, o caminho da cidade da Bahia para a Vila Cachoeira e desta para Vila Boa, então capital de Goiás. Esse caminho bifurcava-se. O primeiro seguia para São Francisco, percorrendo várias cidades mineiras, encontrando-se com as Picadas de Goiás até Luziânia-GO. O segundo seguia o rio Carinhonha, passando por cidades goianas até chegar à Vila Boa. Para chegar a Picadas de Cachoeira, a saída era da cidade histórica de Cachoeira – BA até o rio Contas, local de mineração, e seguia por outro caminho ao norte de Minas Gerais, tomando rumo sudoeste.

O Trecho Vale do Paranã, em Formosa-GO, têm vestígios naturais e culturais os quais se encontram sítios arqueológicos, cachoeiras e comemora-se a Festa do Divino. O Trecho das Águas Emendadas em Planaltina – DF apresenta o fenômeno de águas emendadas, as bacias dos Rios Maranhão e São Bartolomeu, inúmeras lagoas, o Vale do Amanhecer, e a Pedra Fundamental que marca o centro do País.

No Trecho Chapada da Contagem, em Sobradinho – DF, com inúmeras fazendas históricas, a região do Pólo de Cinema e as paisagens da Serra da Contagem, localizava um importante posto de arrecadação de impostos no período imperial.

O retrato da história da ocupação do Cerrado, que foi remontada a milhares de anos, condiz com grande movimento de vários povos que passaram e deixaram suas marcas. A ocupação econômica aconteceu com o avanço da colonização da Coroa Portuguesa que, aos poucos, estabeleceu cidades em torno da exploração dos recursos naturais do planalto brasileiro. Esta ocupação tomou outras dimensões com a construção de Brasília nos anos 1960, onde grandes áreas de antigas fazendas foram ocupadas sem que fossem preparadas sustentavelmente para as novas populações, até porque nessa época não havia uma preocupação com a utilização fundamentada nos moldes ambientalistas da atualidade.

O norte do Distrito Federal, ao apresentar suas paisagens, partes altas do Planalto Central, caracteriza uma região tipicamente de nascentes que fazem parte de uma rica rede de drenagem que deságua em três grandes bacias hidrográficas: Amazônica, São Francisco e Prata, que contribuem significativamente para a sustentação de diversos ecossistemas nestes três distintos biomas. Esse cenário é composto por uma grande área verde, muito arborizada e com temperaturas agradáveis quase o ano inteiro.

Sobradinho, Região Administrativa V do Distrito Federal, tem como vizinhos o estado de Goiás e as Regiões Administrativas de Brasília, Brazlândia, Lago Norte, Paranoá e Planaltina. No período de 1956 a 1960, no início da construção de Brasília, seus primeiros moradores vieram da Vila Amauri, do Bananal e das ocupações próximas à Vila Planalto. No local dessas ocupações foi determinada a construção do lago artificial Paranoá e fez-se necessária, na época, a transferência dessas famílias às cidades que estavam sendo criadas para abrigar os operários e acampamentos formados próximos às obras do Plano Piloto.

A cidade cresceu e, com o passar do tempo, seu projeto inicial como área urbana foi alterado, expandido pela pressão do crescimento populacional. Assim, criou-se o Setor de Expansão do Setor Oeste de Sobradinho, hoje conhecido por seus moradores como Sobradinho II, que inicialmente abrigou a população que vivia aos arredores do Ribeirão Sobradinho e do Lixão, no período final da década de 1980.

Foi a partir dos anos de 1980 e 1990 que os movimentos de conscientização cresceram e buscaram garantir melhores condições de vida para as nossas novas gerações. Dessa forma, foram instituídas áreas de preservação para garantir a sobrevivência de mananciais e a preservação de espécies características do bioma cerrado.

Como resultado desses anseios e lutas, com preocupação inicialmente ambiental, a história do Ecomuseu dos Caminhos do Sertão naturalmente cresceu como espaço de produção de ações educacionais, culturais e políticas. A proposta inicial foi a organização ecológica do Vale da Contagem, onde vivem mais de duzentas mil pessoas em volta dos quatro parques ecológicos: Parque Recreativo e Ecológico Canela de Ema, Parque Vivencial Ecológico de Sobradinho/Horto Florestal, Parque Ecológico Jequitibás e Parque Vivencial Sobradinho Dois que necessitam de investimento em suas estruturas e, por isso, não estão preparados para uso da comunidade, principalmente por estarem localizados em ambientes urbanos, por sofrerem grande pressão social e constantes ameaças com o uso impróprio, falta de orientação e acompanhamento.

Uma das várias preocupações da população da cidade é com o Ribeirão Sobradinho, que faz parte da importante rede de drenagem e, apesar de não abastecer a população com água potável, dilui efluentes e segue curso para preencher a vazão de rios caudalosos. Seis nascentes deste córrego e um viveiro do Horto Florestal encontram-se no interior do Parque Vivencial Sobradinho/Horto Florestal.

Para José Ivacy, em entrevista a Revista Eco Magazine:

“É fundamental que se cuide das nascentes, uma herança que está preservada para nós, e que não aprendemos sua importância na escola. Então, estamos num momento anterior, compreender e passar para as outras pessoas, chegando às crianças. Daqui a dez ou quinze anos, teremos uma postura diferente com a questão” (op.cit., 2006:12).

Em Sobradinho II, no Centro de Ensino Fundamental 8, onde estudam jovens moradores dos arredores do Parque Ambiental Canela de Ema, os professores, em umas das reuniões pedagógicas no ambiente escolar, iniciaram um trabalho multidisciplinar com conteúdos das disciplinas de História, Meio Ambiente, Geografia e sobre o território de ocupação da cidade, que foi o principal estímulo para que pudessem estar integrados à consciência política e à construção de práticas educativas ambientais e urbanísticas da região, próxima à escola e de moradia de seus alunos.

Inicialmente, o assunto ecológico foi o tema “Abraço à Lagoinha do Parque Ambiental Canela de Ema”, localizado próximo à escola, que se encontrava naquele momento, no início do período escolar de 2005, muito poluído.

Nessa região, foram criados quatro Parques Ambientais. Os educandos observaram mapas e percorreram trilhas que faziam interligações do Ribeirão Sobradinho aos Parques Ecológicos: Vivencial Sobradinho/Horto Florestal, Jequitibás, Vivencial Sobradinho II e Canela de Ema; juntamente com os corredores naturais da cidade. Os alunos trabalharam em campo e registraram tudo o que deparavam e que pudessem remeter ao tema.

A partir dessas práticas pedagógicas, foi realizado o 1º Fórum de Educação Ambiental do Vale da Contagem, nos dias 17 e 18 de novembro de 2005, no auditório do Ministério Internacional Batista do Avivamento – MIBA, em Sobradinho. O objetivo desse Fórum foi a compreensão integrada do meio ambiente ao Vale da Contagem e o enraizamento da Educação Ambiental para a comunidade e na cidade. O resultado foi apresentado por meio da produção de trabalhos artísticos e expressivos como a pintura plástica, o grafite e uma construção de maquete, realizados pelos alunos da Escola. A partir desse evento, foi criado um espaço de

encontros, interações e troca de experiências entre educadores e instituições ambientais do Centro-Oeste.

Posteriormente, ocorreu o I Seminário do Ecomuseu dos Caminhamentos do Sertão, em junho de 2006, no Teatro Nacional Cláudio Santoro, em Brasília/DF. Esse seminário teve como objetivo sensibilizar a população do DF para a importância da criação de um espaço museal que remetesse à história inicial da cidade e ao rico patrimônio dessa comunidade. Contou com a participação de autoridades governamentais, professores, coordenadores da rede de ensino público, artistas, estudantes universitários e sociedade civil. Após o Seminário, realizou-se também, o II Encontro de Educadores Ambientais do DF e Entorno, em novembro do mesmo ano.

Para difundir o trabalho do Ecomuseu, outras atividades variadas foram realizadas periodicamente, como a cavalgada nos doze quilômetros da Estrada Real, para mostrar os problemas e o potencial para as pesquisas, as características do cerrado, levantamento histórico de como era a vida dos grupos que passavam por essa região e, também, muitas visitas às nascentes.

Conforme José Ivacy, na mesma entrevista, os quatro Parques Ambientais da cidade estão interligados pelo Ribeirão Sobradinho e seus braços à bacia do Rio São Bartolomeu, dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) do Planalto Central. Os parques são cercados também pela APA da Cafuringa e pelas Reservas Biológicas da Contagem e Estação Ecológica de Águas Emendadas, que estão entre o Parque Nacional de Brasília e a Chapada dos Veadeiros, em Goiás.

José Ivacy considera que:

“Os Parques não poderiam ser vistos de forma separada, eles são naturalmente interligados ambientalmente

e historicamente a um passado imemorial de ecossistema frágil e que está sendo destruído antes de ser conhecido, por isso o núcleo de estudo do Vale da Contagem passou a ter o objetivo de estimular a construção de um ambiente sustentável em torno desse corredor ecológico e muita forma de estudar a história da ocupação humana local” (op.cit. 2006:18).

O Ecomuseu dos Caminhamentos do Sertão é uma proposta com visão de futuro. É um projeto de construção coletiva que deseja ter um ambiente equilibrado para as gerações que virão. É um instrumento de desenvolvimento comunitário que visa ao conhecimento e à valorização dos agentes do patrimônio natural, histórico e cultural do Vale do Ribeirão Sobradinho. É um ambiente delicado, onde se considera que todos são agentes e não somente visitantes. É um exercício de cidadania que visa à construção da identidade, por meio de um profundo senso de lugar e de continuidade histórica.

Para Wagner Santana, também “o Ecomuseu prima pelo bem que é imaterial, a cultura, a tradição, a forma artesanal de se fazer as coisas, o modo de vida do lugar que deve ser preservado. Sobradinho preservou suas serras e os caminhamentos que escondem histórias.” (op.cit. 2006:18).

Para José Ivacy:

“Esses caminhos começaram a ser feitos pelos animais e pelos paleoíndios ou índios americanos, que habitaram essa região há mais de doze mil anos e bem mais tarde foram utilizados pelos colonizadores. A intenção é trabalhar esses conceitos, contar essa história para a nossa geração, um elemento histórico forte que não estudamos na escola e que entendemos que é direito das

crianças saberem para que possam desenvolver uma identidade do lugar e compreenderem que hoje temos um local abandonado, mas com nossa capacidade de organização e criação de novas alternativas, podemos visualizar um projeto de futuro diferente para o lugar.” (op.cit. 2006:19).

O Ecomuseu dos Caminhamentos do Sertão trabalha com o resgate histórico, com a ética sertaneja. Acredita-se que nesse trabalho esteja representado na vida dos moradores e que trás, por meio de obras artísticas, o estímulo na construção de uma simbologia e de um imaginário. São fotógrafos, artistas plásticos, músicos, ativistas e moradores tradicionais que conduzem as informações às novas gerações e a incitação para o reconhecimento cultural da cidade.

O Ecomuseu, como agente promotor da história e da cultura, visa a reunir registros documentais, fotográficos, publicações, objetos, projetos e trabalhos artísticos que possam contribuir para a transformação da área em local de pesquisa, preservação e exposição, não tem o intuito de poder absoluto das produções, mas sim ser facilitador do movimento artístico da comunidade como resposta a um discurso contra-hegemônico.

Descrevo-o como um grupo de pessoas que estão preocupadas com as questões ambientais, culturais, sociais e políticas, sensíveis aos problemas da região como: poluição do ar, poluição dos mananciais, desmatamento de áreas verdes e da paisagem que compõem o cenário da cidade, a construção de áreas de lazer e de cultura, a saúde, a educação e a alimentação, como também um elemento que visualize a prática turística.

É um instrumento que desenvolve poder para uma população na fabricação e na exploração de seus saberes, de suas com-

petências, que visa a propor ações concretas numa luta de organização espacial urbana mais humanizada, menos agressora e mais democrática. Possibilita formar cidadãos conscientes do papel de conquistador do espaço de decisão e do espaço convencional de vivência coletiva e individual.

O Ecomuseu mostra-se em processo de desenvolvimento político, cultural e socioambiental. O Ecomuseu dos Caminhamentos do Sertão é uma entidade que ainda não foi instituída como um ecomuseu como pessoa jurídica e em cartório, o que não deixa de legitimar suas reuniões e práticas, que são periódicas, conforme o tema que se queira discutir, e em locais que permitem a viabilidade desse processo.

As pessoas que participam das reuniões do Ecomuseu dos Caminhamentos do Sertão não são somente as que estão engajadas ao movimento, são também outras que contribuem para o desenrolar das reivindicações. Essas assembleias são registradas em um livro de ata, no qual são anotados as questões e os encaminhamentos determinados.

Os participantes mais frequentes são em torno de quinze pessoas, que comparecem conforme a temática e a pauta a ser discutida em reuniões previamente agendadas. As atividades profissionais são diversas entre o grupo, participam profissionais de educação, líderes comunitários, artistas plásticos, escritor, poeta, turismólogo, entre outros.

As reuniões normalmente acontecem a cada quinze dias, mas não de forma rígida, podendo ocorrer com lapsos de tempo maiores ou menores, conforme a urgência de atuação que se apresente. Esses encontros são marcados ao final de cada reunião e normalmente são distribuídas as ações a serem providenciadas por cada integrante. Nesses momentos, são discutidos vários apontamentos, por exemplo, a participação dos integrantes

em evento em comemoração ao aniversário da cidade, em outras ações e manifestos que precisam ser organizadas em locais que tenham visualização, para que o ato chame atenção da população ou dos governantes da cidade com o intuito de focalizar algum problema ocorrido, e em alguns outros planejamentos.

Alguns movimentos já ocorreram em anos precedentes como: Ato Cívico pela implantação do Parque Recreativo e Ecológico Canela de Ema, em junho de 2005; o I Fórum de Educação Ambiental do Vale da Contagem, em novembro de 2005; Seminário Ecomuseu dos Caminhamentos do Sertão, em junho de 2006; Encontro de Lideranças, em março de 2007; o III Abraço da Lagoa do Parque Canela de Ema, em julho de 2007; IV Abraço a Lagoa do Parque Canela de Ema, em agosto de 2008; e previsão do II Fórum de Educação Ambiental para o segundo semestre do ano corrente.

Nem todas as reivindicações foram alcançadas e cumpridas, mas tornaram-se mais importantes como movimentos que, mesmo sendo de uma pequena parcela da população, demonstram que há um desconforto e permite sensibilizar para as questões políticas, sociais, ambientais e culturais, em consonância com o local.

Atualmente, o grupo vem ampliando suas ações e adesões dos sujeitos que vislumbram pela qualidade de vida, tanto dos moradores como da cidade. São esses trabalhos que mobilizam a implantação do Ecomuseu, representado e afirmado como agente político-social em processo de desenvolvimento.

Por meio dos registros das entrevistas feitas com os moradores antigos e recentes, são apresentados em suas histórias os relatos da forma como chegaram à cidade e quais os momentos marcantes vividos nessa trajetória histórica e cultural. Trago a tarefa de buscar na memória, a essência da identidade do local e o

fortalecimento patrimonial, que são as bases para o fundamento dessa museologia comunitária.

Desejo ressaltar nesse trabalho, a lembrança da cidade no passado, como se via e como sentia o olhar das primeiras construções, e como os objetos podiam valorizar a expressão do sentimento para com a cidade. Um objeto, por simples que seja, é portador de valores que não escapam ao olhar do cidadão, e permite que gerações posteriores à sua possam usufruir desse mesmo sentimento de pertencimento e respeito, e também, compreender que o espaço pode representá-lo.

Os moradores e seus coadjuvantes vêm à cidade de Sobradinho com olhar de admiração. A cidade torna-se ainda mais sedutora na medida em que os moradores a conhecem melhor. É como um espelho no qual a comunidade possa se olhar e reconhecer o território onde vive, onde viveram as populações precedentes, na descontinuidade ou na continuidade das gerações. Que essa população mostre aos visitantes, o respeito ao seu trabalho, demonstre seus comportamentos e sua intimidade, juntamente com privilégio de pertencer a um local de belíssima paisagem natural e bagagem cultural.

Fatos estes são relatados nas falas de seus moradores os quais foram registrados por meio de entrevistas que subsidiaram a análise do presente trabalho. São registros que ficarão para a história da cidade e suscitam a valorização dos personagens na promoção de reconhecimento do passado, na busca de caminhos com melhores opções de qualidade de vida para o futuro.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. *O que é política?* 5ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BARRETO, Margarida. *Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento*. São Paulo: Papirus, 2000.

BARROS, Sullivan Charles. *Brasil Imaginário: umbanda, poder, marginalidade social e possessão*. Tese de Doutorado em Sociologia. Brasília: Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 2004. 346 p.

BENEVIDES, M.V. *Cidadania e direitos humanos*. In: Carvalho, J.S. (org.). Educação, cidadania e direitos humanos. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Volumes I e II. 7ª edição. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1995.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio Histórico e Cultural*. São Paulo: Aleph, 2002.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2004 pag. 47.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CHAGAS, Mário de Souza. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*. Chapecó: Argos, 2006.

CHAUÍ, M. *Cidadania Cultural. O direito à cultura*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson e NOGUEIRA, Marco Aurélio (orgs.). 2ª edição. *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____ e TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). *Ler Grams-*

ci, *entender a realidade*. Artigo de BUEY, Francisco Fernández. *Gramsci no mundo de hoje*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DAGNINO, Evelina. *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. Editora Paz e Terra. Capítulos 1, 3 e 8.

_____ *Os movimentos sociais e a construção da democracia no Brasil: Tendências recentes*. UNICAMP. São Paulo. Brasil.

FUNARI, Pedro Paulo e Pinsky, Jaime (orgs.). *Turismo e Patrimônio Cultural*. 3ª edição. São Paulo: Contexto, 2003.

GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da Terra*. 5ª edição. São Paulo: Peirópolis, Capítulo 5, págs. 128- 146, 2000.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos*. 4ª edição. São Paulo: Loyola, 2004.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GUEVERA, Arnaldo José de Hoyos e outros autores. *Conhecimento, cidadania e meio ambiente*. São Paulo: Pierópolis. Série temas transversais; v. 2. 1998.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. *Educação Patrimonial: orientações para professores do ensino fundamental e médio*. Porto Alegre, RS: Manerco Livr. & Ed., 2004.

MAAR, Wolfgang Leo. *O que é política?* São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção primeiros passos, 54).

MINAYO, Maria Célia de Souza (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 25ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MINC, Carlos. *Como Fazer Movimento Ecológico e Defender a Natureza e as Liberdades*. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1987.

MINISTÉRIO DA CULTURA, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Nacional de Arte. *O Registro do Patrimônio Imaterial*. 2ª edição. Brasília: 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade/ Secretaria de Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*. Brasília: 2007.

_____ *Programa ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade. Relações étnico-raciais e de gênero*. Módulo 3: Direitos Humanos e Módulo 4: Protagonismo juvenil. / organização FAFE – Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (USP), equipe de elaboração Ulisses F. Araújo. Brasília: 2007.

MATTELART, Armand. *Mundialização, cultura e diversidade. Imaginário e Diversidade*. Porto Alegre: Revista FAMECOS, nº 31, quadrimestral, dezembro 2006. pág. 12-19.

PRIOSTI, Odalice Miranda. *Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz, conflitos e convergências: a construção da autonomia*. Texto apresentado no III Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários/ X Atelier Internacional do MINOM – Santa Cruz. Rio de Janeiro: janeiro de 2004.

REVISTA ECO MAGAZINE. Ano 1, Edição 1, 2006, pág. 18.

_____ Edição 3, 2006, pág. 12.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2003 (Coleção primeiros passos, 110).

SCHEINER, Teresa Cristina (coord.). *Interação museu: comunidade pela educação ambiental*. Rio de Janeiro: Tacnet Cultural, 1991.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SOUZA, Jessé. *Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora UnB, 2001. Capítulo

8: Cidadania, Direitos e Modernidade, página 213, José Maurício Domingues.

TEIXEIRA, João Gabriel L, C., et al (org.). *Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradiconalização*. Brasília: ICS – UnB, 2004.

TORO, A., José Bernardo e WERNECK, Nísia Maria Duarte. *Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Secretaria de Recursos Hídricos, Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior - ABEAS, UNICEF, 1997.

VASCONCELOS, Camilo de Mello. *Turismo e Museus*. São Paulo: Aleph, 2006. (Coleção ABC do Turismo).

VARINE, Hugues. *O Ecomuseu*. Revista Ciência Let, Porto Alegre, n. 27. p. 61-90, jan/jun.2000.

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e Globalização*. RJ: Record, 1997.

Sites:

www.sc.df.gov.br – Patrimônio Histórico, em 10/06/07.

www.dhnet.org.br - Arte e Cultura, em 23/09/07. Programa Nacional dos Direitos Humanos.

www.google.com.br – Enciclopédia Wikipédia. Biografia de Antonio Gramsci – Acesso em 15 de junho de 2008.

www.google.com.br – VIOLA, Eduardo J. *O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à Ecolítica*. Acesso em 24 de março de 2009.

WIKIPÉDIA. Desenvolvido pela Wikimedia Foundation. Apresenta conteúdo enciclopédico. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ecomuseu&oldid=14226914>>. Acesso em 11 de março de 2009.

CEM ANOS DE DOMINGOS CARVALHO DA SILVA

ANDERSON BRAGA HORTA¹

Dados Biográficos

Vivo fosse, estaria completando um século o poeta de *Rosa Extinta, Praia Oculta e A Fênix Refratária*. Nasceu em berço luso, na cidade de Vila Nova de Gaia, fronteira à do Porto, com a qual divide as margens do Rio Douro em sua foz. Algumas fontes o dão como oriundo da aldeia de Leiroz, ao sul do Porto; outras por nascido em Corveiros, Porto. Não sabemos o porquê dessas variações, que giram todas em torno às cidades fronteiriças; no último documento de identidade do poeta, tirado em Brasília, em 1966, consta apenas como brasileiro naturalizado, nascido em “Portugual” (assim mesmo, com essa horrenda cacografia); sabemos, porém, que ele se afirmava gaiense de Pedroso, antiga freguesia do concelho de Vila Nova de Gaia, conforme o resumo biográfico de *Múltipla Escolha*, que podemos considerar seu livro mais importante, já pelo caráter de seleção definitiva que parece emergir da edição (José Olympio / INL, Rio / Brasília, 1980), já pelo fato de ser o que, finalmente, permite visão de conjunto de sua obra poética (Diana Bernardes, em “Poesia Passada a Limpo”, estudo introdutório).

¹ Acadêmico do IHG-DF – Cadeira nº 46
Patrono: Medeiros e Albuquerque

Cursou o primário no Porto. No Brasil, na cidade de São Paulo, para onde se mudou a família em 1924, continuou seus estudos. Tinha, então, os seus nove anos de idade, nascido que fora em 21 de junho de 1915.

Cursa, entre 1933 e 1937, a Faculdade de Direito de São Paulo. Acadêmico ainda, começa a desenvolver intensa atividade, especialmente como criador e diretor de periódicos. Formado, advoga e leciona. Em 1941, já casado e pai, ingressa por concurso no Ministério da Agricultura, passando a residir em Botucatu. Nesse mesmo ano, sete após a primeira publicação de um poema (no periódico estudantil *O Progressista*), vê duas de suas composições incluídas na antologia *Poemas sob as Arcadas*, organizada pelo futuro líder político Ulysses Guimarães. Nos anos seguintes, colabora no *Correio Paulistano*, faz amizade com Mário de Andrade, relaciona-se com o mundo literário, exerce o jornalismo como noticiário e cronista político, participa na fundação do Clube de Poesia de São Paulo. A partir de 1954 essas atividades se incrementam: integra a Comissão Organizadora do Primeiro Congresso Internacional de Escritores, torna-se membro da Comissão Estadual de Literatura (que virá a presidir), pronuncia conferências e participa em congressos de literatura, filosofia, estudos luso-brasileiros e crítica literária, bem como nas comemorações do centenário de morte de Castro Alves.

Destacamos, desse período, a organização, em 1948, do I Congresso Paulista de Poesia, no qual apresenta a tese “Há uma Nova Poesia no Brasil”, tornando-se um dos proclamadores da Geração de 45, cuja denominação, aliás, lhe é devida. Essa poesia caracterizava-se pela procura de nitidez, desdenhada a anedota e a falta de comedimento, na palavra de Péricles Eugênio da Silva Ramos, que alude também ao não cogitar “de repetir modelos ultrapassados, mas de criar novas formas de expressão, embora

rigorosas”. O movimento, compreendido pelo mesmo Péricles Eugênio como “fase construtivista” do Modernismo e chamado de Neomodernismo por Alceu Amoroso Lima, teve afinal largo espectro, “rico de tonalidades e nuances, de vozes originalíssimas”, algumas atentas às “exigências da rima e métrica”, outras tendentes ao hermetismo, terceiras à “poesia clara” defendida por Geir Campos, outras ainda de inclinação social e política, tudo isso lembrado por Milton de Godoy Campos, que anota ainda a “sobrevivência do Surrealismo, não como processo (que já pertence a uma fase da história da poesia)”, mas por ter incorporado “definitivamente à expressão poética as uniões inesperadas de termos, justaposições absurdas de palavras, contudo carregadas de força lírica e capazes de transmitir mais verazmente a linguagem mágica do poeta”. Assinalemos que por todos esses caminhos transitou a poesia de DCS, de grande “riqueza temática e formal”. Milton refere-se ainda a uma vertente mística; a esta, entretanto, não se inclinou Domingos. (Ver, a propósito, de P.E.S.R. *Poesia Moderna*, pp. 31 e ss. – Melhoramentos, São Paulo, 1967; e de Godoy Campos a introdução a sua *Antologia Poética da Geração de 45*, pp. 15-16 – Clube de Poesia, São Paulo, 1966.)

Polemista bem aparelhado, Domingos era capaz de manejar a ironia como uma lança ou um látigo. Não deixava passar ocasião de uma *boutade* ou uma piada. Não tinha papas na língua, como se diz (ou se dizia) popularmente. Em questões de literatura, particularmente de poesia, era exigente e severo.

Fez duas viagens à Europa (a primeira em 1961 e a segunda dez anos depois) e uma aos Estados Unidos, a convite do governo desse país. Em Los Angeles, esteve nas homenagens a Rubén Darío, pelo centenário de nascimento. É bom lembrar que em 1916 comemoraremos os cem anos da morte do grande poeta nicaraguense.

Em 1966 transfere-se para Brasília, em cuja universidade lecionará.

Ganhou pelo menos dois prêmios importantes: o Olavo Bilac, da Academia Brasileira de Letras, em 1950, e, já na fase brasiliense, em 1977, o Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro, por *Vida Prática*.

Domingos e Brasília

Muito deve a cultura brasiliense à presença de Domingos Carvalho da Silva. Veio ele para esta cidade, chamado por seu amigo e compadre Almeida Fischer, para lecionar (Teoria Literária e Literatura Brasileira) na UnB. Aqui, integrou o núcleo fundador da Academia Brasiliense de Letras. Esteve também à frente da criação do Clube de Poesia, mais tarde rebatizado Clube de Poesia e Crítica. Liderou pequeno grupo de escritores na fundação e manutenção da *Revista de Poesia e Crítica*, da qual tirou vinte números, entre 1976 e 1996. Em Brasília compôs alguns dos poemas que figuram em seus últimos títulos, *Circunstâncias* (versos não reunidos em livro antes de *Múltipla Escolha*) e *Vida Prática*. Pelo menos dois desses poemas referem-se implicitamente ou de passagem à cidade: nas *Circunstâncias* o dedicado “A Waldemar Lopes na sua Volta a Teresópolis”; na *Vida Prática*, “Um Poeta na Asa Sul (Saudação a Artur Eduardo Benevides)”. Há neste último, ademais, a explícita narração de sua passagem da Paulicéia ao Cerrado, na toada de “Um Violeiro em Brasília”. Presidiu a nossa ANE – Associação Nacional de Escritores, no período 1979-1980. Com seu trabalho de criador, fomentador e agitador cultural, contribuiu fortemente para a formação e consolidação de nosso estrato cultural. Como disse ao concluir palestra aqui mesmo pronunciada, em 27 de maio de 2003, sob o título “Um Brasi-

leiro de Vila Nova de Gaia”, seu nome deverá ser para sempre reverenciado como um dos pilares da cultura brasiliense.

A Família

Foram seus pais Dona Ana Carvalho da Silva, falecida em 1933, aos 60 anos de idade, e Domingos Gomes da Silva, morto aos 70, dez anos mais tarde. Teve um irmão, Alberto Carvalho da Silva, catedrático de Fisiologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Casa-se em 1939 com Dona Inês Carvalho da Silva, que o antecederá na passagem para o outro lado da vida. Lamentando a perda, escreverá o poeta os versos de “Na Despedida de Ignez”:

*Estão mudos os poemas,
não tenho mais tua voz para cantá-los.
O som corre vazio nas palavras
sem que teus ouvidos possam dar-lhes vida.
A luz se extingue*

.....

*Os rios não mais são necessários,
pois já não corre tua memória em suas águas.
Já não são necessários os caminhos,
que não mais poderão seguir-te os passos.
O livro que lias não chegou
a abrir a última folha,
as teclas do piano esperam esquecidas
o afago vibrante de tuas mãos,
que libertavam das pautas a harmonia.*

.....

*Na face e nos lábios de pétalas dobradas
vi-te partir mais bela
que as rosas da manhã:
as últimas que te ornaram
foram cumprir contigo o teu silêncio.*

Em 1940 nasce o primeiro filho do casal, Eduardo Sérgio Carvalho da Silva. Dois anos depois, o segundo, Vladimir, que se fanaria em 1943. De 1945 é o terceiro, Gilberto, que viveria apenas sete anos. O caçula, Antônio Fábio, é de 1954.

A morte de Vladimir abala o poeta e marca sua poesia. Em *Rosa Extinta*, pelo menos dois poemas, “Elegia da Rosa Morta” e “A Inútil Busca”, lamentam a perda. Leiamos a elegia, cujo primeiro verso intitula o livro:

*Rosa extinta
de apagado brilho
de corola e pétalas:
corpo de meu filho.*

*Rosa imponderável
que um sopro desfez
numa aurora fria
do quinto mês
do ano da desgraça
de quarenta e três.*

*Para sempre morta,
ficarás, no entanto,
perpétua em minha dor
e viva no meu sangue.*

De “Momento com a Poesia”, do mesmo livro, destacamos:

*Em minha casa há um jardim,
no jardim nasce uma rosa.
Na rosa lateja o pólen
de que há de nascer meu filho.*

*Em meu filho há de luzir
a mesma chama que brilha
em meu peito e transfigura
este momento num poema.*

.....
*Da rosa nasce meu filho:
seus braços não têm algemas.
Asas brancas da Igualdade,
este é o momento do poema!*

Em *Girassol de Outono* deparamos com “A Volta de Vladimir”, de plangente beleza (incluído na segunda edição), e com “Elegia Simultânea”, em que ao “riso de Vladimir” se vêm juntar “as mãos frágeis de Gilberto”. Num belo soneto de À Margem do Tempo, “Arbusto Sublunar” (que fecha “Papoulas e Estenógrafas”), reaparecem os filhos perdidos:

*Entre árvores nascidas, por magia,
do solo do crepúsculo, cresceste
para assombrar a noite de onde vieste,
com teu riso de claro e de alto dia.*

*Uma oliveira nova percorria
a rama de teu sangue. Floresceste*

*e com ipês nos seios repuseste
no céu a estrela d'alva que caía.*

*Corpo de rio denso e margens brancas,
singrando no horizonte: por tuas ancas
foram meus olhos cegos se perdendo.*

*Conduzi-te, baixel, e nas tuas velas
de lua rosa e flamas amarelas,
sonhei meus filhos mortos renascendo.*

Afortunadamente, Eduardo Sérgio e Antônio Fábio continuam entre nós, com as respectivas famílias, – filhos e netos dando seguimento à progênie do poeta.

Domingos e a Poesia

A estréia se dá em 1943, com *Bem-Amada Ifigênia*, cujo lirismo se reparte em poemas isométricos e de verso livre. Já revela um poeta, mas o livro seguinte, *Rosa Extinta* (1945), significa um salto de qualidade, com poemas importantes como “Canto em Louvor da Poesia”, em que ao lirismo se fundem meditações sobre a poesia e lemas de uma preocupação de cunho social:

*Quero a poesia em essência
abrindo as asas incólumes.
Boêmia perdida ou tísica,
quero a poesia liberta,
viva ou morta, amo a poesia.*
.....
*quero a poesia sem nome,
feita de dramas humanos.*

*Quero ouvir na sua voz
o canto dos oprimidos:
usinas estradas campos,
quero a palavra do povo
transfigurada num poema.*

.....

Em “Com a Poesia no Cais” o bardo exclama, incisivo:
*De macacão operário
e chave inglesa na mão,
convocarei a poesia
para um passeio ao crepúsculo.*

.....

E, após mostrar à “suprema poesia / que mora na flor de lótus”, à “ninha valeriana, / a pura, a perfumadíssima” as misérias do mundo, conclui, num arroubo:

*Então a poesia pura,
de pés banhados em sangue,
sentirá que a luz da aurora
lhe circunda a fronte loura.
A brisa lhe afaga os seios
num sopro de humanidade.
E ela abrirá seus braços
de olhos fixos em Gomorra,
com o seu corpo de sal
suspenso acima da terra
que está gerando à distância
o dia novo que nasce.*

Formalmente, a redondilha domina. Ideologicamente, esboroa-se a suposta torre de marfim...

Praia Oculta, de 1949, teve segunda edição, com o selo carioca Orfeu, em 1968. “Antecipação” é um de seus mais belos poemas:

*As patas da noite esmagam
os lírios débeis da aurora.
Por invisíveis estradas
negros cavalos galopam.
Ao longe brilham dois lagos
da cor triste de teus olhos.
Dunas de angústia se formam
nas praias frias da morte.*

.....

A composição antecipa, dizemos nós, uma das de melhor fortuna no repertório de 45: o “Poema Terciário”, que veremos daqui a pouco. Os elementos que antecipa – e, na verdade, já reúne talvez em plenitude – são a narrativa lírica em coágulos, as imagens impressivas, mas aparentemente soltas, um clima de sonho, de névoa, que nos envolve como uma ambiência de imaginação fantástica, tudo isso na música de uma redondilha que, não obstante a isometria, flui livre do comando inflexível da mente racional. Um clima que não encontramos na literatura dita realista, que não se coaduna com o distanciamento parnasiano, antes harmonizando-se com as vaguidões simbolistas e os espontaneísmos surrealistas.

Espada e Flâmula, de 1950, é livro eminentemente político. Basta uma olhada aos títulos: “Hino à Liberdade Renascida”, “A

Espanha Renascerá”, “Saudação à Itália Antifascista”, “Uma Palavra Nasce” (essa palavra é “anistia”), “Mensagem ao Expedicionário Geraldo Vidigal”, “Elegia e Epitáfio para Franklin Roosevelt”, “Pablo Neruda em São Paulo” (não o Neruda lírico, mas o “poeta contra a fome e os seus tentáculos”, “Canto em Louvor da Constituinte”, “Segundo Poema pela Constituinte”, “Soerabaja” (Surabaja, Indonésia), e “Sérvia-Croácia-Eslovênia”.

D’O *Livro de Lourdes* (1952) é sempre lembrada a exemplar contenção e síntese de “Lirismo”, que mereceu tradução de Brecht:

*Ela subiu à montanha
com uma rosa na mão.*

*Contemplou o mundo à distância
com uma rosa na mão.*

*Depois se atirou no abismo
com uma rosa na mão.*

*E foi sepultada ontem
com uma rosa na mão.*

Do mesmo ano é *Girassol de Outono*. Saiu no Rio, pela Editora A Noite, e teve segunda edição, pela Orfeu, em 1968. Domingos aqui se apresenta como sonetista da melhor qualidade. Atestam-no a série “Papoulas e Estenógrafas” e (coincidindo na flor alucinógena) “Anjo e Papoula”. (Merece ser lembrado, nessa forma fixa, o erotismo de “Soneto Ocasional” e “Náufragos”, que deixamos para trás, em *Praia Oculta*.)

Em 1956 saiu uma edição de *Poemas Escolhidos*, pelo Clube de Poesia.

Três anos depois veio *A Fênix Refratária e Outros Poemas*, pela Civilização Brasileira. Na série de que o livro retira o título temos como que uma história viva da poesia ocidental: aí encontramos desde a cantiga paralelística e o soneto quinhentista até o verso livre, desde o hendecassílabo até um poema em ortografia antiquada, o tónus clássico, o barroco, o neoclássico, o tom romântico e o simbolista, a postura parnasiana, Shakespeare na Paulicéia, um Cântico dos Cânticos moderninho e bem-humorado, erotismo e latinório, terminando com um libérrimo *carpe diem* dirigido à amada, cujo nome é Hilda, mas também pode ser Lídia. E, no final, uma série de 22 sonetos decassilábicos, até certo ponto construídos (contradição?) em linguagem surrealista, e a que não faltam algumas chaves de ouro.

À Margem do Tempo, que inclui *A Viagem de Osíris* (Clube de Poesia, São Paulo, 1963), é reeditado em Brasília, em 1979, pelo Clube de Poesia e Crítica, sem *A Viagem* mas com o acréscimo de novos poemas. Chamam-nos a atenção, nele, os versos de feição apocalíptica.

Vida Prática teve também duas edições, a primeira pela Imago, do Rio, e a segunda pela GRD, de São Paulo, em 1976 e 1978. É o último livro do poeta, exceto pela já mencionada antologia *Múltipla Escolha*, que incorpora as *Circunstâncias* inéditas em livro, e pelo poema dramático *Liberdade embora Tarde*, lançado pela Thesaurus, de Brasília, em 1985.

De referir, por fim, os *Poemas* traduzidos ao castelhano por Gabino-Alejandro Carriedo, separata da *Revista de Cultura Brasileña*, Madri, 1966, e o livro de igual título, partilhado com Péricles Eugênio da Silva Ramos e traduzido por Manuel Pantigoso, edição bilíngue do Centro de Estudios Brasileños de Lima, Peru, 1980.

Como tradutor de poesia publicou *20 Poemas de Amor e uma Canção Desesperada*, de Pablo Neruda (edição bilíngue; São

Paulo, 1946; com várias reedições), *As Mil e uma Noites* (parte em verso: São Paulo, 1961); *Romance do Rincão de Ramírez*, de Carlos Manini Rios (Brasília, 1975) e *Poemas Necessários*, de Ángel Crespo (Brasília, 1979), além de participar em várias obras alheias. Em breve nota no livro de Neruda, resume sua teoria da tradução: primazia da “fidelidade ao ritmo dos versos e às assonâncias, elementos essenciais”, sem “a obsessão da fidelidade literal”, citando Voltaire: “Malheur aux faiseurs de traductions littérales.” Nas abas dos *Poemas Necessários*, que tive a honra de apresentar, inscrevi as seguintes palavras, que repito convictamente: “Domingos Carvalho da Silva é o mestre que se poderia cometer, sem riscos, essa empresa. Poeta notável, tanto pela criação original quanto pela recriação de obras alheias ademais de notável estudioso de poesia, as traduções-recriações que ora nos oferece são límpidas e frescas como se originalmente compostas em português.”

A par da poesia, Domingos Carvalho da Silva foi mestre no ensaio e na crítica, com os seguintes títulos: *Rodrigues de Abreu* (estudo biográfico, 1946), *Introdução ao Estudo do Ritmo da Poesia Modernista* (conferência, 1950), *Vozes Femininas da Poesia Brasileira* (ensaio e antologia, 1959), *Eros & Orfeu* (crítica literária, 1966), *Gonzaga e Outros Poetas* (ensaios, 1970), *A Presença do Condor* (ensaio, 1974) e *Uma Teoria do Poema* (1986 e 1989). Deixou também um livro de contos, *A Véspera dos Mortos* (1966).

Meu Amigo Domingos

Convivemos bastante na ANE – Associação Nacional de Escritores, nas academias a que pertencíamos, no Clube de Poesia. Interagimos de modo especial na feitura da *Revista de Poesia e Crítica*, em que fui colaborador constante. Moramos em superquadras contíguas, de modo que nos encontrávamos amiúde, para

um papo informal ou de trabalho (modalidades que, aliás, habitualmente se fundiam).

Ao contrário do que imaginariam os sabedores de seu temperamento de polemista, de sua inflexibilidade em questões de literatura, particularmente de poesia, Domingos era, entre amigos, cordial, alegre, espirituoso, bom contador de piadas, capaz de empunhar um violão e sapecar umas modinhas. Nunca deixando, oportunidade houvesse, de distribuir também *boutades* e ironias...

Conclusão

Encerro esta homenagem ao Poeta em seu centenário com um de seus mais notáveis poemas:

POEMA TERCIÁRIO

*Cavalos já foram pombos
de asas de nuvem. Um rio
banhava o rosto da aurora.
Cavalos já foram pombos
na madrugada do outrora.*

*Onde há florestas havia
golfos oblongos por onde
tranqüilos peixes corriam.
Uma lua alvissareira
passava à noite. E deixava
reticências de cometa
vagalumiando na relva
das margens, até à aurora
da Idade de Ouro do outrora,
quando cavalos alados*

*tinham estrelas nas crinas
alvas como asas de pombo.*

*O Verbo não existia.
Deus era incriado ainda.
Só as esponjas dormitavam
trespassadas por espadas
de água metálica, impoluta.
E as gaivotas planejavam
etapas estratosféricas
próximo às praias ibéricas.
E as montanhas desabavam
em estertores terciários,
em agonias de estrondo,
nas manhãs de sol atlântico,
quando cortavam as nuvens
— alvos garbosos eqüinos —
esquadrões marciais de pombos.*

*Teu cabelo era ainda musgo.
Teus olhos o corpo frio
de uma ostra semiviva.
E tua alma sempre-viva
sobrenadava o oceano
qual uma estrela perdida.
Teu coração era concha
fechada e sem pulsação.
E teu gesto — que é teu riso —
era um mineral estático
ainda não escavado
pelo mar duro e fleumático.*

*Cavalos já foram pombos.
E a prata que anda na garra
dos felinos reluzia
em vibrações uterinas
no ventre da terra fria
quando o dia era só aurora
e Deus sequer existia
na madrugada do outrora.*

Domingos Carvalho da Silva faleceu em São Paulo, aos 87 anos, no dia 26 de abril de 2003. Mas a nata de sua poesia parece destinada a sobrenadar o tempo.



DONA FLORA MENESES

ANTÔNIO TÉMÓTEO DOS ANJOS SOBRINHO¹

No século XVI, O Terceiro Governador Geral do Brasil, Mem de Sá atribuiu a Vasco Rodrigues de Caldas a difícil missão de demarcar terras que se estendiam de Salvador até Andaraí e o encargo de combater os índios tupinambás, tendo o aventureiro conhecido com intimidade as terras do Domínio da Serra da Tromba e Santana, extensões ocupadas, como se historia, primeiro pelos índios maracás, depois pelos índios tapuias e guaranis.

No século XVII, bandeirantes e levas de garimpeiros descobriam e exploravam grandes jazidas de ouro e pedras preciosas na área do vale que permeia a Serra de Santana e a Serra da Tromba, onde construíram uma igreja com paredes e portais em pedras cortadas com labor e cuidado, a Igreja Matriz de Bom Jesus e a Capela de Nossa Senhora do Rosário. Nas proximidades das construções religiosas cresceu espontaneamente o arraial ou povoado de Bom Jesus dos Limões, a mais antiga povoação da Chapada Diamantina, com elevada população e forte comércio. (Era então a célula embrionária do futuro distrito de Bom Jesus do Rio de Contas – 1842, do município de Minas do Rio de Contas, depois Anchieta (1931) e Município de Piatã (1948).

Anos depois, em 1720 o ilustre Vasco Fernandes César de

¹ Acadêmico do IHG-DF – Cadeira nº 08
Patrono: Clóvis Salgado da Gama

Menezes foi nomeado Vice-Rei do Brasil. Nove anos depois, o governante, em 19 de setembro de 1729, foi agraciado Conde de Sabugosa, por Decreto Real expedido por D. João V, Rei de Portugal.

Nessa quadra, o Vice-Rei (1724) criou na Bahia a Academia dos Esquecidos composta pelo grande historiador Sebastião da Rocha Pita, padre Gonçalo Soares da França, chanceler Caetano de Brito de Figueiredo, ouvidor Luís de Sequeira da Gama, juiz de fora Dr. Inácio Barbosa Machado, capitão João Brito Lima e José da Cunha Cardoso.

Determinou a Pedro Barbosa Leal (1725) a abertura da Estrada Real ligando as regiões auríferas de Rio de Contas e Jacobina. O povoado de Bom Jesus dos Limões ficaria às margens da Estrada Real.

Contam os mais antigos, que acompanhava a expedição de Pedro Barbosa Leal uma ilustre e bela moça, valente, dada a aventuras, famosa pelo arcabuz certo, Flora Meneses, aparentada do Vice-Rei, que transtornava a Corte da Bahia com freqüentes aparições em festas plebéias caseiras e desfiles de braço dado com pretendentes escusos.

Extenuada da grande viagem, Flora decidira permanecer no povoado de Bom Jesus dos Limões, aos cuidados do Senhor Ambrósio Carvalho e de Dona Mulata, sua mulher, na Capatazia, residência bem guardada por jagunços de confiança, cansados dos garimpos.

Dona Mulata cuidava da casa, dos jagunços e da segurança do povoado com mão de ferro. Seu Ambrósio, sempre muito sisudo, encarregava-se da ordem, segurança dos garimpeiros nos garimpos e dos recolhimentos devidos ao Vice-Rei e à Coroa.

Flora, muito inteligente, ambiciosa e atirada, em dois tempos fez ajustada amizade com o casal, principalmente com Dona Mulata. Passou a acompanhá-la rotineiramente e a influenciá-la

nas decisões, dando-lhe seguros conselhos e comparecendo nos enfrentamentos que reforçavam a incontestável autoridade daquela austera mulher.

Uma das decisões mais importantes, resultante de sua notória influência, foi o aproveitamento de um galpão em desuso, para acolher belas mulheres damas espalhadas pelo arraial, disputadas e perseguidas pelos garimpeiros nos fins de semana. Assim nascia a famosa Casa da Serra.

Ocorrências, desordens, muitas brigas com incidência de ferimentos graves e mortes se repetiam nas noites dos sábados. Com a reforma do galpão, separação em quartos, abertura de um salão de dança, duas latrinas grandes, quarto de banho, um bar para servir bebidas, proibição de arma fria e de fogo sob ajustado controle dos agregados de Dona Mulata, criou-se um clima de confiança e paz.

Em pouco tempo viam-se no galpão cortinas prateadas transparentes nas janelas, mesas e cadeiras de pau d'arco envernizadas na carpintaria, enormes cristais, quartzos roxos (ametistas) e uma grande pedra de duzentos quilos, verde-azulada de intenso brilho, arredondada, não identificada, de características desconhecidas, expostos no salão.

A pedra verde-azulada ficava num canto especialmente reservado à acomodação de Dona Mulata nas apresentações quinzenais da cortesã Flora Menezes.

Segundo Isidro Viana, a grande e misteriosa pedra, uma ametista real, encontrada na base da borda triangular da Serra da Tromba foi levada por Dona Flora para a corte do Vice-Rei, depois para Lisboa, onde foi vendida para a Holanda por enorme soma que enriqueceu a cortesã.

Flora, nessas apresentações, comparecia à Casa da Serra linda, bem vestida, mas com semblante pesado, seu arcabuz à tira-

colo, em companhia de Dona Mulata e agregados armados para afastar mequetrefes. Nesses momentos solenes tocava o seu instrumento de corda e cantava algumas modinhas, acompanhada pelo coro das meninas da serventia.

O som da cantata ecoava na imensidão da encosta da Serra de Santana e era muito apreciado pelas senhoras do povoado, que o ouviam de longe sentadas na grama ou nos toscos bancos de madeira colocados nas portas das casas.

Após a pequena apresentação, Flora, alegre e vistosa, deixava a Casa da Serra e voltava à Capatazia acompanhada pela austera mulher de Seu Ambrósio e dois agregados armados.

As meninas da serventia não eram personagens tristes recrutadas nas roças ou na ponta da rua entre pessoas pobres. No arraial todos tinham o que fazer e recebiam por isso.

As jovens da serventia, todas egressas de cidades grandes, eram bonitas, educadas e aptas para o exercício de sua ocupação. Atendiam aos grandes capangueiros compradores de diamantes, ouro, prata e outras pedras, garimpeiros, garanhões do povoado, solteiros e casados distanciados de sua família. A maioria, além de aliviar a virilidade dos machões, arranjava amante e casamento com pretendentes apaixonados.

Confidentes nas noites de sexo ardoroso sabiam de tudo sobre a vida dos amantes e dos amancebados, seus segredos escabrosos, planos, origem e destino. Muitas moravam em casas onde guardavam a cadeia dinheiro apurado, ouro e pedras preciosas pegadas nos garimpos ou adquiridas por compra pelos amigados.

Graças à influência da cortesã andavam livremente pelo povoado e durante o dia passeavam nos cavalos arreados da Capatazia sobre selas vistosas compradas na sede de Rio de Contas, enfeitando o povoado carente de leveza e liberdade.

Cinco anos depois, Pedro Leal Barbosa concluiu a Estrada

Real, passou pelo povoado e levou a maravilhosa Flora em um magnífico cavalo branco para a corte do Conde de Sabugosa, em São Salvador da Bahia.

Flora, incansável no trabalho, muito disposta, ganhou dinheiro comprando e vendendo ouro que ela mesma transformava em barras, fez às próprias custas dezenas de partos em residências de famílias pobres, curou muitos doentes do arraial e garimpeiros feridos, ensinou regularmente às crianças, curou idosos, ajudou Dona Mulata a administrar o povoado patrocinando iniciativas criativas, estimulando a justiça e a manutenção da paz.

Por sua generosidade, dedicação e beleza, jamais foi esquecida pelo povo dos Domínios da Serra da Tromba. Sabe-se pela sabedoria e conhecimento de Isidro Viana e por ouvir dizer, com a certeza dos contos e seus pontos aumentados, que, voltando à sede do Vice-Reinado, por influência do Conde, casou-se com um diplomata francês.

Com o marido foi para as cortes portuguesas e de Lisboa foi definitivamente residir em Paris onde viveu por longos anos, feliz e sem filhos, passeando pelos jardins da grande Cidade Luz, dançando as valsas palacianas, saudosa e presente nas lembranças do seu povoado de Bom Jesus dos Limões, fincado nas bordas da Serra de Santana, voltado para a eternidade da Serra da Tromba.

JK EM OURO PRETO

(Crônica)

DANILO GOMES¹

Aqui em Brasília temos lembranças de Juscelino em vários lugares, em praticamente todos os momentos. No Memorial JK, onde se encontra seu túmulo, a estátua dele, lá no alto, saúda a cidade que ele fundou; seu gesto famoso, de saudação, como que abarca e abençoa todo o Distrito Federal, para onde ele transferiu a capital do nosso país, numa ação ousada, que enfrentou a ira de Carlos Lacerda, da UDN e de todos os pessimistas. Com Israel Pinheiro, Bernardo Sayão e centenas de heróis anônimos, os candangos, os pioneiros, ele tornou realidade o traçado de Lúcio Costa, os croquis de Niemeyer, os jardins de Burle Marx, mais a arte de Ceschiatti, Athos Bulcão, Marianne Peretti, Bruno Giorgo e outros artistas.

Ainda ontem à noite, no auditório do Tribunal de Contas do Distrito Federal, o espírito de Juscelino estava mais que presente. É que tomava posse como membro da Academia Brasileira de Letras, na vaga do saudoso e grande poeta Fernando Mendes Vianna, o nosso veterano combatente das hostes juscélinicas, o coronel Affonso Heliodoro dos Santos, escritor, poeta, memorialista, antigo assessor do estadista e personagem da minissérie da

¹ Acadêmico do IHG-DF – Cadeira nº 54
Patrono: Pe. Osvaldo Sérgio Lobo

TV Globo, “JK”. Aos 92 anos, Affonso Heliodoro, diamantinense e ex-aluno de dona Júlia Kubitschek, foi aplaudido de pé por um auditório lotado. Foi saudado pelo escritor Ronaldo Costa Couto, ex-ministro de Estado e ex-governador do Distrito Federal, autor de livros como “Matarazzo”, “Brasília Kubitschek de Oliveira” e outros. Lá estive, naquela noite de grande emoção, que pretendo abordar noutra ocasião.

Por ora, quero lembrar JK em Ouro Preto, no já remoto ano de 1957. Vocês sabem como é: velho é danado para ficar recordando coisas, fatos, figuras de seu tempo de menino e moço. Coisa de velho, né?

O caso é que eu estudava interno no Colégio Arquidiocesano, em Ouro Preto, nos anos de 1956 e 1957. Eu me lembro de que, no dia 21 de abril de 1957, Dia de Tiradentes, Juscelino, presidente da República, desfilou em carro aberto pelas ruas da antiga capital mineira, ao lado do presidente de Portugal, o general Craveiro Lopes. Foi uma festa e tanto. Os dois chefes de Estado saudavam o povo, que, em verdadeiro delírio (não é exagero, pessoal!), sacudia os ares da vetusta Vila Rica da Inconfidência Mineira e do martírio do corajoso alferes da cavalaria.

O poeta Raimundo Corrêa, no seu maravilhoso soneto “Ouro Preto”, assim o abre: “Aqui, outrora, retumbaram hinos.” Naquele dia de união cívica da alma brasileira, também retumbaram hinos e vivas nas ruas ouropretanas. Vi, com esses olhos que a terra, etc., os dois estadistas em carro aberto, JK feliz como o menino Nonô em Diamantina, quando dona Júlia fazia frango com quiabo ao molho pardo e angu de fubá de munho d’ água...

Feriado nacional, estivemos o domingo de folga no colégio do padre José Rocha Filgueiras. Quando terminou o desfile, quan-

do os hinos retumbantes cessaram até nos altos das Cabeças, meu pai Daniel, em companhia de seu bom amigo José Vicente de Souza, levou-me para almoçar num pequeno e modesto restaurante de comida caseira, na Rua Direita. Para o estudante acostumado com o “rancho de quartel” do internato, o almoço foi um banquete com gosto das guloseimas de um mestre do Cordon Bleu: arroz, feijão, farofa, batata frita, ovo frito e um bife acebolado de deixar saudade até hoje...

DESAPROPRIAÇÕES EM GOIÁS PARA A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA (1955 A 1958)

DARCY DORNELAS DE FARIAS¹

Terra nunca se vende, só se compra....

Conhecer a história da criação de Brasília entrou na minha vida por motivos profissionais a partir da década de noventa, até então, apesar de ser uma historiadora formada pela Universidade de Brasília e de viver quase toda a minha vida aqui, este tema havia passado ao largo de meus estudos.

O contexto profissional veio com meu ingresso em um convênio existente entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF da qual sou servidora, e o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal- IHG-DF. Como professora e pesquisadora meu trabalho é divulgar as pesquisas realizadas pelo IHG-DF para alunos e professores da SEEDF na construção e execução de um programa educacional². Na interação estabelecida, principalmente, com professores atendidos neste programa, percebi a falta de informação sobre a história local, porém com demonstração de curiosidade e interesse. O que me parecia grave era o fato de eles terem a obrigação curricular de ensiná-la aos seus

1 Professora de História

2 Programa Distrito Federal: seu povo, sua história, que inclui aulas para alunos e curso de aperfeiçoamento para professores em parceria com a Escola de Aperfeiçoamento para Profissionais da Educação-EAPE.

alunos do ensino fundamental e médio. Passei, então, a ser continuamente instigada tornando-me uma pesquisadora e defensora de uma bandeira cidadã que acha urgente que os moradores do Distrito Federal conheçam e se identifiquem com uma história tão interessante para que se sintam pertencentes e responsáveis por este lugar.

O passo seguinte foi entrar no programa de mestrado da Universidade de Brasília³ para desenvolver uma pesquisa envolvendo a questão da desapropriação das terras para a criação do atual Distrito Federal. A escolha desse assunto teve duas motivações: uma foi a surpresa que tive ao saber que houve uma comissão organizada pelo estado de Goiás para cuidar disso⁴ pois nunca tinha pensado que isto havia sido necessário, sequer que estas terras possuíam donos. A outra motivação veio por consequência, pois sei que ter que se desfazer da propriedade da terra não é fácil, então fiquei motivada a entender por dentro o que foi esta experiência na vida daquelas famílias que tiveram suas terras desapropriadas.

Venho de uma família que teve desde sempre suas atividades ligadas a terra. Meus avós maternos migraram, ainda crianças, com suas famílias, para a região de João Pinheiro, vindos de Patrocínio-MG, em busca de terras mais baratas. Casaram-se no final dos anos 20 e viviam numa fazenda bastante isolada, com muitas dificuldades. Minha avó relatava-me que, durante a maior parte do tempo, não tinha quem a ajudasse nas tarefas domésticas, apenas as filhas, estas desde muito cedo. Minha mãe, a primeira

3 Cursei mestrado na Universidade de Brasília na área de concentração em história cultural de 2003 a 2006 sob a orientação da professora doutora Nancy Alessio Magalhães. Como resultado produzi a dissertação: Terras no Distrito Federal - experiências com desapropriações em Goiás (1955-1958)

4 Ouvi sobre assunto em uma palestra do sócio acadêmico do IHG-DF Dilermando Meirelles, em 1997 (registrada em fita VHS nº 0030), na qual narrava as atividades da Comissão de Cooperação para a Mudança da Nova Capital.

mulher depois de quatro homens, sempre reclamou da infância de muito trabalho, principalmente, no cuidado com os irmãos menores.

Quando nasci, na década de 60, a região não era, evidentemente, tão desabitada, mas tenho, contudo, a experiência de ver como as propriedades de terra eram grandes. Nas temporadas de férias escolares que passava na fazenda de meus pais, já após os sete anos de idade, costumava visitar as fazendas vizinhas, dos parentes, às margens do Rio do Sono, local da maioria das doações feitas pelo meu avô.

Essa era a parte mais tradicional e esperada da programação de férias. Saíamos cedinho, a cavalo. Eu andava na garupa do cavalo de minha mãe, já que, por ser a mais nova, nunca conquistei o direito de ir sozinha no animal. Para chegar à casa do tio mais próximo, levávamos duas horas. Na casa desse primeiro tio acontecia o almoço e um descanso, depois seguíamos para a próxima fazenda, dessa vez de uma tia, onde pousávamos. Assim, desde muito cedo, fui marcando essas distâncias e esses tempos para percorrer os longos trechos que separavam um tio do outro, primos, diferentes especialidades culinárias de cada tia, sempre deliciosas.

À noitinha, nessa fazenda, sempre com hóspedes e vizinhos, contavam-se casos, tentava-se sintonizar o rádio e comentavam-se, simultaneamente, as notícias que vinham acompanhadas de chiados, o jogo de baralho, no qual eu só podia jogar “Burro” e as conversas de adulto que adorava escutar, conversas nas quais muito possivelmente ouvi coisas como: “terra nunca se vende, só se compra”, ideia incrustada nos valores da minha família e que é uma marca ainda muito forte. O prazer daquelas companhias e daqueles momentos permaneceu em mim e me enchem de orgulho.

Essas experiências estão em mim, fizeram-se presentes no momento em que tive de escolher uma temática para pesquisar no Mestrado. Foram estas vivências que direcionaram meu olhar para potencialidades de um tema que envolvia a desapropriação de terras para a construção de Brasília.

Facilitar a vinda da capital - um “valor” cultivado em Goiás.

A Comissão de Cooperação para a Mudança da Nova Capital teve como objetivo realizar o processo de desapropriação das terras do Estado de Goiás, onde seria construída Brasília. Sobre a Comissão, vale esclarecer que foi instituída pelo Governador de Goiás, através do Decreto nº 1.258, sendo empossada, solenemente, em 8 de outubro de 1955, no Palácio das Esmeraldas. A necessidade de criá-la surgiu em decorrência da recusa do Presidente da República, Café Filho, em declarar a área do chamado novo Distrito Federal, selecionada pela Comissão de Localização da Nova Capital, como de utilidade pública para fins de desapropriação. Esta Comissão havia sido criada em 1948 e, naquele momento (1953), era dirigida pelo Marechal José Pessoa, o qual, diante dessa recusa de Café Filho, recorreu ao Governador de Goiás. Este último, não só fez a declaração de utilidade pública da área em abril daquele mesmo ano (Decreto nº 480), como também resolveu, alguns meses depois, criar a Comissão de Cooperação para Mudança da Nova Capital, cuja constituição original foi a seguinte: Altamiro de Moura Pacheco como presidente e Dom Abel Ribeiro Camelo como vice-presidente; além destes, como membros estavam o jornalista Jaime Câmara, o Dr. Aníbal Jajah, o Dr. José Bernardo Félix de Sousa e o agrônomo Joaquim Câmara Filho. PACHECO (1975)⁵. Afir-

5 PACHECO, Altamiro de Moura. Os Primórdios de Brasília. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Goiânia, GO, Editora Oriente, n. 4, dez. 1975. p. 86 a 87

ma, ainda, que foram nomeados dez membros com diferentes profissões.

Altamiro Pacheco escolheu para acompanhá-lo, na missão efetiva de realizar as desapropriações, outros membros ligados à área jurídica, e estes empossados inicialmente não aparecem citados novamente na documentação a que tive acesso.

Para entender o contexto da criação da Comissão de Cooperação tive que recuar no tempo histórico, fixando em alguns momentos importantes entre eles os contextos da criação de comissões anteriores⁶ para a mudança da capital. Ao fazer este recuo pude com a leitura de THOMPSON (1987)⁷ e a orientação de minha professora Nancy Aléssio Magalhães realizar uma das interpretações mais significativas resultante do que pesquisei: o desejo de que a capital do país viesse para Goiás se tornou, para alguns, especialmente, os grupos da população mais ligados à política um “valor” passível de ser cultivado e transmitido entre gerações.

THOMPSON (1987)⁸ em seus estudos sobre os motins de subsistência dos pobres da Inglaterra no século XVIII desenvolveu a noção de “economia moral”, que GODOI (1999)⁹ define como “um conjunto de normas e obrigações recíprocas, ideias de justiça e bem estar social, enfim uma ética a orientar a ação dos indivíduos de comunidades relativamente pequenas e integradas[...]”

Este historiador desenvolveu tal noção ao buscar compre-

6 Desde 1892 foram criadas pelo poder executivo central cinco Comissões com atividades ligadas ao projeto de mudar a capital, cada uma com objetivos específicos que envolveram estudos, localização e planejamento.

7 THOMPSON, E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

8 THOMPSON, Op.cit.

9 GODOI, Emília Pietrafesa de. O trabalho da Memória: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas-SP: Editora Unicamp, 1999. P.50.

ender melhor o universo em que estavam imersos os sujeitos de sua pesquisa, trabalhadores de uma classe social bastante diferenciada daquela dos sujeitos com os quais eu me relacionei durante este estudo. Guardadas as devidas proporções de amplitudes entre pesquisas e objetos, tempos e espaços diferentes, observei que, também era possível detectar, no contexto por mim estudado, alguns pressupostos que poderiam compor uma “economia moral”.

GODOI (1999)¹⁰ a partir de Thompson interpretou que, foram valores, construídos há muito, numa vida em comum, num cotidiano onde trabalhadores desenvolviam solidariedades e barganhas, numa “economia de provisionamento”, o motivo da destruição dos moinhos para impedir que o preço do trigo aumentasse deixando as pessoas sem pão. Para aquelas comunidades, “[...] parecia antinatural que um homem se beneficiasse das necessidades do outro” e que [devido a isso] deviam ser afastados os “imperativos morais intrusos” de uma economia de mercado.

Com relação ao contexto que estudei, foi possível identificar, durante a interpretação de alguns relatos que, em Goiás, durante o final da década de 1940 e início da década de 1950, havia uma ética em relação a um aspecto específico: o desejo que ocorresse a vinda da capital federal para seu território. Pude perceber, com pontos de aproximação com a ideia de “economia moral”, que uma lógica subjazia influenciando nas atitudes de parte daquelas comunidades quanto aos assuntos referentes à transferência da capital. Esta lógica pôde ser observada na forma de agir, de alguns de seus membros, ou seja, “pelos costumes e pela cultura”. GODOI (1999)¹¹,

10 GODOI. Op. Cit. p. 78.

11 GODOI. Op. Cit. p.49

FERREIRA (1998)¹² afirma que Goiás separou-se de São Paulo em 1744 e, após 1889, tornou-se um dos estados da federação brasileira, sob um forte sistema oligárquico estruturado, principalmente, até 1930. As famílias que compunham este sistema, por motivos econômicos e políticos, queriam e precisavam ampliar seu raio de influência em relação às outras unidades da federação. Viviam num espaço geograficamente distante de centros maiores - o que as aproximava. Desenvolviam disputas internas pelo mando - o que, nesta pesquisa, não pude aprofundar - mas, simultaneamente, construíam relações de solidariedade em experiências de uma vida cotidiana que metabolizava muitas contradições. Brigavam por política, e por ela até casavam os filhos que vão ter infâncias e juventudes compartilhadas em suas comunidades locais ou quando iam estudar fora. Famílias mais abastadas costumavam enviá-los para o Rio de Janeiro ou São Paulo no intuito, inclusive, de capacitá-los para a carreira política. RIBEIRO (1988)¹³,

Agindo em consenso ou separadamente estas famílias almejavam a vinda da capital federal para seu território. Assim, acreditavam que o poder viria para perto, e o desejo de que isto ocorresse vai reger muitas ações de grupos, ou até de indivíduos, desta região. A forma como isto ganhou visibilidade durante a pesquisa revelou que esta economia interna, em Goiás, tinha, sim, a força e lógica de uma “economia moral”.

Em alguns momentos do estudo fui levada a ficar imaginando como tais coisas ocorriam; em outros, as fontes foram mais explícitas. Assim, quando analisei as relações entre Ame-

12 FERREIRA, Gracy T. da Silva. Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias. As construções de fenômenos pela história e literatura. In CHAUL, Nars Fayad (Coord.). Goiânia: Kelps, 1998. p.77.

13 RIBEIRO, Miriam Bianca. Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias. História de uma permanência política - os Caiado em Goiás. In CHAUL, Nars Fayad (Coord.). Goiânia: Kelps, 1998. p. 209-320.

ricano do Brasil, que foi deputado federal por Goiás, e Altamiro Pacheco Presidente da Comissão de Cooperação, de certo modo minha imaginação foi exercida a partir dos vestígios que investiguei. Americano foi o autor do projeto de lei que resultou na implantação da Pedra Fundamental da nova capital, em 1922. Os dois foram sócios de uma farmácia na juventude e, pelo fato de serem parentes, devem ter tido uma convivência que permitiu que esse deputado inteirasse Pacheco a respeito de assuntos e dificuldades referentes à transferência desta capital. Este envolvimento, dentro da esfera familiar, com tal ideia, talvez tenha incentivado Altamiro Pacheco mais tarde, a aceitar a presidência da Comissão de Cooperação, a despeito da idade avançada e de ser rico e poder usufruir confortos de que tal cargo o privaria.

Uma vez mais esta “economia moral” pareceu-me visível durante minha análise da entrevista, concedida em 1990, pelo senador Jerônimo Coimbra Bueno ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal¹⁴. Este senador conduziu sua vida pública transitando por situações que o levaram a utilizar-se de laços familiares ou de amizades. Nesta entrevista, concedida já na maturidade, revelou a força destas na condução de suas atividades profissionais e políticas. Aceitou construir Goiânia por amizade a Pedro Ludovico,¹⁵ de quem se tornara amigo desde Rio Verde-GO, onde nasceu.

Muito possivelmente, o fato de ter participado da empreitada de construir Goiânia, fez Bueno interessar-se em tra-

14 BUENO, Jerônimo Coimbra. Depoimento – Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990, 34 p. Entrevista concedida a Luis Carlos Lopes.

15 Pedro Ludovico Teixeira como interventor federal, nomeado em 1930 por Getúlio Vargas, foi o criador de Goiânia. Em 1932, instituiu uma comissão para estudar um sítio que fosse apropriado à construção de uma nova capital para Goiás. A construção foi iniciada em 1933 e, em 1942, inaugurada oficialmente. Com a queda de Getúlio Vargas em 1945, ele candidatou-se e foi eleito senador. Cinco anos depois voltou eletivamente ao cargo de governador derrotando Pacheco na disputa

zer a capital federal para terras de Goiás. Ele afirmou que este passou a ser o principal objetivo de sua carreira política e vai envolver-se com várias atividades visando a atingi-lo. Posso aqui ressaltar um momento da atuação deste senador quando, por ter relações de amizade com o General Agnaldo Caiado de Castro, chefe do Gabinete Militar de Getúlio Vargas, de 1950 a 1954, pode tomar para si a condução de decisões fundamentais sobre a transferência da capital. Bueno deixa muito claro que eram amigos desde rapazinhos em Goiás e que se hospedava na casa da família Castro sempre que ia ao Rio de Janeiro. BUENO (1990)¹⁶.

Terras como espaços significados – por Sr. Zuzu Guimarães

Trabalhar com as fontes orais foi uma opção por ter, ao longo do processo de estudo, entendido o que afirmou outro autor inglês SAMUEL (1989/90)¹⁷. Ele acredita que essa prática permite ao historiador fazer “com o que a pedra de toque se torne a experiência real da vida das pessoas”.

Quis saber das pessoas que tiveram suas terras desapropriadas, ou de seus descendentes, o que representou esta experiência em suas vidas. Elaborei um recorte para pesquisar e consegui entrevistar pessoas ligadas a três grandes fazendas, uma de cada um dos três municípios que cederam terras para o novo Distrito Federal: de Luziânia foi a fazenda Vicente Pires, de Formosa a Barra Alta, e de Planaltina a Bananal.

Divido com os leitores desse artigo somente as interpretações dos relatos do Senhor Antônio Zuzu Guimarães da Fazenda

16 Segundo Coimbra Bueno, em 1953, o general Agnaldo Caiado de Castro assumiu de forma apenas simbólica a presidência da Comissão de Localização da Nova Capital e ele, Bueno, foi quem trabalhou efetivamente providenciando levantamento aerofotogramétrico e análise dos mesmos da área destinada ao novo Distrito Federal em Goiás. BUENO (1990) entrevista citada.

17 SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.9, n. 19, set. 89-fev. 90, p. 219-243.

Barra Alta, apesar de essa fazenda não ter sido desapropriada no período de 1955 a 1958, enquanto Altamiro Pacheco estava na liderança da Comissão de Cooperação. Fiz tal escolha em função da riqueza da experiência do Sr. Zuzu, e do quanto seu relato me forneceu de elementos para análise.

Qual o sentimento que ficou em relação à desapropriação? Esta foi uma das perguntas que fiz a todos os entrevistados. E diante deste questionamento, foi possível aproximar-me das significações atribuídas à desapropriação por cada um deles.

Sr. Zuzu Guimarães:

Darcy: Vocês tentaram aumentar o preço, mas não teve jeito?

Zuzu: não teve jeito, foram maltratados pelo governador, pode pôr aí.

Zuzu: Todo mundo tem sentimento, perdeu tudo que tinha, ficou com a mágoa (riso).

Darcy: Ficou todo mundo da família?

Zuzu: Não só eu, não. É o sitiante que tinha vinte, trinta alqueires que foi morar numa vila em Formosa, nos bairros, em Brasilinha com a vizinhança. Foi sem sentimento perder tudo que tinha. Que o dinheiro não dava pra comprar nada.

Zuzu: Por isso que Juscelino morreu trucidado porque fez muita maldade. Não foi ele, mas foi ordem dele GUIMARÃES (2005) .¹⁸

Passados 45 anos, este senhor nonagenário queria protestar e viu, na entrevista a mim concedida, mais um canal para isto. Um descontentamento que não é velado, é explícito. “Eu nasci aqui mesmo no Distrito Federal em 1912 e meu

18 GUIMARÃES, Antônio Zuzu. Brasília, DF, Entrevista a mim concedida em 24 abr. 2005.

pai nasceu dentro do distrito [...] meu bisavô também”¹⁹... Ele ao começar sua entrevista assim demarcava uma posição na qual a tradição familiar tinha muito peso. Se pensarmos tradição na sua acepção mais direta como ato de entregar valores, conhecimentos e práticas ligados à terra à geração seguinte, a desapropriação teve, no caso, o peso de romper um ciclo.

A tradição, no entanto, pode ser percebida da forma como nos ensina MAGALHÃES (2004)²⁰, como “um processo que vive enquanto é continuamente re-apropriado e reconstruído. Sua efervescência vital, a transmissão de bens culturais de geração a geração, não pode ser extinta.” Na vida do Sr. Zuzu Guimarães, pelo que percebi, houve essa experiência de lutar contra a ruptura da sua tradição familiar, de começar outro ciclo ao comprar outras terras no próprio Distrito Federal. Atitude que foi tomada visando não somente a recuperar seu prejuízo; ele certamente tinha outras motivações e tão determinantes quanto esta, como indico a seguir.

O seu gestual, seu jeito de falar e a preferência por viver em Formosa-GO - mesmo vindo amiúde a Brasília para tratamento médico - demonstram que lá ainda é sua terra, seu lugar. Isto fica claro quando ele observa no meio de uma fala, que sua filha Sônia ficou morando em Brasília, “não quis voltar para terra dela”. Tais evidências ressaltam, todo o tempo, sua identidade de homem ligado à terra.

Observemos, ainda, este outro trecho da fala do Sr. Zuzu Guimarães:

19 GUIMARÃES, Antônio Zuzu. Brasília, DF, Entrevista a mim concedida em 24 abr. 2005.

20 MAGALHÃES, Nancy Alessio. Terra: memória, imagem e raízes da vida. In: Textos de História: Revista do Programa Pós-Graduação em História da UnB. Brasília: EdUnB, Vol.12, n.1/2, 2004, p. 196.

[...], quando Juscelino veio, baixou pra 5 mil quilômetros quadrados, até a divisa de mestre D'armas, **saltou pro lado da divisa de Formosa.** ²¹

A frase grifada, “saltou pro lado da divisa de Formosa”, demonstra como o entrevistado percebeu o caráter arbitrário desse tipo de definição e o desejo de que isto pudesse não ter ocorrido e, portanto, suas terras talvez tivessem sido poupadas do processo de desapropriação.

Em sua narrativa, o Sr. Zuzu Guimarães deixou transparecer que, em sua família, tem sido transmitida a várias gerações, que seus ancestrais teriam migrado de Portugal para Planaltina há muito tempo atrás. Na documentação que obtive encontrei informações sobre o histórico dessa fazenda e sobre os seus ex-proprietários.²² Nesta documentação, o primeiro registro de propriedade que encontrei ligado à família de Sr. Zuzu Guimarães ocorreu em 1919, ano da demarcação da Barra Alta que, “pega pela demarcatória”, passou ao domínio de Antonino Guimarães, pai de Sr. Zuzu. Nesta data, foram feitos registros cartoriais, em função de regulamentação determinada pela Constituição de 1891, numa corrida cartorial que durou, aproximadamente, de 1918 até 1928. Com o falecimento de seu pai, a fazenda foi dividida entre oito filhos.

Quando houve a demarcação judicial do imóvel, em 1958,

21 Entrevista citada.

22 TERRACAP. Documentos do Imóvel Barra Alta (jan. 1960 – 1976). Brasília, ?. Como esclareci, no capítulo 1, obtive junto ao ex- diretor da TERRACAP, José Gomes Pinheiro, cópia de partes da documentação que a TERRACAP possui de duas das três fazendas que incluí no meu recorte. No caso do imóvel Barra Alta, as cópias de escrituras e certidões, ao que parece, são anexos de um documento descritivo, datado de 1976, onde constam informações sobre o histórico, a origem e a demarcação judicial da propriedade e também sobre os seus condôminos. O documento foi assinado pelo chefe da Divisão de Operações Técnicas da Diretoria Imobiliária da TERRACAP, o engenheiro Marcelo Mundim Pena.

só seis irmãos ainda eram donos. No momento da desapropriação, em 1959/60, a Fazenda Barra Alta tinha um total de 2.950,150 alqueires dos quais 1.077,00 alqueires pertenciam ao Sr. Zuzu.

Também a leitura da escritura das terras pertencentes ao Sr. Zuzu Guimarães, cuja cópia constava entre os anexos desta documentação da TERRACAP²³, possibilitou-me imaginar como era a fazenda em que viveu.

[...] uma casa de residência, sede da fazenda, coberta com telhas coloniais, paredes de tijolos, área construída de 161 metros quadrados, com nove cômodos assoalhados e cimentados, pomar fechado de muros e cercas de aroeira, plantado de árvores frutíferas, rêgo d'água, quatro casas para empregados, uma pocilga coberta de telhas, piso de pedras, e paiol coberto de telhas, com paredes de tijolos, uma casa para a fabricação de rapaduras, uma dita para caros de bois, cinco currais e uma casa para bezerros, tudo no valor calculado em CR\$ 1.718.388,00 [...] ²⁴

O nível de detalhamento desta descrição, maior que o encontrado nas escrituras das duas outras fazendas, deveu-se, certamente, ao direito de indenização²⁵ pelas benfeitorias. Ao ler este

23 Escritura lavrada no Cartório do 2º Ofício, tabelionato Borges Teixeira, em Brasília, no ano de 1960, conforme referência a seguir, extraída da cópia que consta na Documentação do Imóvel Barra Alta (TERRACAP, 1976): CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS. TABELIONATO BORGES TEIXEIRA. Brasília, DF. Escritura de desapropriação amigável de imóveis rurais de glebas da Fazenda Barra Alta e da Fazenda Riacho das Pedras localizadas em território desmembrado do Município de Formosa-Go. Desapropriados: José Guimarães Zuzu e Olívia Cardoso Guimarães. Expropriante: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP). Tabelião substituto: Luiz Carlos Borges Magalhães. Registrado no Livro de nº 3, p. 39. Brasília, 27 de outubro de 1960.

24 GUIMARÃES (2005), Entrevista Citada.

25 Compromisso assumido desde o início das desapropriações pela Comissão de Cooperação.

trecho da escritura, imagino a entonação do Sr. Zuzu Guimarães no momento em que prestava essa declaração e o pesar em deixar tais coisas construídas naquele espaço que, ao longo de sua vida, se tornou pleno de significados, por ser seu lugar de viver. GODOI (1999) ²⁶

Comissão de Cooperação - atividades e resultados

Os trabalhos da Comissão iniciaram-se na cidade de Luziânia. Altamiro Pacheco chegou acompanhado de advogados e um engenheiro agrimensor e com a posse de uma procuração do governador Juca Ludovico que lhe dava plenos poderes para realizar as desapropriações. A chegada desses foi um acontecimento: puderam ocupar o prédio de uma maternidade recém construída e foram bem recebidos com direito, numa determinada madrugada, a uma serenata com solos de clarineta para valsa de Vicente Celestino. E o Dr. Altamiro disse “meu Deus do céu, pensei que ia morrer sem ver uma coisa tão bonita como essa, faz sempre, faz sempre disso. MEIRELLES (2005)”²⁷

Os fazendeiros eram convocados pelo rádio a virem ao escritório na cidade ou eram visitados por Altamiro e seus auxiliares. Nestas incursões pelas fazendas para fazer um trabalho de convencimento junto aos fazendeiros eles passavam o dia. Os acompanhantes sabendo do prestígio de Altamiro Pacheco e da “hospitalidade das famílias goianas”, davam um jeito de chegar à cozinha preferências alimentares desse médico. Falavam em voz alta: - “O Dr. Altamiro gosta de leitão a pururuca, frango ao molho pardo, de laranja oura..., e certamente na hora da refeição estes regalos estavam à mesa e o saco das laranjas pronto para que

26 GODOI (1999). Op. cit.

27 MEIRELLES Jefferson entrevista a mim concedida. Luziânia, GO, 20 dez. 2005.

levassem com eles. E o Dr. Altamiro totalmente inocente...” MEIRELLES (1997).²⁸

Elementos do cotidiano vividos naquele contexto saltavam das fontes pesquisadas possibilitando compreensão e interpretações outras. A vida cultural de Luziânia com suas fazendas ocupadas não condiziam com afirmações como a de SILVA (1999)²⁹ de que a área que abrigaria o novo Distrito Federal era um vazio um NADA a ser salvo do atraso.

A aposta no prestígio pessoal de Altamiro Pacheco foi um trunfo utilizado pelo governo de Goiás para realizar a tarefa da desapropriação. Muito rico e respeitado conduziu de forma personalista sua tarefa. Ele era um médico conceituado e grande proprietário de terras das quais doou parte para a construção de Goiânia.

Domingos Juliano, um dos advogados da Comissão de Cooperação, fez uma análise a respeito do povoamento da região a ser desapropriada, que teve dois ciclos de preocupação com registro das propriedades. O primeiro, foi aquele que denominou como o “setecentista do ouro em Goiás até a abolição dos escravos”. Embora com falhas, nessa época foram organizados os títulos de propriedade. O segundo ciclo iniciou-se em 1955, a partir do momento em que o governo de Goiás declarou as terras para construção da nova capital como de utilidade pública, para efeito de desapropriação. Entre um e outro ciclo ele afirma que se assistiu a um período de desinteresse com relação ao controle dos registros de propriedade. Nem mesmo a construção de Goiânia gerou alguma mobilização para se efetuar a atualização destes registros de terra. Disse ainda: [...]

28 MEIRELLES, Dilermando. Palestra feita em 1997 no IHGDF. Brasília, DF registrada fita VHS nº 0030 acervo IHG-DF.

29 SILVA, Ernesto. História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1999. p. 133.

Centenas de inventários, dezenas de divisões têm que ser efetuadas, elos apagados ou ocultos ligando gerações devem ser reavivados e trazidos à luz. Proprietários que não são proprietários ou que ignoram a existência de seus direitos, impostores, ‘grileiros’, ausentes, incapazes, toda uma pequena legião de figuras têm que ser localizada na arena forense. Uma verdadeira rede de sucessões que está a exigir o trabalho dos interessados diretos na apuração e na discriminação geodésica de cada imóvel. PACHECO (1975)³⁰,

O ano de 1956 foi o mais produtivo da Comissão de Cooperação, o ímpeto inicial foi fator favorável. Já havia ocorrido a liberação das verbas para indenização conseguidas por influência do Senador da UDN Jerônimo Coimbra Bueno no senado e foram desapropriadas 33 (trinta e três) fazendas.

Em 1957 o trabalho continuou e Altamiro Pacheco se ausentou por motivos de saúde e viagem havendo uma descentralização das atividades com a criação dos escritórios de Formosa e Planaltina a cargo dos advogados da Comissão.

Em setembro de 1958 já estavam desapropriados quarenta e sete fazendas com área total de 39.843,637 alqueires, dos 118.159,151 que compunham aproximadamente 5.800 quilômetros quadrados do novo Distrito Federal³¹.

Este resultado de 1958 foi a prestação de contas final de Altamiro Pacheco ao governador Juca Ludovico. A carta-relatório que a acompanha é extensa e engloba quatro relatórios, sendo três da equipe jurídica e um relatório técnico elaborado pelo engenheiro agrimensor da Comissão.

Altamiro Pacheco antes de apresentar, na íntegra, o que escreveram estes quatro colaboradores, neste encerramento de sua

30 PACHECO. Op. cit. P. 138

31 Id. p. 132

participação, destaca que estava entregando ao governador: a apuração e o exame jurídico dos documentos referentes a todos os imóveis; a relação nominal de todas as fazendas com as respectivas áreas e limites; o cadastro e a respectiva planta-índice de todos os imóveis primitivos abrangidos pela área, definidos através da documentação jurídica com histórico a partir dos registros paroquiais, das folhas cartográficas, em escala de 1:125.000; a relação completa das fazendas adquiridas por compra amigável, no decorrer da última fase dos trabalhos; soma, discriminação e comprovantes das despesas efetuadas, e, finalmente alguns esclarecimentos que se fazem necessários para melhor compreensão do que até aqui se realizou e que, parece-nos, serão úteis ou mesmo imprescindíveis como base em que deve apoiar-se a desapropriação judicial.³²

Altamiro Pacheco deixa muito claro que, a partir daquele momento, não acreditava mais ser possível continuar as desapropriações amigáveis, devido ao andamento acelerado das obras da construção da cidade e à pressão inflacionária e especulativa quanto ao valor dessas terras que o acompanhava. Ou seja, o tempo não contava a favor das atividades da Comissão de Cooperação. A desapropriação judicial era a saída que restava.³³

Sobre o que isto representava alertou outro membro da Comissão [...]. Não haverá oportunidade de devaneios e otimismo, porque a desapropriação judicial das terras do planalto não será jamais uma passeata de bacharéis!³⁴ Não foi e não é de fato tarefa fácil. A recorrência de temas referentes a problemas de legalização

32 PACHECO. Op. cit. p.132

33 Foi sugerida, por Altamiro Pacheco, a aquisição extrajudicial, ou seja, a permuta entre propriedades que ocupavam o Distrito com terras devolutas ou outras de propriedade do Estado. Não consegui informações quantitativas sobre isto.

34 PACHECO. Op. cit. p.143.

de terras circulando nos diversos meios de comunicação aqui no Distrito Federal é uma constatação disto.

Acredito que foi perdida, naqueles primeiros anos em que atuou a Comissão de Cooperação, a chance ainda que remota de haver a unificação da situação das terras do Distrito Federal em que todas pertencessem ao Governo Federal. Podemos concluir que aquele passado quando ficou inconclusa a tarefa daquela Comissão não ficou encerrado, pois o passado está em continua reconstrução a partir de inquietações do nosso presente, e a complicada situação fundiária no Distrito Federal hoje³⁵ está a exigir que isso ocorra.

35 O Distrito Federal hoje compreende terras de naturezas jurídicas diversas, a saber: terras devolutas, de domínio público, que não se acham no domínio particular por qualquer título legítimo, e não foram objeto de ação discriminatória; terras públicas, agregadas ao patrimônio público por desapropriação ou doação; terras particulares registradas no Cartório de Registro de Imóveis do Distrito Federal; públicas e particulares em regime de propriedade comum, adquiridas pela TERRACAP- Companhia Imobiliária de Brasília – por desapropriação ou compra e venda, ainda não submetidas ao competente processo legal ou amigável de divisão; terras cujos proprietários são desconhecidos, designadas como terras em exame pela TERRACAP (SOUTO MAIOR, 2006). Trecho extraído do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal- Documento Técnico - versão Final – Novembro/2007 p.104.

LAGO PARANOÁ - A ORIGEM

DENISE COELHO SILVA RABELLO¹

Criada na ponta do lápis, Brasília presenteou-nos com sua arquitetura, seu urbanismo e seu paisagismo. Encheu de orgulho o brasileiro. Fez o Brasil pensar que era capaz. Fez até um belíssimo lago.

Em uma cidade referência em qualidade de vida, Patrimônio Cultural da Humanidade, o Lago Paranoá foi idealizado muito antes de sua fundação. Pensado em 1885, e realizado em 1960, o lago instiga o brasiliense sobre a origem desta História que atravessou séculos. O conhecimento da História do Lago Paranoá leva a conscientização do seu valor e a preservação para a sociedade brasiliense de seu patrimônio.

O Lago Paranoá e Brasília têm em comum histórias que traduzem o quanto lutamos por ideais nacionais.

Quando Glaziou, o paisagista do Império, desembarcou no Brasil em 1858 atendendo a chamado do Imperador D. Pedro II, o seu desejo era dar cara nova aos jardins imperiais do Brasil. Formado em engenharia civil e em botânica no Museu de História Natural de Paris teve relevante atuação em projetos de jardins, praças e parques.

Inspirado na Europa que se abria para os jardins bucólicos de

¹ Professora de História da SEDF especialista em História do Brasil, atua no IHG-DF por meio de Convênio

influência francesa, bem como a adoção de plantas brasileiras em praças e ruas do país nas três décadas que viveu no Brasil, Glaziou transformou a paisagem brasileira na segunda metade do século XIX. Desde as Quintas da Boa Vista, o jardim do Palácio Imperial de Petrópolis, o Parque São Clemente em Nova Friburgo, a Praça D Pedro II (atual Praça XV de Novembro) até a recuperação Floresta da Tijuca foram exitosos trabalhos desenvolvidos pelo botânico.

Mas foi no inóspito planalto central brasileiro que o francês de Lannion, Auguste François Marie Glaziou idealizou grande obra.

Entre as comissões criadas para pesquisas no Brasil Central, está a Comissão Exploradora do Planalto Central (1892 a 1896), cumprindo determinação da Constituição Republicana de 1891 que previa a mudança da capital federal:

“Art. 3º Fica pertencendo à União, no Planalto Central da República uma zona de 14.400 Km, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital Federal”.

No governo de Floriano Peixoto, esta comissão oficial realizou um vasto trabalho liderada pelo astrônomo belga Luís Cruls. A Missão Cruls fez o estudo e a demarcação da área de 14.400 Km, que incorporava áreas das antigas fazendas e vilarejos do estado do Goiás.

Botânico da Comissão de estudos da Nova Capital do Brasil, a 2ª Missão Cruls, realizada no período de julho de 1894 a dezembro de 1895, Glaziou participa de forma crucial a respeito dos estudos. Ele aponta em seu relatório a possibilidade da existência do Lago. Assim ele escreve:

“entre os dois chapadões, conhecidos na localidade pelos nomes de Gama e Paranoá, existe imensa planície em parte sujeita a ser coberta pelas águas da estação chuvosa; **outrota era um lago** devido à junção de diferentes cursos de água formando o rio Parnauá; o excedente desse lago, atravessando uma depressão do chapadão,

acabou com o carrear dos saibros e mesmo das pedras grossas, por abrir nesse ponto uma brecha funda, de paredes quase verticais pela qual se precipitam hoje todas as águas dessas alturas. [...] **É fácil compreender que, fechando essa brecha com uma obra de arte** (dique ou tapagem provida de chapeletas e cujo comprimento não excede de 500 a 600 metros, nem a elevação de 20 a 25 metros) **forçosamente a água tornará ao seu lugar primitivo e formará um lago** navegável em todos os sentidos, num comprimento de 20 a 25 quilômetros sobre uma largura de 16 a 18.

Além da utilidade da navegação, a abundância de peixe, que não é de somenos importância, o cunho de **aformoseamento** que essas belas águas correntes haviam de dar à nova capital, despertariam certamente a admiração de todas as nações”. (GLAZIOU, 1893). [grifo nosso].

CRULS, Luís - Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. Relatório Cruls. Edição Especial do Relatório da Missão Cruls (1892-1992).

Esse registro é o início. É a ideia. É o Lago!

Em 1948, a Comissão de Estudos para a localização da Nova Capital do Brasil, presidida pelo General Poli Coelho referendou os estudos da Comissão Cruls, 55 anos depois. No entanto, não faz citações ao lago.

Somente na Comissão de Localização da Nova Capital, presidida pelo Marechal José Pessoa, em 1955, os urbanistas Raul Pena Firme, Roberto Lacombe José de Oliveira Reis, membros da Subcomissão elaboram um estudo preliminar para a nova capital. Este estudo já privilegiava o nosso lago e assim constava no relatório: *“projetou-se uma barragem a jusante do rio, que se transforma num lago ornamental.”*

Juscelino Kubitschek é eleito presidente do Brasil em 1955. No seu plano de metas, a construção da nova capital Brasília era meta-síntese.

É lançado o edital de concurso para o Plano Piloto da Nova Capital do Brasil. Os candidatos estavam cientes que deveriam criar uma cidade e que um lago existiria ali. Em 15 de março de 1957, o júri escolheu o projeto de número 22 de autoria do arquiteto e urbanista Lúcio Costa. O projeto era simples e belo. Indicava ali no Planalto Central brasileiro uma cidade-parque, reunia perspectivas e influências de muitas partes do mundo.

Há algum tempo Lúcio Costa, se destacava no cenário das artes e arquitetura no Brasil. Estudante da escola de Belas Artes do Rio de Janeiro e, posteriormente, diretor dela, foi responsável por mudanças no ensino de arquitetura e urbanismo. Humanista, reservado, mas interessado e preocupado com as questões brasileiras, teve como colegas de trabalho Carlos Drummond de Andrade, Rodrigo Melo Franco e Oscar Niemeyer.

Chamando o lago de lagoa no seu plano vencedor, Lucio Costa contempla o Lago Paranoá e a ocupação de sua orla como descreve no item 20 do Relatório Descritivo do Plano Piloto de Brasília 1959: *“Evitou-se a localização dos bairros residenciais a orla da lagoa, a fim de preservá-la intacta, tratada com bosques e campos de feição naturalista e rústica para os passeios e amenidades bucólicas de toda a população urbana. [grifamos]”*

O brilhante urbanista autor do Plano Piloto de Brasília se refere ao Lago com salvação: “O Lago Paranoá foi fundamental desde o início e não foi proposta minha. Quando foi escolhido o local da nova capital já havia a possibilidade de se fechar aquela garganta e criar o lago. De modo que o lago foi uma peça fundamental na proposta da nova capital. Acho, de fato, que se deve tornar o lago mais acessível para a maioria da população” (COSTA, 1987).

No seu livro *Por que construí Brasília* o presidente Juscelino Kubitschek nos relata as dificuldades que se apresentaram no processo da construção da barragem que originaria o Lago. Problemas com a firma contratada inicialmente o deixara bastante preocupado: “[...] o êxito da Operação -Lago valeu o risco corrido. A barragem foi construída e fechada justamente a doze de setembro e, neste dia, teve início o represamento do Paranoá.”

O local da capital já fora escolhido. O lugar do lago também. O sítio Castanho receberia os traços de Lucio Costa. A “fenda” muito antes vista por Glaziou, deveria ser preenchida.

A fenda apontada pelo talentoso botânico em 1885 não era a mesma em 1958. No final da década de 50 uma população de centenas de famílias ali morava. Fazendo alusão ao farto material de construção usado para os barracos, a vila passa a ser chamada de “Sacolândia”. Depois, “Vila Bananal” e pela liderança do funcionário da NOVACAP Amaury de Almeida a vila de operários passou a ser conhecida por “Vila Amaury”.

Durante oito meses as águas avançavam mansas, lentamente, por sobre as terras secas e coloridas do cerrado. Terras inundadas.

Foram assentadas em Sobradinho as primeiras famílias transferidas da Vila Amaury e de invasões próximas a Vila Planalto. Outras famílias foram encaminhadas para a cidade do Gama.

É preciso pontuar a labuta dos operários na construção da barragem do Paranoá e a intervenção do presidente Kubitschek durante as obras, tida como impulso vital para a tão esperada conclusão das obras.

Transcorridos mais de meio século após a inauguração da Capital Brasília, o Lago Paranoá está lá, calmo e cristalino, refletindo o céu de Brasília, único para quem o conhece, compondo um cenário talvez não imaginado, mas vivido, cada momento, pelos que ali sonharam anos antes.

A cidade de Brasília é recente. Contudo, as pesquisas demonstram que a sua história atravessou séculos e o Lago Paranoá participa dessa como se abraçasse com suas águas o clamor de suas origens.

Nesse sentido torna-se oportuna a reflexão da apropriação do lago pela comunidade. Brasilienses, candangos, moradores do Distrito Federal, turistas, pesquisadores, pescadores, ambientalistas e até mesmo os aventureiros, aqueles que desfrutam de suas belezas precisam conhecer essa bela História.

O Lago Paranoá é um patrimônio natural da capital Patrimônio da Humanidade. Valorizemos as visões, as decisões, a empreitada deles: Glaziou, Juscelino, Lúcio, Oscar, Sayão, Israel, Ernesto e tantos outros.

É certo que conhecendo as nossas origens poderemos, assim, contribuir para uma sociedade mais consciente dos seus lagos, das suas cidades, das suas vidas, da sua História.

REFERÊNCIAS

Constituição Republicana 1891.

FONSECA, Fernando Oliveira. Org. *Olhares sobre o Lago Paranoá*. Brasília: Secretaria de Meio Ambiente e recursos Hídricos, 2001.

CRULS, Luiz. *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central*: relatório Cruls. Brasília: CODEPLAN, 1992.

Relatório Técnico sobre a Nova Capital da República: relatório Belcher. 3 ed. Brasília: CODEPLAN, 1984.

COSTA, Lúcio. *Relatório do Plano Piloto de Brasília*: Brasília Cidade que Inventei. ArPDF, CODEPLAN, DePHA. Brasília: GDF, 1991.

KUBITSCHKE, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Brasília: Senado Federal, 2009

DIREITOS INVIOLÁVEIS DA NATUREZA E DIREITOS HISTÓRICOS DO HOMEM

EUGÊNIO GIOVENARDI¹

Como os elementos – hidrogênio e carbono – se organizaram na evolução cerebral para tornar a matéria humana consciente é o segredo da vida e o mistério do universo.

A expressão “direitos da natureza” foi rejeitada como “absurda” pelo filósofo, historiador e ambientalista australiano John Passmore (1914-2004). A menção acima foi cunhada por outros ecologistas em contraposição à Declaração Universal dos Direitos Humanos (Resolução 217, 10.12.1948) para combater as injustiças, os preconceitos e as desigualdades.

Difundiu-se, em quase todas as culturas, a teoria aplicada à prática, baseada em lendas criacionistas, de que a natureza e tudo o que a compõe, vidas e belezas, são para a felicidade exclusiva da espécie humana, atitude dita antropocentrismo. O homem, ao lado da matéria inanimada, da matéria viva, é a única matéria consciente capaz de expressar com a palavra as associações da mente. Matéria consciente porque é feita dos mesmos átomos – hidrogênio e carbono – que se encontram em todos os seres vivos.

¹ Acadêmico do IHG-DF – Cadeira nº 94
Patrono: Gilberto Freyre

Como esses mesmos elementos desembocaram na evolução cerebral para tornar a matéria humana consciente é o segredo da vida e o mistério do universo. É tão fantástico que, ao longo da história humana, se buscaram explicações não naturais. Que efeito extraordinário não deve ter sido, há milhões de anos, quando nosso antepassado disse “existo” e deu nome a um objeto útil ou a um fruto comestível! Hoje, dizemos as maiores idiotices, sem nos apercebermos de seu significado e, menos ainda, de suas consequências. Esse diferencial em relação a toda outra matéria produziu tamanha autoconfiança e supremacia que logo, alguns milênios depois, o homem se autodenominou rei da criação, com direitos monárquicos.

A humanidade é uma briga de reis. É tamanha a convicção de sua nobreza real individual que, milhões de anos depois, a cúpula da monarquia humana propôs uma lista de direitos do homem-rei. A quem o rei da criação vai reclamar seus direitos a não ser a si mesmo? O direito é o reconhecimento de uma prerrogativa, um privilégio, um favor. Como todos os reis têm as mesmas prerrogativas, atendê-las vai depender de juízes, árbitros, advogados de acusação e defesa, de sentenças e execuções.

O rei humano costuma impor suas prerrogativas e concluir que elas são superiores e mais valiosas que a de outras vidas. As guerras antigas e as atuais se originam da organização hierárquica dessas prerrogativas, da força e da astúcia de sua defesa. Reis fortes contra reis fracos. No dia em que nosso ancestral disse “eu existo” e ouviu outro vizinho repetir a mesma descoberta, foi declarada a guerra universal e a comida começou a escassear.

As prerrogativas da monarquia que se expandiam sobre vastas regiões da Terra, primeiramente baseadas na alimentação, resultaram na escassez de frutas, da caça e da pesca. Os monarcas avançaram sobre as florestas, os rios e os mares. A domesticação

de animais e de sementes deu aos monarcas ou reforçou neles a ideia e a convicção de que têm direito sobre qualquer vida que se manifesta ao seu redor. Esse comportamento já dura mais de vinte mil anos.

Em contraposição aos direitos da monarquia humana surgiu dela mesma uma reação crítica às consequências da imposição dessas supostas prerrogativas sobre as outras formas de vida. A vida é a prerrogativa essencial comum a todos os seres vivos. As vidas interdependem e se intercomunicam. A vida é um traço que une todas as matérias vivas, independentemente de sua característica essencial. Uma vida depende de outra. Relação “intervivos” que o ambientalista norueguês Arne Naess denominou ecologia profunda. Todas as vidas são formadas pelos mesmos elementos que se associam, são processados, elaborados e novamente transformados em vidas.

A quem as árvores vão reclamar suas prerrogativas para continuarem sua função de laboratório produtor de oxigênio? Não esperam elas que os humanos saibam usar as próprias prerrogativas para que a vida do planeta continue?

As prerrogativas do monarca humano se originam da prerrogativa da vida de todos os seres vivos que formam a cadeia sintrópica da interdependência concebida pelo arquiteto americano Ian McHargh. Os direitos do homem nada têm a ver com o tribunal da natureza. É uma questão a ser resolvida nos tribunais do homem, isto é, entre monarcas. Nem a natureza pode sofrer com a guerra entre monarcas que não conseguem se entender em seus próprios tribunais.

Há que buscar outra saída para o diálogo entre o ser consciente e os bilhões de outros seres vivos. A vida não é um direito. Ela é fundamentalmente um fato natural.

A vida é a consequência da combinação dos elementos que se copiam e se reproduzem no processo evolutivo permanente e resistente. Há fracassos nessas combinações, especialmente porque uns precisam dos outros para que resultados positivos sejam alcançados. Os mais resistentes, segundo as leis evolucionistas, sobrevivem. Pois há um poder molecular intrínseco, imanente na organização genética dos seres vivos, segundo o biólogo evolucionista E. O. Wilson. As imensas florestas de pinheiros-araucária indicam uma tribo vegetal poderosa, mas limitada por outras espécies organizadas. A organização social e política da espécie humana repete essa mesma forma de expressão, de ocupação de espaços, de limitação e de conflitos entre as múltiplas tribos.

Diante do fato da vida, nasce a prerrogativa de sua proteção, conservação e reprodução. A ocupação do espaço geográfico para reprodução da vida é determinada pela existência de alimentos ou facilidade de produzi-los. As diferenças dessa determinação entre o ser consciente e os demais seres vivos estão na forma de adaptação ao clima e suas variações. Na essência vital, todos os organismos vivos se compõem dos mesmos elementos moleculares.

A devastação ambiental, a redução ou extinção de organismos vivos para dar lugar à presença da espécie humana representam limitações à preservação de vidas. O conflito entre tribos ou nações que origina a reclamação dos direitos do homem em tribunais brota da forma irracional de sua relação com outros seres vivos e da desconsideração da interdependência entre eles.

O pacto de convivência pacífica e racional precisa ser estabelecido entre todas as espécies vivas e esse acordo só pode partir da espécie humana.

É o que entendo por ecologia: o permanente estudo da casa comum na qual vivem todos os seres vivos. A preservação e reprodução de vidas, antes de terem caráter emocional, social, político ou místico, são fruto da racionalidade da espécie humana e da sintropia dos seres vivos.

A espécie humana não sobreviverá num planeta estéril e desértico. Perderá seu tempo a reclamar os direitos humanos nos tribunais da ONU.

Os direitos humanos elencados pela sábia e prudente Assembleia-Geral das Nações Unidas representam uma preocupação antropocêntrica e parcial da convivência dos seres vivos do planeta. Dos trinta artigos aprovados, apenas um parágrafo menciona a comunidade como se ela não tivesse relação alguma com os demais seres que vivem ao seu redor. Mais plausível seria se, em vez de “comunidade”, fosse dito “biocomunidade”, cenário para um real desenvolvimento humano. Uma nova redação poderia ser:

Artigo XXIV. 1. Toda pessoa tem deveres para com a biocomunidade, no qual é possível o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade.

É impensável o pleno desenvolvimento da personalidade humana sem a coparticipação de todas as vidas do planeta. O que se poderia definir como ecossociobiologia.

A vida como fato natural, que independe dos direitos humanos, requer a compreensão dos elos biológicos e genéticos comuns a todos os seres vivos. A sobrevivência da espécie humana está nas mãos dos agricultores. Dos planejadores de cidades cada dia mais fazedoras de desertos. Dos investidores e empresários de indústrias poluidoras. De consumidores vorazes e obsessivos. De

governos erráticos promotores de grandes índices de crescimento econômico para manterem o poder político. Não menos importante é buscar o número “ideal” da população mundial pelo controle inadiável da expansão demográfica universal, em discussão na *World Optimum Population Conference*.

O argumento de que a tecnologia poderá solucionar indefinidamente a questão alimentar ou que a injusta distribuição da renda é a causa da miséria, da fome e da exploração do homem pelo homem, muitas vezes, têm mero valor matemático e estatístico para justificar o comércio e o consumo de bens nem sempre necessários e, muitas vezes, supérfluos. Os artifícios tecnológicos para adaptação da espécie humana às variações climáticas são importantes e necessários, mas são estruturalmente limitados pela gradativa diminuição da biodiversidade.

O impacto do superpovoamento local, nacional e mundial apresenta, pelo menos, dois aspectos importantes.

O primeiro aspecto é a pressão sobre a biosfera, a biodiversidade, os cursos de água, a busca de alimentos, colhidos na natureza ou produzidos pela mão, e a complexa organização do assentamento humano em extensas urbanizações. Modifica-se o ambiente. Adapta-se a área às condições de sobrevivência, reprodução e conforto da população. Uma espécie viva toma o lugar de milhares de outras espécies vivas que são deslocadas ou simplesmente eliminadas. Eliminam-se dez e repõe-se uma, se tanto.

O segundo aspecto se reflete na histórica incapacidade de administrar com justiça e equidade grandes populações e toda a população. Em consequência, é grande a desigualdade na oferta de oportunidades em temas essenciais como alimentação, água,

qualidade do conhecimento universal, da saúde física e mental que favoreçam a criatividade individual em benefício da comunidade mundial da espécie humana.

É o confronto universal dos seres vivos no único cenário possível: a natureza. Todos os seres vivos estão confrontados em defesa de suas prerrogativas básicas de sobrevivência, reprodução e sucessão das espécies. Esse confronto é regulado pela lei natural da vida ou, como já definia Lucrécio antes de nossa era, pela natureza das coisas.

A Natureza põe, indistintamente, à mesa de todos os seres vivos os mesmos elementos que asseguram a vida. A água, o hidrogênio, o carbono, o oxigênio, presentes em todos os seres vivos, põem a todos no mesmo pé de igualdade vital.

Os elementos são comuns e determinados pelo processo iniludível da interdependência vital e seminal de todas as espécies vivas. A sobrevivência de uns depende da sobrevivência de outros.

As características de cada espécie, seja roseira ou bananeira, girafa ou leão, são prerrogativas a serem consideradas no conjunto dos seres vivos que habitam a mesma casa – ecocomunidade –, mas cada qual em seu ambiente específico.

Como administrar a interdependência dos seres vivos? Questão cuja resposta é de exclusiva responsabilidade da espécie humana, pois é a única a ter consciência de sua origem e de seu fim. As demais espécies vivas são reguladas pelas variações climáticas e se adaptam segundo suas capacidades genéticas e biológicas. Dependem, como a espécie humana, de fenômenos naturais, normais ou violentos – terremotos, erupções vulcânicas, incêndios e outros cataclismos. Mas pesa sobre os seres vivos a mão do

homem, sua capacidade de organizar e destruir vidas, inclusive a própria vida.

Compreender e administrar a interdependência dos seres vivos constituem para a espécie humana a base de sua resposta. É, ao mesmo tempo, o fundamento da ecologia. Seu comportamento resultante da compreensão desse laço iniludível de solidariedade genética e biológica deveria conduzi-lo a decisões racionais, éticas e morais.

Preservar as prerrogativas vitais de todos os seres na biocomunidade, ou seja, obedecer ao funcionamento das leis naturais será a garantia da sobrevivência da espécie humana.

Que tipo de respostas as políticas do crescimento econômico, industrial, financeiro e comercial dão à interdependência dos seres vivos de cujo universo o ser consciente faz parte? Na prática, confundem-se os conceitos de crescimento econômico e de desenvolvimento dito sustentável. Atendem-se seletivamente os direitos do homem e menosprezam-se os direitos invioláveis da natureza ao longo da história humana.

UM BRASILEIRO NAS ABAS DO MAR DE ATLAS

FONTES DE ALENCAR¹

Em 1821 – o Brasil achando-se às vésperas de se tornar Independente – José Bonifácio doutrinava, nas suas “Instruções do Governo Provisório de São Paulo aos Deputados às Cortes de Lisboa”: “Parece-nos também muito útil que se levante uma cidade central no interior do Brasil para assento da Corte ou da Regência, que poderá ser na latitude, pouco mais ou menos, de 15 graus, em sítio sadio, ameno, fértil e regado por algum rio navegável.” A sugestão, embora avançada para a época, não caíra em terreno sáfaro. No dia 15 de junho de 1822, a Comissão de Deputados Brasileiros encarregada da redação dos artigos adicionais à Constituição Portuguesa, referentes ao Brasil, recomendava: “O Congresso Brasileiro ajuntar-se-á na capital, onde ora reside o Regente do Reino do Brasil, enquanto se não funda no centro daqueles uma nova capital.”

Nesse tempo, o Brasil ainda era dependente de Portugal. As sugestões, referentes à construção de uma nova capital, ficaram registradas apenas como um alvitre. Mesmo depois de fundado o Império, a idéia, embora muito discutida, não saíra do papel. Em 1823, José Bo-

¹ Acadêmico do IHG-DF – Cadeira nº 75
Patrono: João Alberto Lins de Barros

nifácio reafirmara a necessidade dessa providência, em sessão da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, através de uma *Memória*, sugerindo para a nova capital o nome de Brasília.

(**Juscelino Kubitschek** – *Por que construí Brasília* – Senado Federal, 2009)

1 - Segundo a mitologia grega, Atlas promoveu a passagem do Mediterrâneo para o mar oceano a que o mundo denomina Atlântico.

Tal notação me traz à mente a poesia pessoana de *Mensagem*, editado pela Thesaurus em 2006, com apresentação de José Santiago Naud.

Da obra mencionada são os dois poemas aqui reproduzidos:

Padrão

O esforço é grande e o homem é pequeno.

Eu, Diogo Cão, navegador, deixei

Este padrão ao pé do areal moreno

E para diante naveguei.

A alma é divina e a obra é imperfeita.

Este padrão sinala ao vento e aos céus

Que, da obra ousada, é minha a parte feita:

O por-fazer é só com Deus.

E ao imenso e possível oceano

Ensinam estas Quinas que aqui vês,

Que o mar com fim será grego ou romano:

O mar sem fim é português.

E a Cruz ao alto diz que o que me há na alma
E faz a febre em mim navegar
Só encontrará de Deus na eterna calma
O porto sempre por achar.

Mar Português
Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!

Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus deu ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.

2 - A partir do século V a.C., na era da Grécia Clássica, a eloquência avultou-se em Atenas. A propósito escreveu o erudito João Ribeiro em sua *História Antiga – I (Oriente e Grécia)* – Rio de Janeiro, 2ª ed., 1894:

Foi nos tempos em que floresceram as liberdades sob a proteção da democracia de Atenas, que se tornou possível a arte oratória. ... as escolas, as lições dos filósofos contribuíram para o exercício e cultura da eloquência. ... Mas como a eloquência é sobretudo admirável na indignação, foi justamente quando a Grécia ia sucumbir sob o jugo despótico da Macedônia, que surgiu o seu grande orador De-

móstenes, ele só vigoroso como um exército oposto aos do conquistador.

Demóstenes (384-322 a. C.) pronunciou as *Filípicas* alertando os gregianos dos propósitos márcios do macedoniense Filipe. Noutro passo o historiógrafo, sopesando os fatos correlatos que o tempo guarda, assinou que as palavras do *Orador fizeram-no o chefe dos patriotas que não queriam aceitar o jugo macedônico. Com a sua profunda e nobre eloquência, pôde obrigar o senado a resistir a Filipe; mas o entusiasmo do grande cidadão fora inútil; já a Grécia ia longe das suas virtudes cívicas...*

E no ano 330 daquela época com a *Oração da Coroa* o excelso tribuno pôs *esplêndido remate ao engenho e à glória de todos os oradores, que o antecederam, e tornou quase impossível que alguém entre os vindouros se lhe avantajasse na genial facúndia e na arte especiosa de dizer* – nas palavras de Latino Coelho, seu tradutor, aqui renovadas.

Tenho comigo exemplar dessa obra de Demóstenes, editada em 1987 pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, de Lisboa. Trata-se de versão direta do grego por J. M. Latino Coelho, contendo estudo seu dele atinente a civilização da Grécia. Prefaciou-a Maria Helena da Rocha Pereira.

José Maria Latino Coelho (Lisboa, 1825 – Sintra, 1891) pertenceu à vetusta Instituição, de que também foi integrante José Bonifácio de Andrada e Silva.

3 – Reinava em Portugal D. Maria I (Lisboa, 1734 – Rio de Janeiro, 1816) quando a Academia das Ciências de Lisboa foi criada (1779). Mais adiante no tempo, D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal abdicou da coroa portuguesa (1826) em favor de Maria,

filha dele e da imperatriz Maria Leopoldina; e ela reinaria como Maria II de Portugal até 1853. Pedro V, filho seu, sucedeu-lhe no trono.

4 – Era ainda a primeira metade do Século do Descobrimento quando o aglomerado humano num ponto do litoral atlântico surgira. Daí, a vila; depois, bem depois, a cidade de Santos, que afronta o brasílio mar. Acolá nascera José Bonifacio de Andrada e Silva, já no Setecentos. Na década de oitenta dessa centúria singrou o oceano destinando-se a Portugal. Antes de ultimar-se o decênio em que ali chegara o moço santista findaria na antiga instituição de ensino conimbricense o curso jurídico e ainda os de matemática e de filosofia. Egresso do estabelecimento coimbrão, o Duque de Lafões fê-lo por integrar-se à Real Academia das Ciências de Lisboa.

Em relação a essa conjuntura diria Latino Coelho em seu *Elogio Histórico de José Bonifacio de Andrada e Silva* * lido na sessão pública do instituto lisbonino em 17 de maio de 1877:

Para que Portugal participasse na energia científica do seu tempo, se fundara a Academia das Ciências de Lisboa, igualmente devotada ao progresso da ciência especulativa e às suas frutuosas aplicações à vida social. Nesta nascente instituição haviam tido ingresso todos os talentos, que podiam eficazmente colaborar na obra delineada pelo duque de Lafões e pelo egrégio naturalista Corrêa da Serra. Não é pois para estranhar que os dois instituidores da Academia, ao saber que uma provada vocação se anunciava, buscassem desde logo recebê-la no seu grêmio e associá-la à sua empresa.

Ao sair da universidade, generosamente acolhido pelo duque entrou José Bonifacio na Academia, como sócio li-

vre, em anos tão verdes e juvenis que o viço da mocidade parecia contradizer a grave compostura da academia.

Em passo adiante o orador mostrou o ambívio com que em dado momento da História se defrontou o nosso País:

Quando se ia aproximando o termo improrrogável dessa longa gestação, em que Portugal, o povo descobridor, haveria de brotar do seio a sua maior e derradeira criação – um império florente além do Oceano – os homens eminentes começavam a nascer na terra destinada a quebrar as algemas de colônia para cingir o diadema de nação.

5 – Napoleão Bonaparte em 1804 fora proclamado Imperador dos Franceses. Curto foi o lapso de tempo até a decretação, pelo imperante, do bloqueio continental contra a Inglaterra. Sobreviria em breve a invasão de Portugal, com o General Junot a frente das tropas francesas. Antes desse grave fato operou-se a transmigração da família real portuguesa para o Brasil. Corria já o ano de 1808.

Na lusíada terra adveio resistência ao invasivo gesto. A propósito narrou o insigne encomiasta:

Torna-se Portugal um acampamento. Não podia o brioso professor ficar-se remansado estudando os seus diletos minerais ou pensando em desentranhar do solo os tesouros que revela a natureza à ciência e ao trabalho. Apercebem-se para a guerra os escolares, que não faltam jamais na ordem de batalha, quando as grandes idéias ou sentimentos generosos intimam à ciência que, à semelhança de Bellona antiga, vista as armas reluzen-

tes sobre as insígnias do saber. José Bonifácio é major, logo depois tenente-coronel e comandante do animoso e devotado batalhão. A ciência abre o seu tesouro a improvisados armamentos. Os laboratórios das escolas são agora ativos arsenais. Não há estado nem condição que exima das refregas. Os prelados ajustam sobre o roquete a armadura, os sábios lançam o sago belicoso sobre o capelo doutoral.

E mais disse

Anda José Bonifacio briosamente empenhado na resistência aos invasores. Tempera o ânimo para varonis empresas, que o terão ainda por ilustre paladino no fronteiro litoral do Oceano.

Atente o leitor para a intensidade deste tópico da peça oratória:

Em públicos testemunhos ficou assinalada a galhardia e o primor do grande naturalista como soldado e como chefe. Ele próprio, depois que terminada a campanha contra Soult – [Trata-se do general francês Nicolas Jean de Dieu Soult (1769-1851) que se retirou do Porto para a Espanha em 1809] – vovera a prosseguir as fainas científicas, ao dirigir-se como secretário à nossa corporação num seu discurso histórico, seguro de que a fama o não desmentiria, exclamava ainda respirando glórias militares: ‘Em tão ariscadas circunstâncias mostrei, senhores, que o estudo das letras não desponta as armas, nem embotou um momento aquela valentia, que sempre circulava em nossas veias, quer nascêssemos aquém ou além do Atlântico.’

6 - Também pede a nossa atenção, legente, este ponto da fala de Latino Coelho aos patrícios:

Não tenhamos a simpleza de julgar que ao ilustre pensador, enquanto serve com tão proveitosa dedicação a sua metrópole, na cadeira, na academia, na milícia, nos officios da administração e magistratura, se lhe não vão os olhos instintivamente para o fadado berço americano. Andrada é antes de tudo brasileiro.

E ainda estoutro, que por cardinal tenho:

As aspirações separatistas aparecem reveladas nos discursos do acadêmico [José Bonifácio] em os tempos deradeiros da sua morada em Portugal ... Que ele repugnava abertamente a dominação absoluta exercida no Brasil pela mãe-pátria, o põe de manifesto o seu último discurso à Academia, quando ... se despedia saudoso e agradecido à terra que o recebera e amimara por seu filho.

Com efeito, não se escoara a segunda década do Oitocentos e naquele então aportava na riba atlântica brasileira José Bonifácio de Andrada e Silva. Pouco depois, em Santos, o reencontro com familiares, entre os quais o irmão Martim Francisco; com outro, Antonio Carlos, que mais adiante se revelaria pujante orador parlamentar, não se reencontrou na ocasião, pois que prisioneiro se achava aquele por envolvido em o movimento revolucionário de 1817 no Nordeste.

Octávio Tarquínio de Sousa, no estudo biográfico que do notável santista traçou com mestria, expôs o panorama político do Brasil da época e respectivas cambiantes nos momentos que antecederam o “Fico”. E deste modo rematou o quadro:

Estava dado pelo príncipe o primeiro passo revolucionário. Daí até a ruptura completa, ele teria a seu lado, como o mais direto conselheiro, a José Bonifácio, nomeado sete dias depois, a 16 de janeiro, ministro do Reino e dos Estrangeiros.

Na primeira metade de 1821 o grande compatriota nosso – a quem a História, por antonomásia, nomearia *Patriarca da Independência* – já principiava, qual registrou aquele que lhe descreveu o viver, *de maneira positiva a sua participação nos sucessos da independência brasileira*.

Dos acontecimentos doutrora o descritor coligiu:

Era o guia, o condutor de homens que se impunha. Bem sabia José Bonifácio que muitos dos que ali estavam reunidos opinavam pela exclusão de qualquer elemento do antigo governo; e não demorou que nesse sentido se manifestassem. Mas o chefe que surgira atalhou que o dia devia ser de conagração geral, de verdadeira reconciliação. Esquecidos os ódios e as inimizades, estaria disposto a procurar a felicidade de todos; se, porém, não se pretendia resolver tudo em ordem, retirar-se-ia.

7 – Silvio Romero em *História da Literatura Brasileira** acerca de José Bonifácio escreveu:

... é um dos tipos mais complexos e mais interessantes da história da América. Sábio, poeta, homem de Estado
...

Noutro passo dessa obra, depois de referências a José Clemente, Diogo Feijó, e Araujo Viana, afirmou:

José Bonifácio é ainda a meus olhos o mais notável agente de nossa emancipação, como individualidade, como tipo representativo das afirmações nacionais. A independência, a elaboração do trabalho e do vigor de muitas gerações: foi uma obra popular; teve porém seus corifeus, e Andrada foi o maior deles.

8 – Em maio de 1823 instalara-se a Assembleia Constituinte. A política fervente atiçava a todos.

Octávio Tarquínio de Sousa pronunciou-se:

José Martiniano de Alencar, um dos que criticavam a ação do governo, reconhecia que, em dado momento, as medidas incriminadas haviam obedecido ao ponto de vista da salvação pública, mas já não eram necessárias.

O governo carecia de um líder. José Bonifácio – disse o seu biógrafo – *não possuía os dons necessários a um dirigente de assembleia política ... Martim Francisco não era por sua vez o homem indicado para encaminhar os trabalhos da Constituinte. Dos três irmãos Andradas seria Antonio Carlos o único a poder exercer o difícil papel.*

9 - Meara 1823. José Bonifácio saíra do Ministério. Antes de findar-se o dito ano ocorreram desatinos na política nacional. Pessoas seriam banidas do país, dentre essas as que compunham a tríade dos Andradas. Os expatriados chegaram a Europa. José Bonifácio permaneceu em França, primeiramente em Bordéus; depois em Talence. Um sexênio duraria o exílio.

No nosso lado atlântico o Imperador, que dissolvera a Cons-

tituinte, ele próprio outorgaria ao Brasil uma Constituição, a de 1824.

10 - Nos idos de 1888 saiu do prelo de B. L. Garnier, no Rio de Janeiro, a primeira edição de *História da Literatura Brasileira**, dantes mencionada, em dois volumes, de Silvio Romero. No principal deles, referindo-se ao pensamento abolicionista que se expandia na segunda metade do Oitocentos, e também à circunstância de que no século XVII já ferira o tema Gregório de Matos, *decano dos poetas e abolicionistas brasileiros*, distinguiu a figura de Luiz Gama: ... *o espírito prático, o vidente, aquele que teve a intuição pronta e real da questão...* Depois de registrar que era o tempo da guerra com o Paraguai, apontou:

a questão da emancipação dos cativos, posta no domínio de todos pelos publicistas, penetra nos corações pela ação dos poetas ...

E lembrou, então, os nomes de Trajano Galvão, Macedo Soares, Pedro de Calazans, José Bonifácio, Bittencourt Sampaio, Joaquim Serra, *antes de Castro Alves*, e os de Eliziário Pinto, Celso de Magalhães, José Jorge e Mello Moraes Filho *ao lado dele*.

*Poesias Avulsas** de Américo Elisio – conhecida onomatopose de José Bonifácio de Andrada e Silva – fora dado a lume lá em Bordéus no ano de 1825. A reedição brasileira dessa obra por Eduardo e Henrique Laemmert – Rio de Janeiro, ocorreu em 1861. A produção comporta mesmo uma juvenília; e exhibe paratexto com dados biográficos desse vulto extraordinário da nossa história. Essas publicações expõem nas respectivas capas a subsequente estrofe:

Se não me é dado rematar seguro
Ao alcáçar sublime da memória
Ao menos não submerge o esquecimento
O meu nome de todo; e venturoso,
Pelas gentis Camenas bafejado,
Sobre as ondas do tempo irá boiando.

11- A José Veríssimo não ficou desapercibido o estado d'alma do já então sexagenário herói brasileiro em razão do exílio que lhe foi imposto nos albores da independência nacional. Segundo o notável paraense, em sua *História da Literatura Brasileira*, de 1916,

repointou em José Bonifácio, aos sessenta e dois anos, o estro poético de que já dera amostras quando estabelecido em Portugal... A sua forte e não comum cultura literária e científica, e grandes experiências da vida fortaleceram-lhe o engenho poético. A paixão real fez o resto... Aquela deu-lhe aos versos, não obstante o ressaibo arcádico que se lhe descobre no estilo, no feitio e até na alcunha com que se disfarçou o autor, uma vida, uma emoção, uma sinceridade como se não encontra em nenhum dos poetas seus patrícios e contemporâneos, e que fazem dele acaso o único que tem personalidade e que, por isso, possamos ouvir ainda hoje.

No Rio de Janeiro, em 1931, a Livraria Francisco Alves publicou *Noções de História da Literatura Brasileira* escrita por Afrânio Peixoto que, respeitante a José Bonifácio, assim se exprimiu:

Sábio, político, estadista, poeta, o maior e o mais culto dos brasileiros do seu tempo. E autor de dois beneméri-

tos projetos de abolição da escravatura e civilização dos índios bravos.

12 - Atente o leitor para a *Dedicatória* que a reportada coletânea de poesias amostra:

Costumavam os gregos e romanos do bom tempo velho dedicar suas obras a seus naturais e amigos, porque a adulação e o interesse não aviltavam então as letras e as ciências.

Os grandes e os mimosos da fortuna, a cujas abas se acoitam hoje os peralvilhos literários, se não tinham verdadeiro mérito, nem recebiam, nem pagavam louvores mentirosos. Mas se no meio da vileza e da corrupção moderna não pode o escritor honrado obstar que escravos lisonjeiros ... enxovalhem com inépcias e baixezas a razão e as boas artes, pelo menos deve alçar a sua voz em seus escritos para atacar o crime e ridicularizar o vício, para instruir e enobrecer a humanidade;... ouse oferecer-te (leitor brasileiro) estes poucos e desvairados versos, Farpados restos do traquete roto, que me ficaram de incêndios e roubos sucessivos que de todos os outros deram cabo. Fui neles assaz parco em rimas, porque a nossa bela língua, bem como a inglesa, espanhola e italiana, não precisa de, absolutamente falando, do zum-zum dos consoantes para fixar a atenção e deleitar o ouvido; basta-lhe o metro e o ritmo: e quanto à monotônica regularidade das estâncias, que seguem à risca franceses e italianos, dela às vezes me apartei de propósito, usando da mesma soltura e liberdade, que vi novamente praticadas por um Scott e um Byron, cisnes da Inglaterra.

E assim finda-se o peritexto:

Quem folgar de marinismos e gongorismos, ou de Pedrinhas no fundo do ribeiro, dos versistas nacionais de freiras e casquilhos, fuja dessa minguada rapsódia, como de febre amarela.

Os substantivos marinismo e gongorismo utilizados pelo oferente prendem-se, respectivamente, ao italiano Gianbattista Marino (1569-1625) e ao espanhol Luis de Góngora e Argote (1561-1627).

Há nesse final manifesto antibarroquismo do poeta, segundo marca Massaud Moisés em *História da Literatura Brasileira* (vol. I, Cultrix, 2009).

13 - *A Pequena História da Literatura Brasileira*, obra de 1919, escrita por Ronald de Carvalho, expende:

Com a dissolução da Constituinte, em 12 de novembro de 1823, José Bonifácio começou a provar o travor da fortuna, que até então, só lhe sorrira. O poeta nasceu no desterrado. Já na velhice, já sexagenário, ainda encontrou a alma cheia de rumorosas vozes, capazes de se elevarem contra aqueles que o magoaram. A violência do seu temperamento repontou no ritmo dos versos vingadores, por entre falsos pretextos de prazer ou de amor... Sua poesia é assim, vigorosa, enérgica e violenta.

Tenho haver impropriedade na expressão – *O poeta nasceu no desterrado* – usada pelo laureado prosador e saliente poeta. **É que o poemário bonifaciano contém peças datadas do Século XVIII** (*Soneto*, 1783; *Ode à Poesia*, 1785; *Epístola*, 1786; *O Inverno*, 1788 e *Ausência*, 1790) e o exílio ocorreu na centúria seqüente. Dir-se-ia ser um caso menor ou simplesmente de nonada. Seria,

não se tratasse de dado biográfico de José Bonifácio **de Andrada e Silva**, **vulto** excepcional da nossa História. Ademais, na página do aludido caderno de versos em que estampado o quatorzeto de 1783, há o averbamento de que o autor tinha à época dezoito anos

Alfim, vale lembrar o que se acha em *Ars Poetica* – de Quintus Horacius Flaccus: *Indignor quandoque bonus dormitat Homerus*.

14 – Eis, caro leitor, o assinalado soneto de despedida inspirado na partida do jovem vate para Portugal:

Adeus, fica-te em paz, Alcina amada,
Ah! Sem mim sê feliz, vive ditosa;
Que contra meus prazeres invejosa
A fortuna cruel se mostra irada.

Tão cedo não verei a delicada,
A linda face de jasmims e rosa,
O branco peito, a boca graciosa
Onde os amores têm gentil morada
Pode, meu bem, o fado impiamente,
Pode negar de te gozar a dita,
Pode da tua vista ter-me ausente:

Mas apesar da mísera desdita
De tão cruel partida, eternamente
Nesta minha alma viverás escrita.

* Brasileira Digital

BICENTENÁRIO DE NASCIMENTO DO
VISCONDE DE PORTO SEGURO
HOMENAGENS A VARNHAGEN EM SOROCABA E SÃO
PAULO

JOSÉ ADIRSON VASCONCELOS¹

O Bicentenário de Nascimento do historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, foi celebrado nas cidades de Iperó, Sorocaba e São Paulo pelos seus Institutos de História e Geografia, com o apoio de entidades representativas do Estado e do País, em fevereiro de 2016, de 17 a 19.

Presença de representações de vários Estados brasileiros, com destaque para o presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, historiador Arno Wehling, que pronunciou a palestra *A Importância de Varnhagen na Historiografia Brasileira*.

Brasília se fez presente com a participação do autor destas notas, Adirson Vasconcelos, como convidado e representante do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal. Tratou do tema *Varnhagen e Brasília*.

COLÓQUIO SOBRE VARNHAGEN

A iniciativa paulista, denominada *Colóquio Comemorativo do Bicentenário de Nascimento do Visconde de Porto Seguro*, teve a

¹ Acadêmico do IHG-DF – Cadeira nº 27
Patrono: Francisco Adolfo de Varnhagen

organização e A direção do presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, historiador Adilson Cezar, secundado pelo IHG de São Paulo, presidido por Nely Martins F. Candeias, e pela Fundação e Colégio Visconde de Porto Seguro, sob a presidência de Marcos A. S. Bitelli. Assistência estratégica da Fundação Ubaldino Amaral, presidida por Laelso Rodrigues.

Da Programação Sociocultural e Científica levada a efeito nos três dias do Colóquio sobre Varnhagen, menção especial para as solenidades cívicas e de estudo, através de palestras, mesas redondas, visita à Floresta Nacional de Ipanema e Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema (onde nasceu Varnhagen, em 1816), apresentações lírico musicais pelos estudantes e Orquestra de Câmara do Colégio Visconde de Porto Seguro (regente Gretchen Miller e tenor Victor Fonseca), *City tour* ao Eixo Histórico, visita ao jornal *Cruzeiro do Sul*, dirigido pela Fundação Ubaldino do Amaral, presidida no Conselho Superior por Laelso Rodrigues, e ao Mosteiro de São Bento, em cuja Praça ergue-se o Monumento Tumular ao Visconde de Porto Seguro, inaugurado durante o Colóquio, com traslado dos restos mortais do *Pai da História do Brasil*.

APOIO E PARTICIPANTES

Significativo o apoio e a participação de importantes instituições, cujos dirigentes não mediram esforços e são os seguintes: Marcos A. S. Bitelli, da Fundação e Colégio Visconde de Porto Seguro; Eckhard Ernst Kupper, do Instituto Martins-Staden; Laelso Rodrigues, da Fundação Ubaldino do Amaral; Nelly Martins Ferreira Candeias, do IHG de São Paulo; Luiz Gonzaga Bertelli, da Academia Paulista de História e do CIEE-Centro de Integração Empresa-Escola; Alexandre Cordeiro, da Floresta Nacional de Ipanema; Prefeito Municipal de Sorocaba; IHGs de vá-

rios Estados, pelos seus presidentes ou representantes; jornalista José Carlos Fineis, editor do jornal *Cruzeiro do Sul*; governador Geraldo Alkmin, de São Paulo, que oficializou o Colar Visconde de Porto Seguro.

Um grupo de senhoras esposas de acadêmicos do IHGG de Sorocaba, sob a coordenação da sra. Dorotéia Cezar, esposa do presidente Adilson Cezar, cuidou da Recepção e Acolhida ao Colóquio Varnhagen. Secretaria da funcionária Solange Helena Marques Malafaia.

ESTUDOS E EVOCAÇÕES

Além do estudo do historiador Arno Wehling, presidente do IHGB, sobre *A Importância de Varnhagen na Historiografia Brasileira*, e as intervenções e reflexões do professor Adilson Cezar, do IHGG de Sorocaba, merecem citação as manifestações dos seguintes participantes: embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima, presidente da Fundação Alexandre de Gusmão; Nelly Martins Candeias, do IHG de São Paulo; José Carlos de Barros Lima, do Conselho de Paz e do IHG de São Paulo; Luiz Gonzaga Bertelli, da Academia Paulista de História; Eckhard Ernst Kupfer, do Instituto Martius Staden; Laelso Rodrigues, da FUA; Marcos Alberto Sant'Anna, presidente da Fundação Visconde de Porto Seguro; Euges Lima, do IHG do Maranhão; Pedro Lucas Lindoso, do IHG do Amazonas; Yêdda Pinheiro Borzacov, do IHG de Rondônia; Paulo Roberto Hapner, do IHG do Paraná; Luiz Roberto Fontes, médico legista; Ronaldo dos Santos Santiago, da Academia Campineira de Letras, Ciências e Artes das Forças Armadas; Geraldo Sirotheau; Jorge Alves de Lima, presidente do IH de Campinas; Vitor Pires Vencovsky, do IHG de Piracicaba; Margarida Rosa de Lima, autora de *D. Pedro II e Gorceix*; José Jorge Peralva, da USP; Ronaldo Shefer, Gilberto M. Pessoa, Jorge Alves de Lima, Nilson

Machado, da USP, Eduardo Conde, Patrícia Rodrigues, Adolfo Frioli, Birgit Fouquet, Daniel Rothfuss, Luiz Delfino Cardia, Ricardo Pires Campos, Gilberto Peixoto, Luciano Regalado, entre muitos outros.

Um livro infantil foi lançado no Colégio Visconde de Porto Seguro: *Um Visconde nos Tempos da Magnólia*, do professor Marcelo Donatti, com ilustração de Amilton Ishikawa. E a Exposição *Pai da História do Brasil*, também no Colégio Visconde de Porto Seguro.

MONUMENTO AO PAI DA HISTÓRIA DO BRASIL

Ponto alto e representativo das celebrações do Bicentenário de Nascimento do Visconde de Porto Seguro, historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, a cerimônia cívico-fúnebre de trasladação e aposição dos restos mortais do *Pai da História do Brasil* em Monumento Tumular no jardim do Largo do Mosteiro de São Bento, com honras militares e o prestígio de uma fala de Sua Alteza Imperial e Real Dom Bertrand Maria José Pio de Orleans e Bragança. Toque de Silêncio e Aposição Floral no Monumento a Varnhagen.

A cerimônia foi precedida pelo ofício de uma *Missa de Requiem* com Canto Coral *Gaudentes in Domino*, na Capela do Mosteiro, por Dom José Carlos Camorin Gatti.

Todo o processo científico da exumação dos restos mortais de Francisco Adolfo de Varnhagem, Visconde de Porto Seguro, e aposição em Urna Mortuária, foi realizado pelos especialistas em Arqueologia e Medicina Legal, professora dra. Valdirene Carmo Ambiel, médico legista dr. Luiz Roberto Fontes e perito criminal odontólogo dr. Flávio Veras Nunes de Oliveira. Acompanhamento do presidente da Fundação Ubaldino do Amaral, Laelson Rodrigues, e do presidente do IHGG de Sorocaba, Adilson Cezar.

ENCERRAMENTO SOLENE

O encerramento solene do Colóquio Bicentenário do Visconde de Porto Seguro ocorreu na Capital de São Paulo, nas instalações do Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, pela Academia Paulista de História, com a palestra do seu presidente Luiz Gonzaga Bertelli, secundado por Arno Wehling, do IHGB; Nelly Martins Candeias, do IHGSP; Adilson Cezar, do IHGG de Sorocaba; Marcos Bitelli, da FVPS; Paulo Roberto de Almeida, da Fundação Alexandre de Gusmão, e Eckhard Ernst Kupfer, do Instituto Martius-Staden.

VARNHAGEN EM DIFERENTES PERSPECTIVAS

Antes da solenidade de encerramento solene, ocorreu o último momento de trabalho e evocação a Varnhagen, promovido na sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presidido pela dra. Nely F. Martins Candeias, e para tratar da temática *Varnhagen em Diferentes Perspectivas*.

Participaram deste evento os historiadores doutores Armando Alexandre Alexandre dos Santos, refletindo Varnhagen sob a perspectiva de *O Homem e a Obra*; Jorge Cintra, expondo sobre os estudos de *Varnhagen e as Capitânicas Hereditárias*; e Alberto Luiz Schneider, que fez ampla análise de *Varnhagen e o Século 19*. Os trabalhos da Mesa-Redonda foram presididos pelo redator destas notas, Adirson Vasconcelos, que abordou, também, o tema *Varnhagen e Brasília*.

COLAR VISCONDE DE PORTO SEGURO

Ao longo das atividades celebrativas do Bicentenário de Nascimento do Visconde de Porto Seguro, historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, o Governo do Estado de São Paulo, pelo seu governador Geraldo Alkmin, oficializou o *Colar Visconde de*

Porto Seguro, a ser concedido a personalidades envolvidas com o Simpósio e com a vida e a obra de Varnhagen, o que, particularmente muito honrou o autor destas notas, Adirson Vasconcelos, que ficou sensibilizado e agradecido pela láurea.

COLÉGIO PORTO SEGURO

Não podemos esquecer a dimensão dada a essas homenagens pelo Colégio Visconde de Porto Seguro, ocasião em que se deu a oportunidade de conhecer essa escola e sua primorosa infraestrutura.

O grupo do *Colóquio* foi recebido pelo alunato, que, em todos os momentos, demonstrou perfeita integração entre a arte e a exposição.

No auditório, apresentaram números artísticos e manifestaram uma vocação atual para a tecnologia, com a apresentação de um *robô* programado pelas crianças. Entre aqueles que prestigiaram a solenidade, destacamos a presença do Secretário de Estado da Educação (SP), desembargador José Renato Nalini e do Cônsul Geral Adjunto do Consulado Geral da Alemanha em São Paulo, Uwe Heye. Outros tantos representantes da comunidade germânica. Utilizaram-se da palavra, o Secretário da Educação, o Cônsul Uwe Heye, que se referindo à qualidade da Escola brincou que não ficaria admirado se entre estes alunos estiver o futuro Presidente do Brasil; quando o dr. Alfried Plöger, ex-diretor do Instituto Martius-Staden, replicou que se não for do Brasil, quem sabe um expoente da Alemanha.

O professor dr. Arno Wehling, que novamente focou Varnhagen como um pensador do Século XIX; o professor Adilson Cezar, que lembrou ser o historiador aquele que estuda o homem e este homem, vive em três tempos (passado, presente e futuro), sendo, portanto, necessário visualizar, não apenas aquele voltado

para o passado, mas também o que faz projeções para o futuro. A tribuna foi ainda utilizada pela professora dra. Nelly F. Candeias; e por dr José Carlos de Barros Lima, sr. Erckhard Ernst Kupfer, dentre outros. A mensagem “varnhageniana” foi neste momento transmitida pelo prof. dr. Luiz Albert Schneider.

OUTROS EVENTOS

Outros eventos memorialísticos ao Bicentenário de Nascimento de Varnhagen foram anunciados ainda para 2016: no Itamaraty, no dia 31 de março, e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em setembro.

ASPECTOS DA OPERAÇÃO PAN-AMERICANA

JOSÉ CARLOS BRANDI ALEIXO¹

Muitas das obras de Juscelino Kubitschek, no exercício dos cargos executivos de Prefeito de Belo Horizonte (1940-1945), de Governador de Minas Gerais (1951-1955) e de Presidente da República (1956-1961), podem ser admiradas visivelmente. São exemplos o bairro da Pampulha, em Belo Horizonte, a usina de Mannesman em seu estado e Brasília, nova capital do país inaugurada em 21 de abril de 1960. Mas também muitas outras iniciativas suas, menos citadas, merecem destaque. Este é o caso da Operação Pan-Americana.

Antes de 1958, as palavras “pan-americano e pan-americana” aparecem com frequência na história. Há entidades como União Pan-Americana, Organização Pan-Americana de Saúde, Instituto Pan-Americano de Geografia e História. O artigo 52, nº 1, da Carta da ONU, de 26 de junho de 1945, assim reza: “Nada na presente carta impede a existência de acordos ou de entidades regionais...”. Como os Estados Unidos seriam parte importante dos entendimentos, o termo “pan-americana” era o mais adequado para a iniciativa.

O vocábulo “operação”, frequentemente, designa complexo de meios combinados para a consecução de determinado resul-

1 Professor Emérito da Universidade de Brasília
Acadêmico do IHG-DF – Cadeira nº 72
Patrono: Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota

tado. Trata da transformação de ideias e objetivos em fatos concretos. Como Governador de Minas Gerais Juscelino Kubitschek pela Operação Ouro Preto tomou na histórica cidade decisões importantes para particular benefício da região. Em abril de 1958 ele visitou o Ceará e testemunhou o pungente sofrimento da população, vítima de calamitosa seca. Com a colaboração de Celso Furtado, Orlando Ramagem, Sette Câmara e de muitos outros lançou a Operação Nordeste, que teria prioridade semelhante à de Brasília.²

Plano Marshall. A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) causou — particularmente na Europa — as mais desastrosas e numerosas perdas de vidas humanas e de bens materiais. Entre as várias iniciativas para a reconstrução da Europa sobressai o Plano Marshall. Há entre ele e a Operação Pan-Americana significativas semelhanças. Em 5 de junho de 1947 o Secretário de Estado, General George Marshall, falando em solenidade de formatura em Harvard, ofereceu ajuda norte-americana àquelas nações europeias que acordassem coordenar seus esforços de recuperação e apresentar aos Estados Unidos um programa de especificações de suas necessidades. Marshall ofereceu o plano aos países europeus indistintamente, mas os do Leste não o aceitaram. O nome oficial dele era Programa de Recuperação Europeia. Era uma luta frontal contra “a fome, a pobreza, o desespero e o caos que assolavam os países europeus”.

Dezesseis países da Europa formaram a Organização para a Cooperação Econômica Europeia (OCEE) e, em setembro de 1947, apresentaram aos Estados Unidos um Informe objetivando alcançar, por 1951, uma economia europeia auto suficiente a um custo aproximado de U\$ 19,3 bilhões. Os EUA enviaram cerca de treze bilhões de dólares. A ajuda terminou em 1951. Em 1961 a

2 BOJUNGA, Cláudio. *JK o Artista do Impossível*. Rio de Janeiro. Objetiva, 2001, p. 517-523.

OCEE foi substituída pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).³

COMECON. Em 1949, reunidos em Moscou, Bulgária, Hungria, República Democrática da Alemanha (Alemanha Oriental), Mongólia, Tchecoslováquia e União Soviética formaram o Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECON).

Bandung. De 18 a 24 de abril de 1955 representantes de 29 países da África e da Ásia reuniram-se na cidade indonésia de Bandung para promover a cooperação mútua e lutar contra o colonialismo.⁴

Comunidade Econômica Europeia. Pelo Tratado de Roma de 25 de março de 1957, assinado pela República Federativa da Alemanha (Alemanha Ocidental), Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, formou-se a Comunidade Econômica Europeia.

América. Na luta pela independência e pela cooperação entre os países da América avulta o Libertador Simón Bolívar. Pela Circular de Lima, de 7 de dezembro de 1824, ele convocou países recém emancipados para um Congresso no Panamá. Almejava-se consolidar a autonomia e promover a cooperação. Em 1889-1890, na Primeira Conferência Internacional Americana, reunida em Washington, D.C., criou-se um organismo regional que ampliaria crescentemente suas funções.

Em 15 de agosto de 1947, no Hotel Quintandinha, da cidade de Petrópolis, vizinha da Capital Federal, representantes dos países americanos elaboraram o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), conhecido também como o Tratado do Rio de Janeiro. Muitos latino-americanos sentiram-se frustrados

3 PRATTS, Julius. *A History of United States Foreign Policy*. Second Edition. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall Inc., 1965, p. 461-462.

4 GUITARD, Odette. *Bandoung et Le Réveil des Peuples Colonisés*. Paris: Presses Universitaires de France, 1969, 126 p.

porque nesse Congresso não se elaborou um programa destinado a promover o desenvolvimento econômico e social da região. A ênfase foi a da segurança e do combate ao comunismo.

Em 20 de abril de 1948 a IX Conferência Internacional Americana aprovou, em Bogotá, a Carta da Organização dos Estados Americanos. Nas comemorações do décimo aniversário da OEA, o internacionalista Carlos Sans de Santamaria advogou a criação de um “Tratado Interamericano de Assistência Econômica”⁵. Ciente do fato, o Presidente Juscelino Kubitschek providenciou um avião que o trouxesse da capital colombiana, para conversar com ele sobre a Operação Pan-Americana em gestação. Por motivo de força maior, ele não pôde efetuar essa viagem.

Brasil e Argentina. Em julho de 1956, durante o Primeiro Encontro de Chefes de Estado da América, na cidade do Panamá, os Presidentes da Argentina, General Pedro Eugenio Aramburu, e do Brasil, Juscelino Kubitschek, tiveram oportunidade de conversar. Os dois mandatários no mesmo mês encontraram-se no Rio de Janeiro.⁶

Em 8 de abril de 1958, Arturo Frondizi, recém eleito Presidente da Argentina, e Juscelino Kubitschek reuniram-se no Rio de Janeiro. Eles compartilhavam anseios de desenvolvimento e comuns propósitos de promovê-lo em clima político-democrático.

Evitando os rígidos procedimentos hierárquicos, Juscelino Kubitschek — responsável maior pela política externa do país —, sem a mediação de seu Chanceler José Carlos de Macedo Soares, em maio de 1958, chamou ao Rio de Janeiro o diplomata brasileiro Mário Gibson Barbosa, que era Encarregado de Negócios do Brasil em Buenos Aires. Incumbiu-o de dar conhecimento ao

5 SANZ DE SANTAMARIA, Carlos. *Interamericanismo Contemporâneo – Reminiscencias*. Santa Fe de Bogotá: Academia Colombiana de Historia, Plaza & Janés, 1985, p. 50.

6 Sr. *Aruturo Frondizi, Presidente Eleito da República da Argentina*. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1958.

Presidente Arturo Frondizi do pronunciamento que faria. Em audiência, Gibson Barbosa mostrou a Frondizi o texto. O primeiro mandatário argentino manifestou seu agrado.⁷

Estados Unidos. Em 1958 havia grandes diferenças entre as medidas propostas pelos Governos dos Estados Unidos e de países da América Latina para promover o progresso e a maior colaboração entre eles. Washington preconizava a necessidade “prévia” dos países da América Latina de “colocar a casa em ordem”, subjugando a inflação, adotando o equilíbrio entre os recursos disponíveis e os gastos, eliminando despesas supérfluas, etc. Juscelino Kubitschek, sem impugnar tais medidas, advogava que elas deveriam ser acompanhadas por iniciativas de promoção do progresso e do desenvolvimento. Cabia aos países prósperos contribuir pela estabilidade dos preços de “commodities”, pela compra de produtos com valores agregados, etc.

Em 1958, em vários países latino-americanos, estavam no poder governos democraticamente eleitos. São exemplos os de Rómulo Betancourt, na Venezuela (após longa ditadura de Marcos Perez Jimenez); Arturo Frondizi, na Argentina; Manuel Prado, no Peru; e Alberto Lleras Camargo, na Colômbia.

Momento e motivo certos da Operação Pan-Americana. Vale ressaltar que, em maio de 1958, Juscelino Kubitschek encontrava-se em período particularmente propício para iniciativas governamentais importantes. Durante os primeiros 28 dos 60 meses de seu frutuoso mandato, Juscelino Kubitschek superou difíceis crises políticas como a causada pela rebelião de oficiais da Aeronáutica, em Jacareacanga. Em maio de 1958, em clima democrático, ocorriam as campanhas para as eleições de outubro do mesmo ano.

Os agravos sofridos pelo Vice-Presidente Richard Nixon,

7 BARBOSA, Mário Gibson. *Na Diplomacia o Traço Todo da Vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992, cap. 3 (“A Operação Pan-Americana e a Argentina”), p. 47-61.

em Lima e em Caracas, em maio de 1958, provocaram sérias reflexões sobre o estado das relações entre Estados Unidos e a América Latina e as providências pertinentes para alterá-las. É neste contexto que surge a Operação Pan-Americana.

Em 4 de outubro de 1957 a União Soviética lançou o primeiro satélite artificial da terra, o Sputnik. Foi muito grande o impacto da notícia nos Estados Unidos e na América Latina.

Os Estados Unidos abriram seus mercados para as exportações africanas de café e outros produtos tropicais. O Ministro da Fazenda, José Maria Alkmin, propugnou o reatamento das relações comerciais e diplomáticas com a União Soviética, rompidas em 1947.

Como, anteriormente, muitos Presidentes brasileiros, eleitos, mas não ainda empossados, Juscelino Kubitschek viajou ao exterior. Ele e sua comitiva aterrissaram em 5 de janeiro de 1956 no Aeroporto Naval da Boca Chica, na Flórida. Deslocou-se até a vizinha Base Naval de Key West onde Eisenhower convalescia de um enfarte. No encontro o General ventilou tópicos como: infiltração comunista no continente; disponibilidade de companhias norte-americanas para a exploração do petróleo; inflação e desequilíbrio nos pagamentos internos. Juscelino Kubitschek ressaltou que o melhor antídoto para o comunismo consistia no desenvolvimento social e robustecimento das instituições democráticas.⁸

Ainda em janeiro de 1956, da Flórida, Juscelino Kubitschek foi a Washington, D.C. Discursou no Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos. Preconizou a necessidade de que “o pan-americanismo, para manter seu sentido essencial, se traduzisse em formulas de cooperação econômica e social mais intensas e vitais”.⁹

8 BOJUNGA, Cláudio. *Op. cit.* p. 328. Cabe assinalar que, em 1946, Juscelino Kubitschek era parlamentar federal quando Eisenhower foi recepcionado na Câmara dos Deputados.

9 KUBITSCHKEK, Juscelino. *50 anos em 5. Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1978, p. 62.

De 19 a 24 de julho de 1956 realizou-se, na cidade do Panamá, a primeira Reunião de Presidentes da América. Celebrava-se o 130º aniversário do histórico Congresso Anfictiônico do Panamá, convocado pelo Libertador Simón Bolívar por sua Circular de Lima de 7 de dezembro de 1824. No dia 20 Juscelino Kubitschek fez breve visita de cortesia ao Presidente Einsenhower. Por solicitação dele, os dois chefes de Estado reuniram-se no dia 23.

Augusto Frederico Schmidt, assessor de Juscelino Kubitschek, entendeu que as manifestações em maio de 1958, em Lima e Caracas, contra o Vice-Presidente Nixon provocariam na Casa Branca um exame das relações dos Estados Unidos com o Brasil. Assim, sugeriu a Juscelino Kubitschek que escrevesse uma carta ao Presidente Einsenhower.¹⁰

Repisava-se a ideia de que o comunismo não era a causa dos transtornos políticos na América Latina, mas consequência das vicissitudes sociais existentes.

A carta almejava granjear recursos para projetos de desenvolvimento e assegurar boas relações com os Estados Unidos, que seriam a fonte dos recursos para o ousado plano. A missiva foi levada a Washington, D.C. por Vítor Nunes Leal. Excepcionalmente, Einsenhower recebeu, em audiência, o Embaixador Amaral Peixoto. Estava presente a ela também o Subsecretario Roy Rubottom. O presidente leu a carta. Informou que escreveria aos Chefes de Estado do Continente sobre a proposta de Juscelino Kubitschek. Em 10 de junho de 1958 escreveu Einsenhower resposta ao Presidente do Brasil, levada a ele pelo Sub Secretário Roy Robottom Jr. Anunciava que o Secretário de Estado John Foster Dulles iria ao Brasil para conversar a respeito. Juscelino Kubitschek frisou que só o desenvolvimento econômico do Brasil e da América Latina estreitaria os laços entre ela e os Estados Unidos. Foi proposto o

10 BOJUNGA, Cláudio. *Op. cit.* p. 505.

nome de Operação Pan-Americana. O apoio de Washington era fundamental para seu êxito. Os Chefes das missões diplomáticas latino-americanas no Brasil homenagearam Juscelino Kubitschek com um almoço no Copacabana Palace Hotel.

Integraram o Grupo de Estudos Econômicos da Operação Pan-Americana representantes do EMFA e dos ministérios militares. Cogitou-se de um aporte de U\$ 3,1 bilhões até 1967, para projetos de desenvolvimento. A dívida deveria ser solvida a partir de 1970 com juros fixos de 4,25% ao ano.¹¹

Em 4 de agosto de 1958 John F. Dulles, após desembarcar no Rio de Janeiro, seguiu logo para audiência com Juscelino Kubitschek no Palácio das Laranjeiras. Em outra carta entregue a Juscelino Kubitschek escreveu:

Solicitei ao Secretário Dulles que lhe assegurasse o meu constante interesse pessoal pelas suas recentes propostas construtivas, no sentido de buscar, juntamente com as outras Repúblicas americanas, meios de fortalecer e de unificar ainda mais a comunidade americana¹².

Houve uma manhã de conversações. Dulles ainda insistiu em medidas contra o comunismo. Juscelino Kubitschek preconizou a prioridade do combate ao subdesenvolvimento, que englobava numerosos problemas: pobreza, analfabetismo, enfermidades, falta de moradias, desemprego, escassez de escolas, etc. Cada parte preparou uma minuta da Declaração Conjunta a ser subscrita por Foster Dulles e o Chanceler Negrão de Lima. Com os pontos comuns nos dois textos, se definiu a Declaração.

Em 23 de fevereiro de 1960 Eisenhower chegou a Brasília para uma visita de 72 horas ao país. Externou sua admiração pelo

11 BOJUNGA, Cláudio. *Op. cit.* p. 150.

12 KUBITSCHKEK, Juscelino. *Op. cit.* p. 227-229.

que viu na construção da futura capital: “Esta cidade excedeu todas as minhas expectativas. É uma inspiração”.¹³ Juscelino Kubitschek, em várias oportunidades, falou com ele sobre a Operação Pan-americana e, inclusive, de certa resistência a ela em vários escalões da hierarquia norte-americana. Eisenhower manifestou surpresa, mas prometeu maior colaboração de seu país à importante iniciativa.

Implementação e efeitos da OPA. A Operação Pan-americana muito deveu aos que trabalhavam com Juscelino Kubitschek na sua elaboração e implementação. Ele estabeleceu equipe de assessores escolhidos que dispunham de maior autonomia e de acesso mais fácil a ele. Seria uma “diplomacia paralela”. Compunham-na Augusto Frederico Schmidt, Sette Câmara, João Paulo do Rio Branco, Araújo Castro, Alfredo Valladão, Mozart Gurgel Valente e Celso Souza e Silva.¹⁴

Eram inspiradoras as ideias do “direito inalienável ao progresso” e da associação estreita entre desenvolvimento e segurança econômica geral.¹⁵

A Organização dos Estados Americanos foi indicada como foro para debater a proposta brasileira. Um Comitê de alto nível — o Comitê dos 21 — assumiria a dimensão político-diplomática do projeto. Os planos financeiros caberiam ao Conselho Interamericano Econômico e Social, órgão da OEA.

Em setembro de 1958, em reunião informal de chanceleres em Washington, D.C., criou-se o Comitê dos 21. Congregou-se ele seguidamente em Washington, D.C., Buenos Aires e Bogotá. Estabeleceu-se um Grupo de Trabalho de 15 países a fim de preparar projetos concernentes a financiamento, comércio exterior, mercado comum, assistência técnica e produtos de base.

13 KUBITSCHKE, Juscelino. *Op. cit.* p. 327-329.

14 *Idem, Ibidem.* p. 508.

15 BOJUNGA, Cláudio. *Op. cit.* p. 507-516.

A Reunião dos 21 em abril de 1959 em Buenos Aires trabalhou na estruturação da Operação Pan-Americana. A composição dos delegados era de nível bem elevado. A Conferência foi inaugurada com discurso do Presidente Frondizi. Apregou a urgência de elevar o nível de vida dos países da América Latina. O delegado norte-americano Thomas Mann expôs doze medidas concretas do apoio de seu país à Operação Pan-americana, entre as quais: anuência completa à criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento; aumento de 2 bilhões de dólares no capital do Eximbank; endosso dos Estados Unidos ao projeto de estabelecimento do mercado comum. Fidel Castro pleiteou auxílio de 30 bilhões de dólares por parte dos Estados Unidos. A ALALC nasceu em 18 de fevereiro de 1960 pelo Tratado de Montevideú.

Na resenha de seu governo, ressaltou Juscelino Kubitschek: “a ideia central do desenvolvimento criou nova era na atividade do Itamaraty. Dela derivou a Operação Pan-americana lançada em maio de 1958 e que, tendo como fim essencial a erradicação do subdesenvolvimento, representa o esforço conjugado de 21 nações deste continente para dar substancia econômica ao pan-americanismo, já consolidado no que concerne à defesa dos ideais políticos e jurídicos do continente”¹⁶

16 BRASIL. Presidência da República. Resenha do Governo Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961). Rio de Janeiro: Presidência da República, [1960], tomo I, p. 166-167. Os progressos sobre o entendimento da “Democracia Representativa” aparecem na Declaração de Santiago, Chile, redigida em 18 de agosto de 1959, durante a Quinta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA. FENWICK, Charles. *The Organization of American States. The Inter-American Regional System*. Washington, D.C.: Kaufmann, 1963, p. 370-371.

BIBLIOGRAFIA¹⁷

BARBOSA, Mário Gibson. *Na Diplomacia o Traço Todo da Vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992, cap. 3 (“A Operação Pan-Americana e Argentina”).

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, 302 p. Prefácio de Celso Lafer.

BOJUNGA, Cláudio. *JK: o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, 798 p.

BRASIL. Presidência da República. *Resenha do Governo Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961)*. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1960], tomo I.

CAICEDO CASTILLA, José Joaquín. *El Derecho Internacional en el Sistema Interamericano*. Madrid: Cultura Hispánica, 1970.¹⁸

CALDAS, Ricardo Wahrendorff. *A Política Externa do Governo Kubitschek*. Brasília: Thesaurus, 1996, 223 p.

CAVALCANTE, Luiz. *Discurso de 27 de maio de 1983 sobre a Operação Pan-americana*. Brasília: Senado Federal, 1983. Discurso do

17 A bibliografia a respeito da Operação Pan-Americana é copiosa. O ponto de partida necessário são os discursos, as entrevistas, as mensagens enviadas ao Congresso Nacional e a autobiografia do Presidente Juscelino Kubitschek. A *Revista Brasileira de Política Internacional*, fundada pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais em 1958, no Rio de Janeiro, sob a clarividente direção de Cleantho de Paiva Leite, acompanhou, com relevantes documentos e artigos, os inícios e a evolução da Operação Pan-Americana. O *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* publicou a biografia de muitos dos protagonistas da Operação Pan-Americana. ABREU, Alzira Alves (Coord.) et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, 5 vols. Os Anais da Câmara dos Deputados registraram vários pronunciamentos de membros seus sobre a Operação Pan-Americana. São exemplos: em 1958, Fernando Ferrari, Georges Galvão, Hugo Napoleão, Bruzzi Mendonça, Pedro Braga, Frota Aguiar, Sérgio Magalhães, Rogê Ferreira, Afonso Arinos de Melo Franco, Carlos Lacerda, Newton Carneiro e Cid Carvalho, Abgvar Bastos, Mário Guimarães; em 1959, Hermógenes Príncipe, França Campos, Valdir Pires, Domingos Velasco, Cid Carvalho, Neiva Moreira, Seixas Dória, Lycio Hauer, San Thiago Dantas, Josué de Castro, Clemens Sampaio e Coutinho Cavalcante; em 1960, Oliveira Franco, Colombo de Souza e Fernando Ferrari.

18 Foi Ministro de Relações Exteriores da Colômbia em 1961 e 1962. Há no livro citado longo capítulo sobre a Operação Pan-americana.

Senador Luiz Cavalcante no Senado Federal.

EINSENHOWER, Milton. *THE WINE is Bitter: the United States and Latin America*. New York: Doubleday, 1963, 342 p.

FENWICK, Charles. *The Organization of Ameriocan States. The Inter-American Regional System*. Washington, D.C.: Kaufmann, 1963.

GOMEZ APARICIO, Pedro. *La doctrina Kubitschek en Marcha*. Madrid: Editorial Casado, 1959, 61 p. Prólogo de Licurgo Costa.

GORDON, Lincoln. Relações dos Estados Unidos com a América Latina, especialmente com o Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rio de Janeiro, ano 4, nº 15, p. 13-30, set. 1961.

_____, *A New Deal for Latin America: The Alliance for Progress*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University, 1963, 146 p.

GUITARD, Odette. *Bandoung et Le Réveil des Peuples Colonisés*. Paris: Presses Universitaires de France, 1969, 126 p.

HELIODORO, Affonso. *JK: Exemplo e Desafio*. 2ª edição revista e ampliada. Brasília: Thesaurus, 2005, 282 p. il.

KUBITSCHKEK, Juscelino. *50 anos em 5. Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1978, 453 p.

LAFER, Celso. *Paradoxos e possibilidades: estudos sobre a ordem mundial e sobre a política externa do Brasil num sistema internacional em transformação*. Rio de Janeiro: nova Fronteira, 1982, 188 p.

MELO E SILVA, Alexandra. “Desenvolvimento e Multilateralismo: um estudo sobre a OPA no contexto da Política Externa de JK”. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, jul./dez. 1992.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto de. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, 497 p.

MUNIZ, João Carlos. “Significado da Operação Pan-Americana”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rio de Janeiro, ano 4,

nº 16, p. 23-25, dez. 1961.

NAPOLEÃO, Aluizio. *JUSCELINO KUBITSCHEK: audácia, energia, confiança*. Rio de Janeiro: Bloch Ed., 1988, 95 p.

PRATTS, Julius. *A History of United States Foreign Policy*. Second Edition. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall Inc., 1965.

SANZ DE SANTAMARIA, Carlos. *Interamericanismo Contemporâneo. Reminiscencias*. Santa Fe de Bogotá: Academia Colombiana de Historia, Plaza & Janés, 1985.

SOUZA E SILVA, Celso A. “Operação Pan-Americana: antecedentes e perspectivas”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rio de Janeiro, ano 3, nº 9, p. 41-59, mar. 1960.

SR. ARTURO Frondizi, *Presidente Eleito da República da Argentina*. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1958.

VALE, Henrique. “Alguns Aspectos das Relações Brasil-Estados Unidos”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rio de Janeiro, ano 4, nº 16, p. 15-22, dez. 1961.

“VISITA do Secretário de Estado J. Foster Dulles”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rio de Janeiro, ano 1, nº 4, p. 128-137, dez. 1958.

ANEXO¹⁹

CARTA DO PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK AO PRESIDENTE DWIGHT D. EISENHOWER

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1958,

Excelentíssimo Senhor:
Dwight D. Eisenhower
Presidente dos Estados Unidos da América

Senhor Presidente,

Venho levar a Vossa Excelência, em nome do povo brasileiro e no meu próprio, a expressão de solidariedade e estima, que se impõe em face das agressões e dissabores sofridos pelo vice-presidente Nixon, na sua recente viagem aos países latino-americanos.

A reação — que se seguiu aos atos reprováveis contra a pessoa do bravo e sereno senhor Nixon, por parte dos Governos e da opinião pública das próprias nações que foram teatro de tão lamentáveis ocorrências — prova que partiram, as referidas manifestações, de simples minorias.

Mas assim mesmo, senhor presidente, não é possível esconder que, diante da opinião mundial, a ideia da unidade pan-americana sofreu sério prejuízo. Não pode deixar de resultar — das desagradáveis ocorrências, que tanto deploramos — a impressão de que nos desentendemos no nosso continente. A propaganda dos interessados no antiamericanismo, naturalmente, procura agora converter esses supostos desentendimentos numa incom-

19 KUBITSCHEK, Juscelino. *50 anos em 5. Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1978, p. 210-212.

patibilidade, mesmo numa inimizade entre os países livres da comunidade americana, o que, felizmente, está bem longe de se verificar. Parece-me, senhor presidente, que não é conveniente e, principalmente, que não é justo que perdure essa impressão que enfraquece moralmente a causa da democracia, em cuja defesa estamos empenhados.

Neste momento em que escrevo a Vossa Excelência, não tenho outro intento que o de levar-lhe a minha convicção de que algo necessita ser feito para recompor a face da unidade continental. Não tenho plano detalhado para esse objetivo, mas ideias que, posteriormente, poderei expor a Vossa Excelência, se a ocasião se apresentar. Permita-me Vossa Excelência que lhe adiante, porém, que a hora soou de revermos fundamentalmente a política de entendimentos deste Hemisfério e procedermos a um exame do que se está fazendo em favor dos ideais pan-americanos, em todas as suas implicações. Estaremos todos nós — é a hora de perguntar — agindo no sentido de se estabelecer a ligação indestrutível de sentimentos e interesses que a conjuntura grave aconselha e recomenda?

Soldado que conduziu a Democracia à vitória, homem de Estado, Vossa Excelência estará em condições, como nenhum outro, de apreciar a gravidade da pergunta que lhe formulei, na intenção exclusiva de delimitar, para logo depois extinguir, uma série de incompreensões que, neste momento, são facilmente sanáveis — mas que podem crescer, se não lhes dermos a devida atenção. As contrariedades suportadas pelo vice-presidente Nixon devem ser utilizadas em favor de uma nobre tarefa, no sentido de criarmos algo de mais profundo e duradouro em prol de nosso destino comum.

Como já disse a Vossa Excelência, é aconselhável corrigirmos a falsa impressão de que não estamos vivendo fraternalmen-

te nas Américas: **mas além dessa operação corretiva** e, para que ela seja duradoura e perfeita, devemos proceder a um verdadeiro exame de consciência em face do pan-americanismo, e saber se estamos no bom caminho. Estou certo de que Vossa Excelência avaliará que esta carta eu a escrevo inspirado nos melhores e mais sinceros sentimentos fraternos que sempre ligaram o meu país aos Estados Unidos e também apoiado em ideias que foram emitidas por vossa excelência no nosso encontro no Congresso Pan-Americano no Panamá.

Deus guarde a pessoa de Vossa Excelência e o povo norte-americano.

(a) *Juscelino Kubitschek*

RESPOSTA DO PRESIDENTE DWIGHT D. EISENHOWER²⁰

Caro Sr. Presidente. Hoje de manhã, seu Embaixador entregou-me a carta escrita por Vossa Excelência na data de 28 de maio. Achei-a de extremo interesse.

Na minha opinião, Vossa Excelência caracterizou de maneira exata tanto a situação atual como a conveniência de medidas corretivas. Estou, por isso mesmo, encantado de que Vossa Excelência haja tomado a iniciativa neste assunto.

Como Vossa Excelência não adiantou um programa específico para fortalecer a compreensão pan-americana, parece-me nossos dois Governos devam entrar em entendimentos, no mais breve prazo possível, no tocante às consultas a serem dirigidas aos demais membros da comunidade pan-americana e à adoção imediata de medidas que determinem, através de todo o continente,

²⁰ *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro, vol. 10, p. 359, Seção em 11 jun. 1958.

uma reafirmação de devotamento ao Pan-Americanismo e um melhor planejamento na promoção dos interesses comuns e do bem-estar de nossos diferentes países. Existe uma vasta Gama de assuntos a serem discutidos e analisados, inclusive, por exemplo, o problema de uma execução mais completa da Declaração de Solidariedade da Decima Conferência Interamericana realizada em Caracas em 1954.

Considero este assunto tão importante que estou dando instruções a sr. Roy Richard Rubotton Junior, Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Americanos, para entregar-lhe pessoalmente minha carta no Rio de Janeiro e, em conversa com V. Exa., melhor colher o seu pensamento sobre esses problemas. Suas ideias e pensamentos, assim registrados em primeira mão, poderão ser objeto de novos entendimentos, através das vias diplomáticas ordinárias, antes da futura visita do Secretário de Estado ao Brasil. Caso Vossa Excelência esteja de acordo, o Senhor Rubotton acertará com o seu Governo a época mais propícia para a viagem do Secretário Dulles.

Com a segurança de minha mais alta consideração e com os melhores votos pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e pelo bem-estar do povo brasileiro, sou, de Vossa Excelência,

Sinceramente (a.)

Dwight D. Eisenhower.

ARTE DE FURTAR

JOSÉ CARLOS GENTILI¹

A humanidade, em 1744, veria nascer na Oficina de Martinho Schagen, em Amsterdam, edição de obra composta em 1652 (*edição princeps*), dita de autoria do Padre Antonio Vieyra (1608 a 1697), Zeloso da Pátria, intitulada Arte de Furtar, Espelho de Enganos, Theatro de Verdades, Mostrador de Horas Minguadas, Gazua Geral dos Reinos de Portugal.

A Arte de Furtar, independente de sua real autoria, hoje, atribuída ao jesuíta Manuel da Costa, vivente de 1601 a 1667, se constitui em emblemática obra literária lusitana, que veio a lume após quase um século de sua criação.

Desta época, século XVII, afloram outras artes, A Arte de Navegar (1606), a Arte do Canto-Chão (1618), a Arte de Orar (1630), a Arte de Reinar (1643) e, finalmente, a Arte de Furtar (1652), que exime, convenientemente, os monarcas e seus ministros, de qualquer aleivosia procedimental.

A Arte de Furtar assesta como alvos as castas grupais de militares, dos clérigos, nobres e burguesia, rezando que o rei devesse impor-lhes “o castigo que merecem”, numa visão política com razões de Estado.

A Inquisição, sob a égide da Igreja e do Rei, estava isenta de

¹ Acadêmico do IHG-DF – Cadeira nº 73
Patrono: Dario Cardoso

acusação de roubo, quando se apoderavam dos bens dos hereges judeus, capitulando o autor como – “ Dos que furtam com unhas bentas”.

A Guerra da Restauração (1640 a 1668}, período conflituoso entre Portugal e Espanha, ensejou o retorno do mando lusitano, com a figura de D. João IV, substituindo o poder espanhol, até então vicejante. Busca da riqueza, volúpia pelo ouro e pela prata, esplendor da gnose da *aura sacra fames*, que encontrava a oposição do orador Antonio Vieira e Manuel da Costa, jesuítas, ferrenhos defensores das civilizações indígenas, do fim da escravatura e extinção da pena de morte.

Líderes incontestes, visionários de uma época, inteligências a serviço de um mundo justo e perfeito, que navegavam com o manto da Companhia de Jesus pelos meandros obscuros do poder temporal, mostrando aos detentores de hierarquias monárquicas a real grandeza crística, ofertando às gerações futuras a monumental criação — A Arte de Furtar.

Surgente à época, de forma disfarçada, sem as licenças eclesiais, vedatórias da imprensa livre (mesas censórias), sempre sob o condão explicativo de “emendadas de muitos erros”, tinha o cuidado de não atingir os monarcas, até então ungidos aos páramos celestiais. Assim, de forma subliminar, planfetária nas entrelinhas, esgueirando-se suas assertivas pelas esquinas furtivas das inteligências ledoras, a Arte de Furtar traz em seu bojo a ancestralidade do ato de furtar no processo civilizatório.

Lembrem-se que o Oitavo Mandamento – NÃO FURTA-RÁS (Êxodo 20:15), exalta a vedação desta prática, encontrando-se registros de passagens bíblicas, no Livro dos Números (capítulo 17-18), onde Miquéias roubou de sua mãe 1.100 moedas, fato que a ensejou amaldiçoá-lo. O Islamismo, por sua vez, mandava cortar a mão do ladrão, a título exemplificativo e punitivo.

Etimologicamente, furto promana do latim *furtum*, que significa objeto roubado, roubo, salientando-se que *fur* é ladrão, vocábulo vinculado ao Diabo, por ser ele um ladrão de almas.

O furto é elemento visceral da corrupção, que estigmatiza as sociedades através dos tempos, como um câncer comportamental, dizimando padrões éticos e morais.

Na Terra de Pindorama, desde os tempos de sua descoberta, os poderes públicos e privados, já durante a implantação das Capitâneas Hereditárias, se encontravam imbricados, como um nó górdio, onde os interesses guardavam uma comunhão indissolúvel, desde que a parte do Rei fosse resguardada, numa visão institucional do Regime Antigo.

Até a Igreja e o Reino, sob a formatação do Padroado, resguardavam seus interesses sob o apanágio do Criador, guindado a protetor pretoriano do Novo Mundo, senhor dos gentios e seus recursos da pecúnia.

Com a chegada de D. João VI ao Brasil colônia, em 1808, fugindo do poder napoleônico, acompanhou o Regente verdadeira malta reinol, rebutalho administrativo lisboeta, que foi pontificada pelo guarda-livros Francisco Bento Maria Targini, mais tarde Visconde de São Lourenço, exemplo maior da ocorrência da corrupção e impunidade nas altas esferas do poder público, títere da mercancia inglesa.

À época, o povo sempre sábio, declamava esta quadrinha, alusiva aos desmandos:

Quem furta pouco é ladrão.
Quem furta muito é barão!
Quem mais furta e mais esconde,
Passa de barão a visconde.

Outra dizia:

Furta Azevedo no Paço.
Targini rouba no Erário.
E o povo aflito carrega
Pesada cruz ao Calvário.

O *Correio Braziliense*, de saudosa memória, independente da subserviência governamental, pela pena cáustica e honrada do jornalista Hipólito José da Costa, indignando-se com a corrupção de Targini, nos legou esta exemplaridade:

“Se a habilidade de um indivíduo em aumentar suas riquezas fosse por si só bastante para qualificar alguém a ser administrador das finanças de um reino, sem dúvida Targini, barão do que quer que é que não nos lembra, devia reputar-se um excelente financista.”

Novos tempos, novas gentes! Todavia, a corrupção brasileira, em 2014, ocupa o 72º lugar na lista da organização Transparência Internacional, conquanto o Mensalão representa, apenas, a ponta de um iceberg, que flutua nas águas oceânicas sob o comando da Petrobras.

Os homens probos desta nação se perguntam quantas gerações serão necessárias para extirpar este cancro insidioso, que permeia a sociedade brasileira, aviltando a população com os mais escorchantes impostos do planeta, sem retorno societário.

O Presídio da Papuda, pequena ilha prisional, que recebe os condenados pela Suprema Corte, hospeda a falange dos Targini da atualidade, liderados por José Dirceu, conforme sentença condenatória, aferindo-se que a corrupção tem foros partidários ideológicos.

Diariamente, nos informam que novas levas se avizinham, adensadas pelas lupas dos organismos policiais, dos setores do Ministério Público e da imprensa livre, restrita, mas coadjuvada pela incontrolável falange da internet, interligada por uma rede de 272 milhões de celulares, em tempo real, independente de classe, cor racial ou partido político.

Após meio século da ditadura supressiva dos direitos humanos, vivenciamos o apogeu da ditadura malsã da corrupção institucional em todos os níveis e poderes.

Na arte de furtar, o furto é produto e fim, na cadeia genética da corrupção.

O COMETA DE 1941

(Crônica)

LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA CERQUEIRA¹

1941. O ano mal se iniciara. A Alemanha estendia seus tentáculos pela Europa. Morávamos no mesmo prédio da estação ferroviária que servia à linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil. Era uma edificação majestosa, construída em 1874, cujo corpo norte era ocupado pelas atividades ferroviárias, como agência, almoxarifado, armazém para mercadorias e acomodações dos funcionários. A outra metade do prédio, o corpo voltado para o sul, era destinada à residência do chefe da estação, onde residíamos.

Ali vivi desde os seis meses de idade, no decorrer do ano de 1935, até mudarmos para Dias Tavares, em maio deste ano de 1941, tempo em que só conhecia alegrias e brincadeiras, já nos meus seis anos de vida, juntamente com meus três irmãos, todos mais velhos.

Mal se iniciara aquele ano, cheio de marcas inesquecíveis para mim, menino, eis que no céu, bem acima no rumo do magnífico paredão granítico, cartão-postal daquelas pitorescas plagas de Paraibuna/Monte Serrat, povoados geminados, um nas bandas de Minas Gerais e o outro em terras fluminenses, tendo a sepa-

¹ Acadêmico do IHG-DF – Cadeira nº 85
Patrono: Edgar Roquete-Pinto



O prédio da estação de Paraibuna, nossa moradia e de onde observávamos o cometa



A majestosa pedra de Paraibuna

rá-los o irrequieto e barrento rio Paraibuna e a uni-los a velha ponte inaugurada por Dom Pedro I em 1824 e batizada com a pomposa designação de Real Ponte do Madureira, na época ainda no Caminho Novo. Foi perpetuada em famosa gravura de João Maurício Rugendas, quando a expedição chefiada pelo naturalista russo Langsdorff enveredou-se pela província das Minas Gerais no mesmo ano de 1824.



A ponte de Paraibuna em aquarela de Maurício Rugendas

Esta ponte tinha as travessas, o piso e os gradis de madeira e possuía uma cobertura de palha, que foi incendiada durante a revolução Liberal de 1842, recebeu novo piso e cercadura com gradil de ferro e em 1922 o gradil foi substituído por cercadura em concreto, que persiste até os dias de hoje.

Com a inauguração da estrada União e Indústria em 1861, primeira rodovia pavimentada (macadame) da América do Sul,

construída pelos esforços de Mariano Procópio Ferreira Laje, unindo as cidades de Petrópolis e Juiz de Fora, a ponte, transpondo o rio Paraibuna, foi incorporada à histórica rodovia.

Meados de janeiro, eis que no céu, bem acima do magnífico paredão granítico, a pedra de Paraibuna, surge brilhante, com forte luz amarelo-gema, tão lindo, arrastando sua majestosa cauda, o cometa de órbita e periodicidade não definidas mas que deslumbrou-nos e que a muitos moradores locais amedrontou como prenúncios de maus agouros.

Durante as noites seguintes papai nos reunia na plataforma da estação ferroviária, também nossa residência, para apreciarmos aquele magnífico espetáculo. Não me recordo por quanto tempo durou aquela passagem do astro que até então só o conhecia nos presépios que mamãe montava nos Natais. Sentados nos bancos da plataforma da estação, ficávamos, de olhos estatelados, deslumbrados com aquele raro espetáculo.

Como no início do ano as noites eram mornas, papais pedia ao guarda-chaves que fosse buscar água na mina, cristalina e muito fresca, para saciar nossa sede durante aquelas vigílias. E assim no frescor das noites de estio em que não havia luzes artificiais para empanar o brilho das cintilantes estrelas, ali permanecíamos até que a esteira luminosa do cometa desaparecesse por trás da gigantesca pedra. Não me recordo tê-lo observado durante os dias, tão somente me lembro de vê-lo às noites.

O cometa, tendo como um de seus descobridores o astrônomo sul-africano R. P. de Kock, observado por ele em Pearl, África do Sul na noite de 15 de janeiro de 1941, foi visível somente no hemisfério Sul a sudeste da estrela Antares e movia-se na direção do sudoeste. Dias depois, em 23 de janeiro, foi observado, também na África do Sul, agora em Bloemfontein, desta vez pelo astrônomo grego Paraskevopoulos. Daí o cometa de 1941 ter duas deno-

minações: Cometa De Kock e cometa Paraskevopoulos. Porém, enquanto o cometa era observado na África estava também sendo visto e admirado por todo o hemisfério Sul, como o foi por astrônomos argentinos, em Córdoba e também pelo observatório do Rio de Janeiro. O certo é que pela dificuldade das comunicações na época e no auge do grande conflito mundial, o cometa embora sendo observado em muitos pontos do hemisfério meridional não obteve a repercussão merecida, pois os noticiários alarmavam o mundo com os avanços das tropas do Eixo sobre toda Europa. Como as notícias chegavam muito tardiamente e muitas vezes nem mesmo chegavam, nos leva, por precaução e mesmo por uma questão ética a não podermos afirmar quem na realidade descobriu o cometa e o mais justo é apenas afirmarmos que o belo astro teve muitos observadores. Quem sabe se o seu descobridor não foi aquele humilde guarda-chaves da estação de Paraibuna que,



Foto do cometa, do observatório de Córdoba, Argentina

muito assustado, foi avisar o meu pai, que era o chefe da estação, que havia um grande fecho de fogo no céu...

De Kock assinala uma magnitude 6 e o astrônomo Paraskevopoulos magnitude 2. Sua cauda atingia 7 luas ou 7 graus de extensão. No final de janeiro passou ao sul do Sol com magnitude 2 e uma longa cauda, visível tanto ao amanhecer como ao anoitecer. No dia 15 de fevereiro foi observado com magnitude 4 e uma cauda de 5 graus (ou luas) e daí em diante foi perdendo o seu brilho e a visibilidade pelo olho humano. Foi o décimo sétimo cometa mais brilhante que cruzou nosso céu desde 1935, quando foi observado o cometa A1 Johnson.

Interessante é que durante anos busquei informações sobre essa deslumbrante imagem que jamais pude esquecer, desde a minha primeira infância. Indagava às pessoas e ninguém tinha o menor conhecimento desta aparição sideral.

Astrônomos em Brasília não sabiam me informar. Eis que numa segunda-feira de 2007, minha prima Dirce, moradora no Rio, que também fora afortunada por aquela visão, em 1941, disse-me ter contatado com o observatório do Valongo, no Rio e obtido a informação que tanto desejávamos. O milagre aconteceu - como ela me disse. Então pudemos, com grande emoção, obter os preciosos dados daquela maravilhosa aparição que, aos seis anos de idade, pude ver e sentir vinda dos céus da minha terra natal, a pequenina Monte Serrat, ocasião em que pudemos, extasiados, observar da plataforma da estação ferroviária de Paraibuna.

Hoje todos podem ter a confirmação na Internet e para aqueles que não criam nos nossos relatos, creditando o fato às nossas fantasias infantis, eis aí o testemunho científico, com depoimentos de cientistas e enriquecido com fotos. Pena que não possuíamos máquina fotográfica para ter fixado no papel aquela fantástica passagem luminosa pelos céus da nossa terra.

AS GLÓRIAS DA FEB

CEL. MANOEL SORIANO NETO¹

“Não me mandas contar estranha História. Mas mandas-me louvar dos meus a glória!”(Camões)

Dedicatória

Dedico este singelo e incompleto trabalho à memória do saudoso e ínclito general Amadeu Martire, meu ex-comandante do 12º RI, de Belo Horizonte (MG), capitão de Infantaria do 1º Regimento de Infantaria - Regimento Sampaio - do Rio de Janeiro, integrante da Força Expedicionária Brasileira.

1. Considerações Iniciais

A História, como é consabido, não se repete, como nos ensinam historiadores de nomeada. Entretanto, há circunstâncias muito semelhantes que reaparecem na existência de cada povo, consoante às velhas teorias do ‘pendulum historiae’ (pêndulo da História) ou ‘horologium historiae’ (relógio da História). Como uma senoide, as nações chegam ao apogeu de sua evolução histórica e, muitas vezes, por negligência de

¹ Acadêmico do IHG-DF – Cadeira nº 89
Patrono: Everardo Adolfo Backeuser

seus próprios filhos, sofrem, prematuramente, o seu perigo. Já dizia o historiador Gustavo Barroso: “Aqueles povos que não escutam as badaladas sonoras de sua História, por seus feitos gloriosos, esquecendo-os, chorarão, amargamente, ao ouvir o triste dobre dos sinos”.

Na História Militar do Brasil, dois momentos históricos surgem como de suma importância: a Guerra do Paraguai e a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na II Guerra Mundial, que comemora neste ano de 2015, os setenta anos de seu vitorioso regresso à Pátria. Assim, se nós brasileiros entendermos que os memoráveis feitos históricos devem pairar acima dos sabores das épocas e de vieses ideológicos, não correremos o risco de “ouvir o triste dobre dos sinos”, como, há tempos, nos advertia o ilustre Gustavo Barroso.

Acerca das glórias da FEB é que pretendemos lembrar, sucintamente e de escantilhão, alguns aspectos dignos de nota.

2. A Força Expedicionária Brasileira

Breve recorrência histórica

No ano de 1941, quando os alemães dominavam grande parte da Europa, o Japão atacou a base norte-americana de Pearl Harbor, no Havaí, fazendo com que os EEUU, até então neutros, entrassem em guerra. Em vista do Tratado de Havana, de 1930, de solidariedade interamericana, o Brasil solidarizou-se com esse país e intensificou exportações de matérias primas necessárias para o esforço de guerra, como a borracha, para a América do Norte. Diante disso, não levou muito tempo para que sofrêssemos represálias dos países do Eixo. Em sete meses, pagávamos o preço da solidariedade continental, hipotecada por força de Tratado, como já assinalamos. Até agosto de 1942, foram afundados 19 navios ao longo de nosso litoral.

Mais de 700 vidas foram ceifadas por torpedos de submarinos nazifascistas. O clamor público se fez sentir em todo o País, então com 40 milhões de habitantes. Em consequência, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a Alemanha e a Itália, em 22 de agosto de 1942, e declarou estado de beligerância com os ditos países, no dia 31 do mesmo mês, quando, resalte-se, os exércitos inimigos obtinham expressivas vitórias na Europa, África e Ásia, com os nazistas às portas de Moscou. Estávamos em guerra ...

Necessário se faz, para bem entendermos o que era o Brasil daquela época, invocar o testemunho do general Octávio Costa, registrado em seu valioso livro de reminiscências da FEB, escrito em 1975, de título “Trinta Anos Depois da Volta” - Citação: “O Brasil continuava sendo o eterno País do futuro. Éramos uma nação pacifista, cujo Exército havia disparado o último tiro, em 1870, nos campos do Paraguai. Desde o início da década de 20, aqui estava uma operosa Missão Militar Francesa, que montara no Exército, o admirável sistema de ensino militar que responde pelo excelente nível cultural de nossos oficiais. A organização, os regulamentos, os processos de combate, a doutrina, afinal, era francesa, fortemente impregnada de conceitos defensivos. O armamento, de diferentes procedências. Os canhões eram alemães e franceses, Krupp ou Schneider 75, fuzil Mauser 1908, morteiro Brandt, metralhadora Madsen ou Hotchkiss – quase tudo viera da Europa, salvo da guerra de 18. A Marinha de Guerra limitava-se quase que exclusivamente, aos velhos e obsoletos encouraçados ‘Minas’ e ‘São Paulo’ e a Aeronáutica, ainda vinculada às forças de terra e mar, mal começava a nascer. Esse era o Brasil de antes da guerra, contemplativo e pobre, pessimista e preguiçoso, inquieto e contraditório, marcado de preconceitos e complexos, quase sempre “Jeca Tatu”. – Fim da Citação.

Nesse quadro nada alentador é que o Brasil teve a incumbência de preparar um Corpo de Exército de cerca de 70.000 homens (a três Divisões de Infantaria) e de incrementar o apoio aos aliados, por meio de matérias primas, como a borracha (notável foi a heroica saga dos ‘Soldados da Borracha’, na Amazônia) e também pela utilização de bases aéreas, particularmente as do Nordeste – região bastante vulnerável após a conquista do Norte da África pelos alemães. Diga-se, por ilustração, que a base aérea de Parnamirim, em Natal, de onde decolavam, diariamente, inúmeras aeronaves aliadas para a África, ficou conhecida como “O Trampolim da Vitória”. Apesar de enormes dificuldades, conseguimos mobilizar 180.000 mil homens e reforçar o nosso litoral, em especial o do saliente nordestino e a ilha de Fernando de Noronha, com várias Unidades recém-criadas.

Das três Divisões de Infantaria, anteriormente cogitadas, conseguimos formar e adestrar, a duras penas, somente uma Divisão e ainda amargamos a ação deletéria de agentes da ‘quintacolumna’ que encetaram virulenta campanha contra a FEB. Eram tempos de supervalorização do que era alienígena – tempos de se cantar e dançar tangos e boleros, de se admirar o que vinha da França e dos Estados Unidos, de exacerbado ‘colonialismo ou satelitismo cultural’, enfim. Nos estados sulinos existiam quistos raciais nas comunidades de origem alemã. O Reich nazista desejava criar na América do Sul (com o Sul do Brasil e províncias argentinas e chilenas) a ‘Germânia Austral’ e estimava contar, em nosso País, com 900.000 simpatizantes. Tudo isso potencializava a propaganda adversa, dizendo-se até que “era mais fácil uma cobra fumar do que a FEB partir para a guerra”.

Mas a reação brasileira não tardou. Superamos todos os óbices e a ‘cobra fumando’, motejo do desdém de apátridas, foi

o símbolo da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária – 1ª DIE. Nossa Divisão incorporou-se ao IV Corpo de Exército (IV CEx) do V Exército dos EEUU. Diga-se que tivemos de nos adaptar rapidamente à doutrina norte-americana, eis que adotávamos a francesa, mercê de 20 anos de atuação (1920-1940) da Missão Militar Francesa no Exército, tendo recebido armamento, munição, fardamento, equipamento, etc., tudo mais moderno do que tínhamos, já na Itália.

3. A Constituição da FEB (Resumo)

Em 9 de agosto de 1943, foi constituída a Força Expedicionária Brasileira (FEB), com a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE), sob o comando do General de Divisão João Batista Mascarenhas de Moraes.

A 1ª DIE foi composta por uma Infantaria Divisionária, a três Regimentos de Infantaria; uma Artilharia Divisionária, a quatro Unidades de Artilharia e a 1ª Esquadrilha de Ligação e Observação (“1ª ELO”, da FAB); Órgãos Divisionários e Tropas Especiais, num total de 25.334 integrantes, recrutados em todos os estados da Federação, aí incluídos, 25 capelães, 67 enfermeiras e 28 funcionários do Banco do Brasil.

Consigne-se, por relevante, a participação de significativa parcela de oficiais da Reserva, oriundos dos CPOR/NPOR. Dos 1.070 oficiais subalternos (aspirantes-a-oficial e tenentes), que integraram a FEB, 344 (ou seja, 41%) eram da Reserva de 2ª Classe (R/2). Dos 12 oficiais mortos em Campanha, 6 – exatamente a metade – eram tenentes R/2. E ainda: o oficial mais condecorado de nossa Divisão Expedicionária (inclusive com as mais gradas medalhas do Exército dos EEUU) foi o 1º tenente R/2 Apollo Resk, oriundo do CPOR do Rio de Janeiro.

4. As quatro fases da atuação da FEB na Itália

A 1ª DIE (inicialmente denominada de “Destacamento FEB”) foi incorporada ao IV Corpo de Exército, do V Exército dos EEUU e, em solo italiano, vivenciou quatro fases distintas:

1ª fase: Operações no vale do rio Serchio;

2ª fase: Operações no vale do rio Reno;

3ª fase: Operações no vale do rio Panaro; e

4ª fase: Operações de Perseguição, ao Sul do rio Pó.

No desenrolar dessas operações, nossos soldados passaram por imensos sacrifícios. A esse respeito, afirmou o general Mascarenhas de Moraes, em seu livro “A FEB pelo seu Comandante”: *“Para os que não sabem avaliar o esforço da FEB, pois não se situaram como nós, na mais cruenta frente de batalha da Europa Ocidental [em terreno montanhoso, totalmente favorável ao inimigo, permanentemente nevado, sob as agruras de um dos mais rigorosos invernos europeus e contra os mais bem adestrados soldados do mundo – acrescentamos, em complemento], só posso dizer que a FEB não teve um só dia de descanso em sua campanha na Itália”* (grifamos e complementamos).

Não é escopo deste trabalho, a descrição pormenorizada dos principais feitos expedicionários. Porém, mister se faz a apresentação cronológica dos mesmos, em aspectos de elevada significância.

Na 1ª fase das Operações, ainda como “Destacamento FEB”, obtivemos a primeira vitória em Camaiore, no dia 18 de setembro de 1944. No prosseguimento pelo vale do rio Serchio, avançamos 40 km, efetuamos 208 prisioneiros e conquistamos várias elevações, vilas e cidades como os montes Prano e Acuto, Massarosa, Fabriche, Fornaci, Galicano, Barga e San Quirico.

A 2ª fase, ao longo do vale do rio Reno, na região dos contrafortes de Belvedere, Monte Castelo e Castelnuovo, foi a mais

terrível da Campanha expedicionária. Não fosse conquistado o Monte Castelo, seria impossível o prosseguimento do IV Corpo de Exército (IV CEx) - nosso escalão superior - em direção a Bolonha, que deveria ser tomada antes da chegada do inverno. Entretanto, tal objetivo só seria atingido se fossem liberados 42 km da Rodovia 64, batida por fogos inimigos partidos das citadas elevações, cujo ponto culminante era o Monte Castelo. Quatro ataques a este monte foram desencadeados nos meses de novembro e dezembro de 1944, pelo IV CEx, com a participação da FEB, um deles somente ao encargo de nossa tropa; porém, não lograram total êxito, apesar do elevado valor combativo da 1ª DIE, por uma série de razões muito bem explicadas em copiosa literatura. Finalmente, em 21 de fevereiro de 1945, após doze horas seguidas de batalha e três meses de ingentes esforços, que nos roubaram 263 preciosas vidas e nos fizeram mais de um milhar de feridos, a vitória foi obtida. A queda de Monte Castelo foi o momento mais emocionante vivido pela FEB. Para coroar tal façanha, completando a ruptura da 'Linha Gótica' (tais eram as culminâncias que a compunham), conquistamos, em 5 de março de 1945, as elevações de Torre di Nerone e Castelnuovo, o que propiciou o livre trânsito na Rodovia 64. O IV CEx, no dia seguinte, partiu célere para Bolonha, por aquela rodovia.

Na 3ª fase, passamos a operar no corte do rio Panaro, quando se travou, em 14 de abril de 1945, a batalha de Montese, a mais sangrenta de todas. A localidade situava-se a 1.200 metros de altitude, um verdadeiro 'ninho de águias' onde os alemães estavam encarapitados. A sua conquista, por isso, exigiu muita bravura e esforços inauditos da parte de nossos pelotões de Infantaria e do Esquadrão de Cavalaria Mecanizado. Capturamos 107 prisioneiros e sofremos 426 baixas, aí computadas as ocorridas na fase preliminar da batalha, cumprindo lamentar a

morte de três heroicos Infantes: o tenente Ary Rauem, o aspirante Francisco Mega e o sargento Max Wolff (este, em missão de patrulha de reconhecimento, na antevéspera do combate). Aduza-se que até hoje, a população de Montese homenageia os ‘pracinhas’ brasileiros, com muita gratidão (inclusive a ‘Canção do Expedicionário’, é entusiasticamente cantada pelas crianças), chamando-os de ‘il liberatori’ - os libertadores. Nessa fase, não poderia haver perda de tempo e a DIE se deslocou com rapidez para o Norte, em direção a Zocca, conquistando as localidades de Marano e Vignola.

A 4ª fase foi a da Perseguição ao inimigo - em desabalada fuga ao Sul do rio Pó, a fim de logo atingir o Passo do Brenner (nos Alpes italianos, na fronteira com a Áustria), em direção à Áustria e Alemanha - e se desenvolveu na direção geral Vignola -Alexandria. A Divisão se movimentou com incrível velocidade, para obstar a retirada alemã, inclusive utilizando os caminhões da Artilharia, a fim de transportar tropas de Infantaria para a região de Fornovo.

Em 27 de abril de 1945, a 1ª DIE chocou-se com resistências inimigas em Collecchio-Fornovo-Respicio e, em duplo envolvimento, iniciou um amplo cerco às tropas alemãs. Os combates feriram-se durante toda a noite de 27/28 de abril, sendo enviado um ultimato de rendição incondicional aos alemães, que foi aceito após algumas tratativas. Amanhecia o dia 30 de abril, quando se deu a rendição - em combate - frise-se, da 148ª Divisão de Infantaria do Exército Alemão e remanescentes das 90ª Divisão Panzer Granadier e Bersagliere Itália. Acrescenta-se que o general Mascarenhas recebeu a rendição inimiga, sem que antes, propositada e altivamente, tivesse participado essa decisão de neutralizar o intuito inimigo de evadir-se, ao comando do IV CEx, pelo que o magno feito marcial foi só e

tão somente só planejado e executado pelas tropas brasileiras! Era a apoteose da FEB! A História, naquele momento, registrava fato ímpar: ‘super-homens’ nazistas eram rendidos, em combate, pela única tropa sul-americana presente no Teatro de Guerra europeu. Aprisionamos 14.779 homens, 4.000 animais, 2.500 viaturas, além de farta quantidade de armamento, munição e equipamentos.

Após a rendição do inimigo, nossa Divisão prosseguiu em seu avanço. Em 30 de abril, ocupou Alexandria, onde fez junção com tropas norte-americanas e, em 1º de maio, após ultrapassar a cidade de Turim, realizou nova junção com tropas francesas, em Susa. Daí em diante, foram efetuadas operações de ocupação, até 3 de junho, quando se deu o deslocamento para o Sul da Itália, onde se aguardou o regresso para o Brasil.

Encerrava-se, assim, uma das mais brilhantes páginas de nossa História. Completava-se o memorável périplo de brasileiros em terras do Velho Continente. Perderam a vida em combate, 451 militares; 1.577 foram feridos; 1.145 acidentados; 58 extraviados e 35 feitos prisioneiros, em 239 dias de empenho diuturno.

Em 22 de dezembro de 1960, há 55 anos, portanto, o inesquecível marechal Mascarenhas de Moraes viu realizado o seu antigo e nobre propósito de repatriar os pracinhas tombados no campo da honra. Fez-se o traslado dos restos mortais dos heróis, do Cemitério de Pistoia, na Itália, para o majestático Monumento aos Mortos na II Guerra Mundial, localizado no aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro. A comovente Cerimônia foi presidida pelo presidente Juscelino Kubitschek que, na ocasião, proferiu um belo e pungente discurso. A enorme câmara fúnebre possui 468 jazigos de mármore negro, nacional, com a tampa branca de mármore da cidade italiana de Carrara. Em cada um deles estão insculpidos a graduação ou posto, a Unidade, o nome do expedi-

cionário, a data de seu natalício e a de sua morte gloriosa. Quinze desses jazigos são de militares não identificados, mercê de suas mutilações. Neles está escrito: “Aqui jaz um Herói da FEB: Deus sabe o Nome”.

Também, as merecidas loas aos bravos companheiros que permaneceram no Brasil, na defesa e guarda de nossa Terra, junto ao extenso litoral brasileiro. Igualmente, os louvores à Marinha de Guerra, no patrulhamento de nossa costa marítima e na proteção aos comboios navais, e à novel Força Aérea Brasileira (FAB), que tantas glórias colheu na Itália, com o heroico 1º Grupo de Aviação de Caça - o “Senta a Púa” (sua divisa pitoresca) e com a 1ª Esquadilha de Ligação e Observação - “1ª ELO”, cujo mote era “Olho Nele”, subordinada à Artilharia Divisionária (AD/1ª DIE), para a regulação aérea dos fogos de Artilharia.

5. Considerações Finais

A FEB não foi uma simples expedição. A FEB não foi uma presença simbólica na guerra contra o nazifascismo. Aqueles, felizmente minoria, que de forma amadorística, arrogante, malévola, inconsequente e irresponsável, a detratam, sem que tenham feito a devida e imprescindível contextualização temporal, precisam entender claramente o que nos transmitiu o saudoso febiano, general Carlos de Meira Mattos, em um de seus competentes trabalhos sobre a 1ª DIE. Dizia o general, que só poderíamos aferir, com justeza, o que foi o desempenho de nossa Divisão de Infantaria se o comparássemos, singularmente, com o de uma outra Divisão estrangeira, dentre tantas que atuaram no Teatro de Operações italiano e em várias regiões da Europa. E concluía, aquele Chefe Militar, com base em estudos técnico-militares, que, sem qualquer favor, a Divisão brasileira ombreou-se, airosamente, com as melhores Divisões aliadas.

Uma anotação digna de realce diz respeito ao expedicionário Waldemar Levy Cardoso, tenente-coronel que comandou um Grupo de Artilharia da FEB, e, após a guerra, atingiu o posto de marechal. Este insigne militar foi, por muitos anos, o detentor do “bastão de comando” da Força Expedicionária Brasileira, sendo o último dos marechais brasileiros a falecer. Ele nasceu em 4 de dezembro de 1900 (ainda século XIX) e morreu, aos 108 anos, em 13 de maio de 2009. É, portanto, o nosso “Marechal de Três Séculos”, fato talvez único na historiografia militar mundial, considerando-se a vida castrense de marechais.

A FEB nos deixou inúmeros e mui valiosos ensinamentos, talvez o mais superlativo, o da confiança do homem brasileiro em suas próprias potencialidades, apesar de tão carente e desassistido, como ficou evidenciado, dolorosamente, na fase de sua mobilização para a guerra. Os novos métodos e técnicas de combate foram bem assimilados pelo Exército, porém poderiam ser mais bem absorvidos, não fora a extemporânea desmobilização da tropa, por motivos meramente políticos. A modernização das Forças Armadas, desaparelhadas como estavam, repetindo situação análoga à do início da Guerra do Paraguai, tornou-se uma necessidade premente, com vistas à defesa do território nacional, tão vulnerável a uma invasão, principalmente no estratégico saliente nordestino.

A participação brasileira na II GM trouxe-nos como fatos relevantes, a restauração da democracia no País e uma notória projeção brasileira, até então de somenos importância, no concerto internacional.

Todavia, desafortunadamente, o Brasil não foi aquinhado com o ressarcimento de suas perdas materiais, como avençado nos Acordos de Ialta e Potsdam. Sem contar os significativos prejuízos sofridos pela Marinha Mercante, além do pagamento de quase 2 bilhões de marcos, pela compra (antes do conflito) de material

bélico não entregue pela Alemanha, gastamos 361 milhões de dólares, cuja última prestação só foi saldada em 1954. Entretanto, o nosso País não recebeu as indenizações que lhe eram devidas, pois foi excluído, injusta e injustificadamente, da “Conferência de Reparação de Guerra”, de Paris. Destarte, mesmo sendo um dos países vencedores, o Brasil foi bem menos beneficiado do que os vencidos, eis que o “Plano Marshall” os contemplou de forma magnânima. Aduza-se, como complementação, que recusamos a participar da ocupação pós-guerra da Itália ou da Áustria, como desejavam os aliados.

6. Conclusões

A FEB regressou coberta de glórias. Aos que verteram o seu generoso sangue pela honra da Pátria, o nosso preito de eterna gratidão, na relembração das palavras do marechal Mascarenhas de Moraes: “Regressamos com as feridas ainda sangrando dos últimos encontros, mas nunca, pela nossa atuação, prestígio e nome do Brasil periclitaram ou foram comprometidos”.

A Força Expedicionária trouxe mudanças profundas para o Brasil - que por ela se redemocratizou, repita-se - em todas as expressões do Poder Nacional. De seus quadros saíram um presidente e um vice-presidente da República (Humberto de Alencar Castello Branco e Adalberto Pereira dos Santos); um presidente do Senado (Paulo Torres); quatro governadores de estado (Cordeiro de Farias, Paulo Torres, Emílio Ribas e Luiz Mendes da Silva); quatorze ministros de Estado (Zenóbio da Costa, Cordeiro de Farias, Amaury Kruel, Segadas Vianna, Nelson de Melo, Moraes Ancora, Ademar de Queiroz, Lyra Tavares, Campos Paiva, Albuquerque Lima, Dale Coutinho, Hugo Abreu, Belfort Bethlem e Celso Furtado), além de inúmeros e proeminentes militares, políticos, homens públicos, etc.

Ainda hoje, já passados 70 anos, não há quem não se emocione com a “Canção do Expedicionário”. A música desta composição é de autoria do notável maestro Spartaco Rossi; e a poesia, do grande vate paulista Guilherme de Almeida, “O Príncipe dos Poetas”, uma belíssima miscelânea (“uma verdadeira colcha de retalhos”) de trechos de renomados escritores brasileiros e versos de consagrados poetas nacionais, modinhas, velhas cantigas de roda e do cancionero do início da década de 1940. A famosa revista “Reader’s Digest” a considerou uma ‘Masterpiece’ (obra prima) da literatura mundial ...

Salve a Força Expedicionária Brasileira, orgulho do altaneiro, glorioso e invicto Exército de Caxias e de nosso amado Brasil!

BREVES NOTAS SOBRE RIOS E REDES HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL

PROF. DR. MÁRIO DINIZ DE ARAÚJO NETO¹

APRESENTAÇÃO

Este documento é um resumo da apresentação realizada no Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHGDF) em um curso básico de Geografia Física do Distrito Federal (DF), ministrado nos anos de 2014/15. O objetivo foi contribuir com o nivelamento dos professores de Geografia da rede pública. O tema aqui tratado, Rios e Redes Hidrográficas, se enquadra no amplo escopo da Geografia Física. Esta área do conhecimento lida com as interações dos fenômenos na superfície da Terra para explicar as diferentes formas de usos e, organização das atividades humanas. A Geografia Física, assim compreendida, fornece as condições e o cenário no qual se desenrolam os processos históricos, políticos e econômicos que marcam e caracterizam as diferentes dinâmicas dos territórios.

Ao se escolher Rios e Redes Hidrográficas como atributos no espaço geográfico do DF a intenção foi a de demonstrar, de maneira a mais concreta possível, uma forma de estudos integrados. Os problemas geográficos sejam de caráter físico ou humano

1 Geógrafo

Professor Associado IV Universidade de Brasília – UnB
Diretor do Instituto de Ciências Humanas – IHD/UnB

têm grande visibilidade quando colocados no âmbito dos estudos dos rios e suas redes. Estas questões, por extensão, se desenvolvem nas bacias hidrográficas as quais, em síntese, espelham o mosaico das atividades humanas e seus efeitos na paisagem, em fluxos e constantes transformações.

Neste aspecto espera-se que, estas noções básicas da Geografia Física não sejam palavras em discussão. Mas, algo real a servir como instrumento para compreensão dos diferentes arranjos das atividades e possibilidades de manejo, nos espaços habitados pelas sociedades humanas.

1. ASPECTOS GERAIS

RIOS, DEFINIÇÃO E IMPORTÂNCIA NA HISTÓRIA: USOS E OCUPAÇÃO.

Antes de tudo é necessário definir o rio como uma corrente de água contínua durante o ano (rio perene) ou somente em determinadas épocas (rio intermitente) que, desemboca no mar ou em outros rios (afluentes) ou ainda em lagos ou se perde no terreno. Agrega-se a esta definição o fato de que os rios são limitados pelas margens e, o rio principal com todos os afluentes constitui uma *rede fluvial*, um *sistema* ou *bacia hidrográfica*.

É importante lembrar a relação da Geomorfologia com os diques marginais dos rios que, dão suporte aos ecossistemas de matas ciliares ou florestas galerias. Por sua vez a vegetação tem papel fundamental na dinâmica dos processos fluviais. Os diversos níveis de cobertura interceptam e protegem os solos da ação direta das gotas de chuva assim evitando o assoreamento do curso de água; as raízes e a matéria orgânica em decomposição mantêm a estrutura, permitindo os fluxos de ar e água na

matriz do solo. Esta água recarrega os lençóis subterrâneos e flui para os rios.

Numa perspectiva histórica desde a Antiguidade os rios desempenharam importante papel para a humanidade como fontes de abundância e destruição. Sabe-se que importantes culturas floresceram através da mobilidade dos homens, instituições, comércio e invenções ao longo das hidrovias. Estas fluem nas paisagens humanas onde, por meio das técnicas, se praticam a irrigação, a drenagem e a captação ou represamento das águas. Tais tipos de intervenções tiveram impactos nessas paisagens e nos próprios cursos de água.

2. NASCENTES: ORIGEM E ECOLOGIA

Conforme Odum (1971) são águas em movimento (“aguas lólicas”) e podem ser consideradas como laboratórios naturais de temperatura constante para os estudiosos das águas. Em virtude da relativa constância dos parâmetros químicos e físicos (velocidade e temperatura), quando comparadas com rios e lagos, as nascentes são importantes como área de estudos ecológicos.

No Brasil, pela importância na manutenção das vazões, estão incluídas na categoria de Áreas de Preservação Permanente (APP). Entretanto, em geral e especificamente no Distrito Federal, sofrem perturbações como desmatamento, compactação dos solos, contaminações diversas em decorrência da expansão agrícola ou urbana.

3. RIOS E OS COMPONENTES DO BALANÇO HÍDRICO.

A relação básica acerca da distribuição da chuva que cai diretamente no curso de água, ou escoar à superfície podendo se infiltrar e fluir através das camadas no solo para chegar aos rios e assim, contribuir para as necessidades hídricas dos organismos é:

$$P = I + \text{Inf} + \text{ET} + \text{Es} + \Delta\text{AS} + \text{Dp} + \Delta\text{ASub} + \text{EASub}$$

P: Precipitação

I: Interceptação

Inf: Infiltração

ET: Evapotranspiração

Es: Escoamento Superficial

ΔAS : Variação no volume de água no solo

Dp: drenagem profunda

ΔASub : Variação no volume de água subterrânea

EASub: Escoamento da água subterrânea

Estes componentes, como se verá adiante, vêm sofrendo alterações, mais ou menos severas, em consequência dos processos de ocupação do território e uso dos recursos hídricos.

Em geral no período das chuvas no DF, são comuns na mídia as notícias e imagens das cheias, causadas pela expansão urbana e consequente impermeabilização dos solos e, acúmulo de resíduos sólidos nas galerias coletoras de águas pluviais. As águas das inundações escoam para o Lago Paranoá provocando o assoreamento, perda de qualidade da água e, prováveis prejuízos para a geração de energia elétrica. Em futuro não muito distante a deposição de sedimentos no Paranoá poderá prejudicar as captações, já planejadas, para o abastecimento humano.

4. O PAPEL DOS SOLOS COMO RESERVATÓRIOS DE ÁGUA E NUTRIENTES.

Do ponto de vista físico um solo mineral é um meio poroso constituído de partículas inorgânicas, matéria orgânica em decomposição, ar e água. Em se tratando de um corpo dinâmico,

duas propriedades físicas dos solos são importantes para o movimento da água: a textura e a estrutura. Textura faz referência ao tamanho das partículas minerais. São as proporções relativas das partículas de variados tamanhos em um determinado solo.

A estrutura consiste na *arrumação* das partículas do solo nos grupos ou agregados. Juntas estas propriedades ajudam a determinar, não só a capacidade de suprimento de nutrientes do solo, como também o movimento de água e ar, importantes para as plantas e balanço hídrico.

5. FUNCIONAMENTO DOS RIOS: CONTÍNUO FLUVIAL E PULSOS.

Na perspectiva da distribuição dos nutrientes (energia) para a fauna o conceito de Continuum Fluvial é satisfatório. Porém é sabido que os rios “fertilizam” suas várzeas em ciclos de cheias e vazantes (*flood pulse concept*). Esta fertilização provém da produção de sedimentos pelos processos de intemperismo.

O “pulso das cheias” por movimentar sedimentos e nutrientes é a força motriz responsável pela existência da *produtividade*, interações bióticas e, benefícios para a agricultura de várzea.

Esta situação pode ser alterada com a construção de represas para a geração de energia elétrica. Estes aproveitamentos na maioria dos casos ao regularizar as vazões modificam o regime do rio. Em consequência os “pulsos das cheias” podem ser reduzidos deixando de fertilizar as várzeas e, assim acarretando prejuízos para as atividades agrícolas.

6. ZONAS FISIOGRAFICAS: DIFERENÇAS ALTIMÉTRICAS E DINÂMICAS FLUVIAIS.

A partir de conceitos clássicos da Geomorfologia Fluvial é possível compartimentar os rios nas seguintes zonas fisiográficas:

- Alto curso caracterizado por forte declividade, presença de material rochoso grosseiro e energia cinética suficiente para promover a erosão e, aprofundamento dos vales. No Centro-Oeste do Brasil, em função da intensidade das chuvas, observa-se a ocorrência de cheias torrenciais;
- Médio curso: menor declividade e energia cinética, sedimentos mais finos, alargamento dos vales e deposição. Em alguns casos, pode haver a presença de meandros os quais quando abandonados pelo rio formam lagos;
- Baixo curso: menor nível de energia cinética, sedimentos finos transportados em suspensão, meandros e deposição, formação de deltas e/ou estuários. É importante frisar que nessas duas últimas zonas fisiográficas, devido a riqueza em nutrientes transportados, desenvolveu-se a ocupação humana.

7. BACIAS HIDROGRÁFICAS: CONCEITOS

As bacias hidrográficas são unidades naturais de estudo para hidrólogos, geógrafos, geólogos, engenheiros e outros profissionais que se ocupam do planejamento territorial. Nesta unidade não apenas é possível se elaborar o balanço das “entradas” (*inputs*) e “saídas” (*outputs*) de energia (água, carga sólida, elementos químicos). As “saídas” representam a integração dos processos que operam no interior da bacia hidrográfica.

Esta integração é objeto de estudos, por exemplo, nos campos da Ecologia e da Geografia uma vez que estes sistemas respondem às mudanças (*estresses*) físicas e químicas impostas ao rio pelas atividades humanas.

Entendemos as bacias hidrográficas como Sistemas Abertos compostos por variáveis X e Y ocorrendo como “entradas” e “sa-

ídas” em intervalos (t) de tempo. É importante saber como uma variável de entrada X se transforma em Y (“saída”). Para isso é necessário o conhecimento das *funções de transferência* S expressa na seguinte relação: $Y_t = SX_t$

Aos professores cabem as explicações acerca de “como” determinada sequência de interações redundou neste ou naquele resultado.

Embora as sociedades humanas, desde a Antiguidade, tenham reconhecido a importância da chuva para as plantas e abastecimento foi, somente nos três últimos séculos que, se entendeu o fato de que se trata de águas a se movimentarem em um ciclo. Nos dias atuais, compreendemos esse “ciclo” como um sistema passível de ser analisado em seus diversos componentes. As primeiras ideias acerca da formação dos cursos de água se baseavam em especulações e mitologia; acreditava-se que a chuva fosse insuficiente para alimentar os rios. A suposição era que os rios seriam abastecidos por fontes subterrâneas, ligadas de alguma maneira aos oceanos. Foi apenas no século XVIII que surgiram teorias plausíveis acerca do ciclo hidrológico fundamentadas em evidências experimentais.

No âmbito dos estudos de Hidrologia as bacias hidrográficas podem ser:

- Representativas: ou típicas de uma região em termos dos seus atributos como cobertura vegetal, geologia e topografia; relativamente íntegras em suas condições naturais.
- Experimentais: objeto de instrumentação para avaliar efeitos no comportamento hidrológico decorrentes do uso ou manejo da terra.

Os problemas que podem impactar e levar a perda da qualidade das águas em uma bacia hidrográfica, podem ser como os listados abaixo:

- Poluição por esgotos sanitários ou indústrias;
- Eutrofização, por excesso de nutrientes
- Redução do (od) oxigênio dissolvido;
- Resíduos sólidos; assoreamento;
- Turbidez e redução da fotossíntese;
- Redução da produtividade biológica.

8. URBANIZAÇÃO NO DF E EFEITOS HIDROLÓGICOS

No metabolismo das cidades observam-se as fases de desmatamento, abertura das primeiras vias de circulação e construção dos principais prédios, sem efeitos hidrológicos visíveis. Porém, na medida em que as áreas urbanizadas crescem e se expandem com o estabelecimento do comércio, serviços públicos, áreas residenciais e, mais vias de circulação acentuam-se as alterações hidrológicas.



Fonte: Correio Braziliense, novembro de 2014

A imagem acima não precisa de muitas explicações. Evidencia apenas os altos e intensos índices pluviométricos do DF e, a perda da capacidade de infiltração decorrente da impermeabilização de áreas por asfaltamento, construção civil e, drenagem urbana deficiente ou impedida por despejo de lixo. As águas que antes se infiltravam no solo indo recarregar os lençóis subterrâneos agora escoam à superfície, causando inúmeros prejuízos sociais e econômicos. Pela coloração das águas é possível inferir que são provenientes de terrenos desmatados com solos expostos e compactados.

9. AS ÁGUAS NO DISTRITO FEDERAL E O FUTURO

Informações sobre os recursos hídricos do DF indicam uma disponibilidade hídrica de 1.300 metros cúbicos por habitante

ano. Volume abaixo do mínimo recomendado pela ONU que é 1.500m³ por habitante/ano. A situação é agravada quando se comparam os volumes produzidos com as demandas atuais por água.

Embora os levantamentos sistemáticos dos recursos hídricos indiquem a “existência de apreciáveis quantidades de águas de superfície e subterrâneas suficientes para prover o abastecimento dos aglomerados sob o enfoque do uso humano, industrial e, agrícola em distintos processos de produção, irrigação, esporte, lazer e geração de energia elétrica” (Lucídio Guimarães Albuquerque, Distrito Federal- Geografia das Águas. SEMARH, 2001).

Em contraponto à afirmação acima dados de um recente Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas do D.F (TCDF, 2010), revelam a atual situação das águas para abastecimento no DF.

DISPONIBILIDADE HÍDRICA DOS SISTEMAS DE CAPTAÇÃO DO DF			
Sistemas	Mananciais Utilizados	Disponibilidade Hídrica (L/s)	Participação no abastecimento ¹
Descoberto	Superficiais	5020 a 5300	60,1%
Santa Maria / Torto	Superficiais	1870 a 1910	21,7%
Planaltina / Sobradinho	Superficiais	785	8,9%
Brazlândia	Superficiais	80	0,9%
São Sebastião	Subterrâneos	215	2,4%
Localidades isoladas e condomínios	Subterrâneos	530	6,0%
TOTAL DO DISTRITO FEDERAL		8500 a 8820	100,0%

Fonte: Revisão do Plano Diretor de Água e Esgotos do DF.

¹Considerados os valores da disponibilidade hídrica máxima.

A referida auditoria mostrou que a quantidade de água demandada alcançou a disponibilidade hídrica dos mananciais utilizados para o abastecimento público e o DF corre risco de desabastecimento caso alternativas não sejam implementadas em curtos e médios prazos.

Em 2009, a demanda por água no dia de maior consumo atingiu 8.544 l/s, ou seja, 97% da disponibilidade dos sistemas

operados pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB). Para atender a esta, a Empresa já vislumbrou a utilização de outros mananciais como Paranoá (2.800l/s), Bananal 600 a 750l/s (vazão sazonal) e Corumbá Sul com 5.600l/s distribuídos em partes iguais entre Goiás e DF.

O quadro atual acerca das pressões exercidas pelos usos, degradação dos mananciais pela falta de fiscalização é preocupante.

Ainda em conformidade com a auditoria do TCDF como causas mais relevantes para a atual situação sobre os recursos hídricos do DF apontam-se: no Instituto Brasília Ambiental (Ibram), a carência de recursos humanos e materiais, com destaque para a dificuldade de acesso a imagens de satélite, a capacitação insuficiente dos recursos humanos existentes e o baixo índice de investimento em recursos materiais para as atividades de fiscalização e monitoramento; na Agência Reguladora de Águas (Adasa), o fato de as ações de cadastramento e outorga das captações individuais no DF terem começado efetivamente somente no final de 2008.

O conhecimento insuficiente da situação dos corpos hídricos prejudica o planejamento e o desenvolvimento de ações de fiscalização, de preservação e de recuperação de corpos hídricos do DF. Constatou-se que mesmo os corpos hídricos de relevância estratégica para os atuais planos de expansão do sistema de abastecimento público, como os da Bacia do Paranoá, carecem de fiscalização para minimizar as agressões que sofrem pela proximidade de setores habitacionais, comerciais e áreas destinadas à agricultura. Para concluir, em rápido comentário sobre as informações divulgadas pelo TCDF, são possíveis as seguintes considerações:

- A situação das águas no DF não pode ser encarada somente da perspectiva biofísica, quanto as origens uso

biológico e, quantidades disponíveis para abastecimento humano. Fica em evidência o problema institucional com seus desdobramentos em termos de falta de pessoal qualificado, orçamento insuficiente e, descontinuidade administrativa. Esta situação torna de pouca valia os esforços dos gestores públicos, para aplicação dos instrumentos legais e econômicos voltados a disciplinar o uso das águas no DF.

- É igualmente visível que as questões apontadas na auditoria do TCDF não se restringem à dimensão local. Efeitos da poluição hídrica no DF ou eventual redução das vazões têm repercussão regional, para dizer o mínimo, na medida em que as bacias hidrográficas locais estão conectadas e, fornecem águas para o Norte e Sul (Bacia do Paraná) e Nordeste como no caso do rio São Francisco.
- Por fim, a se manter o atual quadro de gestão dos recursos hídricos no DF, é possível projetar um futuro de escassez ou a apropriação de novos mananciais e cobranças de mais tarifas para o abastecimento humano.

10. REFERÊNCIAS CONSULTADAS

Albuquerque, L.G. 2001 Distrito Federal. Geografia das Águas. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal

Bennet, R. J & Chorley, R.J 1978 Environmental Systems. Philosophy, Analysis & Control. London, Methuen & Co. Ltd. 624p

Brady, N. C. *Natureza e Propriedades dos Solos* 1989 7ª ed. Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos, trad. Antônio B. Neiva Figueiredo Fº 878p

Dunne, T. & Leopold, L.B 1978 *Water in Environmental Planning*. USA Freeman Company 818p

Fonseca, R. Clementino, M. Martinelli, M. Conti, L.C. *Efeitos do Assoreamento do Lago Paranoá na Geração de Energia Elétrica*. CEB- Geração s/d (apresentação em PPT)

Junk, J.W. Bayley P.B. Sparks, R.E 1989 *The Flood Pulse Concept in River Floodplain Systems* in D.P Dodge (ed) *Proceedings of the International Large River Symposium*. Can. Spec. Publ. Fish. Aquat. Sci. 106

Odum, E.P 1971 *Fundamentos de Ecologia* Lisboa 6ª Edição Fundação Calouste Gulbenkian 820p

Tribunal de Contas do Distrito Federal 2010 *Auditoria Operacional na Gestão dos Recursos Hídricos do Distrito Federal. Relatório (Versão Simplificada)* Coleção Auditorias do TCDF v.3 Brasília DF 40p

Whitehead, P.G., Robinson, M. 1993 *Experimental Basin studies – an international and historical perspective of forest impacts*. *Journal of Hydrology*, 145; 217-230 Amsterdam, Elsevier Science Publishers B.V

CRÉDITOS DAS IMAGENS – SITES CONSULTADOS

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/02/08/interna_cidadesdf,348580/qualidade-da-agua-dos-rios-do-df-e-classificada-como-media-e-boa.shtml

Enchentes em Brasília

<https://andradetalis.wordpress.com/2012/11/21/cachoeira-e-inundacoes-em-brasilia/>

FESTA DE CASAMENTO

NAPOLEÃO VALADARES¹

Terno com gravata, essa trenheira, além de ter que cumprir um e outro, feito político em tempo de eleição. Não se falando que a noiva sempre se atrasa, o padre pode ser desses enrolados, o lugar da recepção é quase sempre distante. Mas é assim mesmo – pensava Bartolomeu –, um parente ou amigo se casa, e não temos como fugir do cerimonial.

Ao chegar com Márcia ao clube onde se deu a festa, encontrou Walfredo com Inácia. Sentaram-se à mesma mesa.

– Ô vontade de tomar um uísquinho.

– Nem fale...

Garçom vem, garçom vai, e nada de uísque. Traziam refrigerantes, sucos, salgadinhos de diversos tipos, tudo com muita qualidade, mas só isso. Walfredo perdeu a paciência e abordou um garçom:

– Amigo, vai ser servido uísque?

– Não, patrão, os pais da noiva são evangélicos, e não tem nada de bebida alcoólica nenhuma não.

Walfredo falou, sem querer:

– Ô desgraceira...

E soltou um gemido. Bartolomeu também soltou um, mas

¹ Acadêmico do IHG-DF – Cadeira nº 42
Patrono: Carlos de Laet

muito mais profundo e muito mais sentido. O garçom fez um gesto de compreensão, como se quisesse dizer: “Sinto muito...”

E vem refrigerante e vêm cumprimentos e vem conversa desenxabida e vem vontade de tomar uísque. Bartolomeu engatillou uma ideia.

– Vamos enfiar uma grana naquele garçom e fazer com ele vá comprar um uísque pra gente?

– Ele não vai. Não pode sair daqui.

– Claro que pode. É só a gente esticar uma gorjeta grossa pra ele.

Quando o garçom passava, Bartolomeu fez-lhe um sinal. Ele encostou-se à mesa, solícito, pensando que aqueles convidados queriam mais um suco, coisa assim. E Bartolomeu pediu, falando baixinho:

– É o seguinte, amigo. A coisa fica aqui entre nós. Queremos que você dê uma saidinha e compre uma garrafa de uísque pra gente. Vamos te dar uma gorjetona daquelas...

Walfredo, com olhos de súplica, completou:

– É que ficar numa festa dessas até o fim, tomando bebida de crente, a gente vai acabar é morrendo do coração. Compra pra gente. A gente só não vai comprar porque as mulheres vão dar falta da gente aqui, e é briga na certa. Quando você chegar, eu vou estar lá fora pra receber, entro com ele dentro do paletó, a gente esconde aqui debaixo da mesa, ninguém vê.

O garçom explicou que não podia sair, tinha sua área para cobrir, servindo. Bartolomeu percebeu que a operação era possível:

– Escuta, amigo. Invente que recebeu um telefonema informando que sua mulher está passando mal e que você tem que dar uma chegadinha em casa, coisa rápida. Ponha outro garçom no seu lugar, por enquanto.

Mostrou, por baixo da barra da toalha, o dinheiro que era para o uísque. E mostrou o que era para ele, várias notas graúdas, que davam mais do dobro do valor do uísque. O garçom fez uma cara boa:

– Espera aí.

E saiu. Quando voltou, Bartolomeu já estava com o dinheiro embrulhado num guardanapo e lhe entregou. As mulheres, fora da mesa, cumprimentando as pessoas, batendo papo, exibindo os vestidos, falando da excelência do bufê. Eles, depois das primeiras doses (garrafa debaixo da mesa), também bateram papo em mesas vizinhas e ofereceram a amigos um uisquinho camuflado. E camufladas eram as risadinhas, quando diziam:

– Numa festa sem uísque eu me sinto violentado.

– É a coisa mais triste do mundo.

– Triste e trágica.

– E tudo o que tem t: tediosa, torturante.

– Tirana, terrível.

– E mais uma coisa: com uma festa de casamento sem uísque, o casal não tem a menor possibilidade de ser feliz.

Na saída, Bartolomeu sentenciou:

– Agora, quando chegar convite de casamento, vou querer saber qual é a religião dos pais da noiva.

E Walfredo, falando alto e grosso, com elevados gestos:

– O importante é a religião.

EMILIO KEMP LARBECK

NINA TUBINO¹

Minha vida tem sido pautada pelo ideal de servir. Como professora e como escritora, tenho procurado difundir a cultura, em uma demonstração de fé e crença na humanidade. E, foi esse ideal que encontrei ao estudar a vida e a obra do professor Emilio Kemp.

Emilio Kemp Larbeck é meu patrono na Academia de Letras do Estado do Rio de Janeiro, fato que ocorreu em 7 de junho de 1990, quando, o então presidente da ACLERJ, Professor Modesto de Abreu, empossou-me na cadeira de número 24 do Sodalício.

Ao estudar a história profissional de Emilio Kemp, descubro que a linha que norteou sua vida pessoal, recheada de humanismo, estava retratada, em todas as suas ações profissionais como, professor, jornalista e nos cargos que exerceu na administração pública.

Emilio Kemp nasceu na cidade do Rio de Janeiro, a 9 de outubro de 1871. Era filho do Comendador Emilio Kemp Larbeck e de Dona Maria Martins Larbeck. Aos 15 anos, não conseguindo ingressar na Escola Naval, foi trabalhar na firma comercial de seu pai. Lá permaneceu até 1891.

O Brasil vivia a efervescência da República e seu espírito di-

¹ Acadêmica do IHG-DF – Cadeira nº 95
Patrono: Joffre Mozart Parada

nâmico e contestador o fez procurar no jornalismo a sua realização. Assim, em 1892, vai trabalhar na redação do jornal *Cidade do Rio*, órgão de propriedade de José do Patrocínio, cujo secretário de redação era Olavo Bilac, com quem iria mais tarde, concorrer a uma vaga na Academia Brasileira de Letras. Três anos depois, passou para o jornal *A Notícia*, de Manoel de Oliveira Rocha.

Em 1897, Emilio Kemp foi nomeado para a Instrução Pública do Estado do Rio, cuja capital era Petrópolis. Mas em 1902, deixa a função pública e retorna à Imprensa como redator da *Tribuna*. Nesse jornal, dirigido por Alcindo Guanabara, Emílio Kemp foi colega de trabalho de Lindolfo Collor, então diretor do Jornal e de Modesto de Abreu, presidente da ACLERJ, que lá trabalhava.

Entre os anos de 1897 a 1910 foi, paralelamente, redator e colaborador dos seguintes jornais: no Rio de Janeiro - *Cidade do Rio*, *O País*, *A Notícia*, *O Dia*, *Diário do Comércio*, *O Tempo*, *Gazeta da Tarde*, *Correio da Tarde* e *O Fluminense*; *Gazeta de Petrópolis* e no jornal *A Capital*, de Niterói.

Fundou a *Revista Avenida*, no Rio e atuou nas revistas; *O Malho*, *Tebaiba*, *Contemporânea*, *Literária de São Paulo* e *Revista do Clube Curitibano*, do Paraná.

Em 1910, vai ao Rio Grande do Sul, por solicitação de Alcindo Guanabara, com recomendação do senador gaúcho Pinheiro Machado, para realizar uma pesquisa política e econômica, para o *Diário da Imprensa*. Nessa ocasião recebe, do jornalista Caldas Júnior, diretor do *Correio do Povo*, convite para ser redator-chefe do Jornal. Assumiu o cargo em fins de 1910 e em abril de 1913, com a morte prematura de Caldas Jr. Passa a Diretor do *Correio do Povo*, permanecendo no cargo até 1920.

Em início de 1921 funda o jornal *A Manhã*, que teve como redatores seus amigos; Maurício Cardoso, João Carlos Machado, Alberto do Rego Lins e Monsenhor Mariano da Rocha.

O jornal *A Manhã*, teve duração efêmera, devido às dificuldades decorrentes da luta política que se travou no Rio Grande do Sul, por ocasião da candidatura de Arthur Bernardes, para presidente da República. Esse fato veio a culminar com a Revolução de 1923. Assim, Emílio Kemp volta para o Rio de Janeiro, para a redação do jornal *O Dia*, dirigido por Anselmo Azevedo Amaral e nele chega a diretor. Nesse Jornal teve como colega Manoel Duarte (mais tarde governador do estado do Rio), Miranda Rosa, Virgílio de Melo Franco e ainda Modesto de Abreu, seu colega em outros jornais.

Sua vida, no jornalismo continua atribulada e em 1925, Emílio Kemp retorna para Porto Alegre e, no *Correio do Povo* assina crônicas e mantém uma coluna de registro literário com o pseudônimo de Acurcio Benigno.

Em 1926, é nomeado, pelo presidente do Estado, Dr. Borges de Medeiros, Inspetor Escolar e, em 1927, passa a dirigir a Escola Normal de Porto Alegre e lá permanece até 1935. O atual prédio do Instituto de Educação General Flores da Cunha, antiga Escola Normal, foi construído em sua gestão e a obra foi supervisionada por ele mesmo. As revistas, editadas pela Escola, na época, mostram o rastro luminoso deixado por Emílio Kemp em sua gestão de diretor.

Eleito Getúlio Vargas, presidente do Estado, e por solicitação de Osvaldo Aranha, então Secretário do Interior, Emilio Kemp elaborou a reforma do ensino normal do Estado, incluindo os cursos de Aplicação, Elementar, e Jardim da Infância. Reforma que passou a vigorar pelo Decreto Estadual 4.277, de 13 de maio de 1929.

Em junho de 1935, com a criação da Secretaria de Educação do Estado, é convidado a ocupar o cargo de Diretor de Expediente onde permanece até 16 de novembro de 1937. Nessa ocasião o

General Daltro Filho, nomeado Interventor do Estado, o leva para diretor da Imprensa Oficial e do Jornal do Estado, órgão do Poder Público fundado naquele momento. Ele foi o responsável pela reorganização da Imprensa Oficial. Em maio de 1939, por aposentadoria de Alcides Maia, assume o cargo de diretor do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Sempre ligado ao jornalismo e mesmo quando trabalhou no Poder Público, nunca deixou de ser um pedagogo. Assim, funda e dirige, por seis anos, em Porto Alegre, os institutos noturnos de ensino técnico profissional Protásio Alves e Evarista Flores da Cunha. Em julho de 1936, funda o Comitê da Campanha de Alfabetização, com aulas, diurnas e noturnas, em todo o Estado gaúcho. Deu grande impulso ao ensino na Escola Normal, organiza o ensino da Educação Física, no Estado e realiza, pela primeira vez no Brasil, apresentações de exercícios físicos com alunas da Escola Normal, além de exposições pedagógicas apresentadas ao final de cada ano letivo, com exposição de trabalhos de alunas e professores.

No período em que trabalhou no *Correio do Povo*, fez seu Curso de Medicina, diplomando-se em 1919. Foi médico assistente, interno e diretor da enfermagem 12 da Santa Casa de Misericórdia. Não fez carreira na medicina, pois dizia-se sensível demais para tal tarefa. Como professor foi catedrático na cadeira de Higiene, na Escola de Medicina e lecionou Literatura Vernácula, na Escola Normal e Escola Superior de Comércio.

Emílio Kemp, em 1929, representou o Governo do Estado no Congresso das Municipalidades, em Porto Alegre e no 6º Congresso de Educação, realizado em Fortaleza, em fevereiro de 1934.

Além de todas as atividades, descritas acima, Emílio Kemp dedicou-se, ainda, ao exercício de atividades culturais: Em 1917, funda e preside, no Rio de Janeiro, a Academia Fluminense de

Letras. Em Porto Alegre, em 1937, cria o Instituto Ítalo-Brasileiro e recebe do governo da Itália a Ordem de Oficial da Coroa.

Era membro da Academia Rio-Grandense de Letras e da Associação Rio-Grandense de Imprensa. Seu nome está ligado a inúmeras instituições culturais e científicas. Em Porto Alegre é nome de rua e de Escola.

Esse ilustre jornalista, a par de uma vida pública das mais dinâmicas, com destacada passagem pela imprensa do País, ainda desenvolveu um fértil processo de criação, produzindo e publicando inúmeras obras literárias e de teor científico. Em 1898, editou seu primeiro livro de poemas, com o título *de Matinal*. Sua produção literária foi bastante fértil até 1955, ano de sua morte.

Espirito dinâmico e criativo, tal como fez no jornalismo e na vida pública, também na literatura soube diversificar, sem cair no banal. Escreveu romances, peças para teatro, operetas, literatura infantil e esbanjou inspiração na poesia. Nos sonetos decassílabos ou nos poemas modernos, seu estro enaltece a Pátria, pregando o civismo, a exemplo de Olavo Bilac. Seu pensamento era voltado para a educação da juventude, todavia, deixa-se levar pelo coração e faz lindos versos às suas musas.

Encontrei na revista do Globo de 16 de março de 1938, nº 224, editada em Porto Alegre, o comentário crítico sobre seu livro *Luz Suprema*: “Luz Suprema é, sem favor nenhum, um bom livro, cuja leitura agrada e sensibiliza. É mais uma oportunidade para se conhecer a alma boa, o coração boníssimo e o espírito brilhante do Dr. Emilio Kemp. Quem soube ser jornalista de largo tirocínio, educacionista, escritor, soube agora, ser o cantor admirável de Luz Suprema”.

Na revista *A Semana*, do Rio de Janeiro, de 2 de outubro de 1943, encontra-se um comentário do jornalista Carlos Maul, também patrono de uma cadeira na ACLERJ, sobre Emílio Kemp

e diz ele: “ Emílio Kemp é uma das figuras mais brilhantes, vivaz e simpática da roda literária do Rio de Janeiro. *Cantos de Amor ao Céu e à Terra*, é um livro que não se sabe se é uma saudade ou um ímpeto de renovação, tão cristalinos são os encantos de sua música, tão formosas e claras suas imagens”. (Livro editado em 1943).

Emílio Kemp deixou 22 livros editados, inúmeros artigos em jornais e revistas do País, fez parceria musical com Henrique Marinho, em operetas. Suas obras, na grande maioria foram editadas em Porto Alegre pelas editoras; Selbach, Globo e Americana.

O acervo de hinos cívicos do Rio Grande do Sul conta com o *Hino da Mocidade Brasileira*, letra sua e música do maestro Ernani Braga. Deixo gravado aqui esse hino para que as próximas gerações possam perceber o civismo que reinava, nas escolas brasileiras da primeira metade do século XX.

HINO DA MOCIDADE BRASILEIRA

Mocidade! Mocidade!
Resplandeça no céu claridade
Seja um hino de fé varonil
Nosso canto de glória ao Brasil!
Mocidade, nós somos a fonte
Da grandesa da Patria querida.
Por amor do Brasil nossa frente,
Orgulhosos, tenhamos erguida.

Encaremos de frente o futuro!
Para nós não existe a desgraça
Quem não ama o Brasil é perjuro,
Nega o sangue e a nobreza da raça!

Somos filhos de altivos guerreiros!
Descendemos de heróis não vencidos,
Que os bravios sertões brasileiros
Desbravaram viris e atrevidos!

Quer transpondo as florestas do norte,
Quer nos campos do sul combatendo,
Foram eles talhando o teu porte,
Os teus elos, ó Pátria, prendendo!

Conservamos no peito gravado
— Velhos feitos aos novos ligando —
O braço dos heróis do passado,
— Rutilante fanal nos guiando!

Nós queremos a paz, mas a guerra
Nos inflama chamando ao combate!
Ai de quem insultar nossa terra!
Ai de quem nossa gente maltrate!

Hão de vir gerações que o teu nome,
O Brasil! Cobrirão de mais brilhos!...
Tua glória jamais se consome!
Imortal te farão nossos filhos!

Mocidade! Mocidade!
Quem não crê no futuro é servil,
Resplandeça no céu claridade!
Será lindo o porvir do Brasil!

Referências bibliográficas:

Martins, Ari – Escritores do RGS.

Vilas Boas, Pedro Leite– Dicionário Bibliográfico Gaúcho.

Correio do Povo –artigos e crônicas.

Revista do Globo- Porto Alegre.

Informações familiares, fotos.

Documentos da época em bibliotecas do Rio de Janeiro, Niterói e Porto Alegre.

JEITINHOS DE BRASÍLIA

OSMAR ALVES DE MELO¹

Brasília talvez seja o lugar onde o jeitinho brasileiro mais operou ao longo de sua história. Jeitinho é uma instituição nacional única. É um patrimônio da cultura brasileira. É um exercício de imaginação, de habilidade e de insubordinação com as normas legais. É um modo nefasto de desvirtuamento de disposições legais e decisões administrativas. Enfim, é uma maneira de fazer o oposto do que pretendia o legislador e o administrador. E curiosamente, é visto com naturalidade pela sociedade. Apesar dos transtornos que causa, ninguém se preocupou ainda em tipificá-lo como crime.

São selecionados, a seguir, alguns exemplos de conquistas do jeitinho brasileiro no Distrito Federal, com o propósito de mostrá-los, à luz da história da Capital da República, para que as futuras gerações sejam informadas de como eram alguns setores urbanos e áreas rurais e como é que ficaram e são atualmente.

O projeto originário da Nova Capital passou por alterações profundas ao longo do tempo.

Em torno de Brasília, é prevista uma rodovia circular, um verdadeiro cinturão, nunca totalmente concluída. Algumas partes já estão asfaltadas, enquanto outras são estradas de ter-

¹ Acadêmico e 2º Vice-Presidente do IHG-DF
Cadeira nº 130 – Patrono: Barão do Rio Branco

ra. Tal rodovia seria o limite, além do qual as terras poderiam ser exploradas para a agricultura e para a construção de núcleos urbanos. Aquém daquele ponto, seriam preservadas a vegetação natural do cerrado e as muitas nascentes de água cristalina. E é claro, imitando Viena, a Capital da Áustria, poderia ser plantado um imenso bosque. A preservação da vegetação natural e das nascentes e o imenso bosque artificial formariam o pulmão de Brasília, mantendo-se, assim, mais ou menos, as condições climáticas originais.

Do ponto de vista geográfico e demográfico, esse modelo guardava certa semelhança com a cidade do Rio de Janeiro, a antiga Capital da República, com sua elite política, econômica e social estabelecida na Zona Sul e seu povo trabalhador na periferia, nos bairros e subúrbios distantes, principalmente na Zona Norte e, mais tarde, na Baixada Fluminense. Na Zona Sul, a exceção eram apenas os morros até então inacessíveis às incorporações imobiliárias e à construção civil, ocupados pelas favelas. As elites de Brasília estariam no Plano Piloto, Asas Norte e Sul, e às margens do Lago Paranoá, enquanto o povo trabalhador habitaria nos núcleos urbanos e rurais além do cinturão simbolizado pela estrada circular.

Esse modelo foi abandonado em virtude da implantação dos condomínios que se estabeleceram, além e aquém daquela estrada nunca concluída, sobre a vegetação natural e as nascentes que deveriam ser preservadas. Com o tempo, foram ou estão sendo regularizados pelo Governo do Distrito Federal. Sem dúvida, é indiscutivelmente obra do jeitinho ajudado pela teoria do fato consumado.

Outra façanha do jeitinho brasileiro ocorreu na Praça Municipal. Convém observar que o nome Praça Municipal está ligado à estrutura política do Distrito Federal. Pela emenda Cons-

titucional nº 3 à Constituição de 1946, promulgada quando era Presidente da Câmara dos Deputados o Deputado Ulysses Guimarães, foram instituídos o Prefeito do Distrito Federal nomeado pelo Presidente da República e a Câmara dos Vereadores com 20 membros eleitos pelo povo, o que nunca ocorreu, porque o Congresso Nacional não marcou a data das eleições, enquanto, a partir da Constituição de 1967, foram eliminados o Prefeito, o Poder Legislativo local e a representação política no Senado Federal e na Câmara dos Deputados .

Existia, portanto, como no Rio de Janeiro, quando Capital da República, um Poder Municipal. A figura do governador veio bem depois durante o Regime Militar. Daí o nome apropriado Praça Municipal.

De acordo com o projeto do urbanista Lúcio Costa e a planta original de Brasília, a Praça dos Três Poderes do Distrito Federal e a Praça dos Três Poderes eram simétricas. Da mesma forma que na Praça dos Três Poderes, o Palácio do Planalto, (Executivo) de um lado, está de frente para a sede do Supremo Tribunal Federal (Judiciário) e no centro encontra-se o edifício sede do Congresso Nacional, formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal (Legislativo), na Praça Municipal, o Palácio do Buriti (Executivo) está de frente para o Tribunal da Justiça do Distrito Federal e Territórios (Judiciário) e a sede do Poder Legislativo local – a Câmara Legislativa – deveria estar construída no centro da praça.

Entretanto, aquele espaço reservado à sede do Poder Legislativo do Distrito Federal tomou rumo não previsto. O Prefeito Wadjô Gomide plantou naquele lugar um belo mangueiral e o governador José Aparecido de Oliveira construiu ali o Memorial dos Povos Indígenas. Nessas condições, restou à Câmara Legislativa construir sua sede no setor originalmente identificado por Setor

de Indústrias Gráficas, indo, assim, fazer companhia ao Tribunal Regional Eleitoral construído anteriormente naquele setor. Dessa forma, desapareceu a simetria entre as duas praças.

Oportuno observar que o regime militar fez tudo para esconder do povo a organização política do novo Distrito Federal igual à do antigo, ornado de Poder Legislativo e de representação no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, já que é, além de Município, membro da federação. Ainda hoje, passados mais de 50 anos de inauguração da cidade, há muita gente, inclusive pessoas letradas e até intelectuais, que pensam que Brasília era diferente do Rio de Janeiro. Por isso, são adversários declarados da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que sucedeu a Câmara de Vereadores do Rio com a única diferença de ser, ao mesmo tempo, um poder Municipal e um poder Estadual, em virtude da figura do governado.

Outra obra do jeitinho brasileiro é a cidade de Águas Claras. O gabarito da região foi elevado em mais de duas vezes, passando a ser permitida a construção de espigões com até 30 pavimentos, o que gerou sérios problemas de trânsito, de estacionamento, de abastecimento de água e de outros serviços públicos. Mas essa mudança foi feita à luz do dia pela Câmara Legislativa, diferente de outras mudanças, como se verá a seguir, que decorreram da lei do fato consumado.

Há muitas outras distorções, mas, para não ficar enfadonho, listo apenas mais algumas, que são bizarras.

Dois edifícios de grande porte, um no Setor de Rádio e Televisão Norte, o Brasília Rádio Center, e outro no Setor Sul de Rádio e TV, o Pátio Brasil, invadiram a área pública nos limites da W3 Norte e da W3 Sul. Entretanto, as invasões consumadas foram regularizadas, com o estreitamento das calçadas de uso dos pedestres. Mais uma vez, o público é que foi punido pela infração e não

os incorporadores e os funcionários responsáveis pela liberação da construção e pela fiscalização.

No Setor Comercial Sul, há outras mudanças bizarras. Preservada a altura máxima das construções no local, o Edifício Baracat tem 17 andares, enquanto o Edifício Ceará, o Edifício JK e outros tem 14 andares. O Edifício Goiás ou Edifício Jockey Club tem 4 andares, enquanto os Edifícios São Paulo e Anhanguera tem 6. Mas todos tem a mesma altura, como aparecem um ao lado do outro. A mágica se deu com a redução do pé direito dos edifícios. Mais uma vez, nem os incorporadores nem os servidores da liberação das construções e da fiscalização foram responsabilizados pelas infrações.

A Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade é pontilhada de distorções de toda natureza, diferente das cidades antigas, como Paris ou São Petesburgo, por exemplo, que são preservadas há séculos sem nenhuma alteração em sua arquitetura. O jeito é tipificar o jeitinho como crime e punir seus engenhosos autores.

ORAÇÃO DE RONALDO REBELLO DE BRITTO POLETTI, NA OCASIÃO DE SUA POSSE NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL, EM 29 DE SETEMBRO DE 2010

As minhas primeiras palavras são de agradecimento pela honra e alegria de ser acolhido neste importante instituto, o qual, pelos membros e pela circunstância de estar em Brasília, confunde-se com a história que se faz em um espaço privilegiado da trajetória do povo brasileiro. Evidencia-se, portanto, a importância do espaço na história, vale dizer, a relevância de uma geohistória, um misto de geografia e história.¹

Essa relação espaço-tempo, na pluralidade infinita de possibilidades e da interdisciplinariedade, talvez sirva à coincidência que ocorre na investidura de um advogado e professor de direito, em uma cadeira neste sodalício, cujo patrono é Donald J. Belcher e seu antigo ocupante, ora no quadro dos fundadores, um Engenheiro Civil, Armando José Buchmann.

O primeiro, da empresa Donald J. Belcher and Associates Incorporated, contratada para estudos de fotoanálise e fotointerpretação sobre a grande área, onde Brasília deveria ser construída. E Armando José Buchmann, pioneiro, que associou ao seu trabalho de construtor e administrador de nossa cidade a atividade literária, histórica e memorialista, es-

1 Cf. Frédéric Nef. *Traité d'ontologie pour les non-philosophes (et les philosophes)*. Paris, Gallimard, 2009, p. 26; v. Paul Ricoeur. *Histoire et vérité*. Paris, Seuil, 1955. Tal é a leitura de Braudel por Paul Ricoeur.

crevendo *Reflexões* (1992), *Lúcio Costa, o inventor da cidade de Brasília* (2002) e *Construção de Brasília. Uma "Mensagem a Garcia"* (2004). Buchmann, tal como os outros eminentes membros do Instituto têm colaborado para que ele se afirme no registro dos fastos de nossa república e na tomada de nossa consciência histórica.

Nem historiador, nem filósofo, nem teólogo, nem engenheiro, nem arquiteto, nem geógrafo, atrevo-me a intentar algumas considerações sobre a história e sua filosofia.

Socorre-me, no entanto, a circunstância de que a ciência jurídica somente se revela de maneira plena por intermédio da história e da filosofia.

Bernard Shaw, em sua peça, *The Devil's Disciple*, que se passa em New Hampshire, durante a Revolução Americana, subverte a narrativa tradicional. A Independência aparece com uma série de engraçados equívocos e caricaturas. Diante da pantomima final, ao cair o pano, uma das personagens indaga, com viva preocupação: – *E a história?* E obtém, como resposta: – *A história mentirá como sempre.*

É possível que a história minta.

Em que sentido, porém, a verdade poderá ser relativa ou falseada?

O maniqueísmo é certamente um dos piores relativismos.

A mentira pode ocorrer na crônica da contemporaneidade, não quanto ao significado em si do acontecimento.

Tal é o perigo da história, quando se confundem atores e juízes.

Por ocasião do sesquicentenário da Independência do Brasil, o Professor Pedro Calmon escreveu uma *História do Ministério da Justiça*. Encontrei-me com ele e indaguei: “- Professor, por que o senhor escreveu apenas até antes da Revolução de 30?”. Res-

pondeu-me de pronto, bem a seu estilo: “- Meu filho, não convém ir adiante, ainda há muita gente por aí daquele tempo.”²

Assumo a posição de João Ribeiro, que (1908) escreveu em nota a sua *História do Brasil*:

“Não passei além da proclamação da república (1889); os sucessos são ainda do dia de hoje e seria prematuro julgá-los em livro destinado ao esquecimento das paixões do presente e à glorificação da nossa história.”³

A verdade subjetiva da célebre obra de Pirandelo, *Così è si vi pare*, não exerce qualquer hegemonia na mente do homem.

O relativismo jamais triunfará.

O conhecimento, todavia, somente oferece uma resposta dogmática, no plano da religião, até porque o que caracteriza o homem de ciência e o filósofo não está na obtenção de eventuais respostas, mas na busca incessante de uma conclusão satisfatória, mesmo que temporária.

Essa circunstância não afasta, porém, a existência da verdade, tanto na *adaequatio intellectus ad rem* como na *adaequatio rei ad intellectum*, a verdade ôntica, a verdade que está no próprio ser, a verdade transcendental, no sentido da beleza, como no verso de Keats, *a thing of beauty is a joy for ever*.

É possível distinguir a crônica histórica da história verdadeira. A *Geschichte* da *Historie*. Elas cuidam de tempos diferentes.

Tomo emprestado do teólogo Paul Tillich (1886-1865) a explicação para as duas palavras gregas para “tempo”: *krónos* e *kairós*.⁴

Krónos indica o tempo formal, meramente quantitativo,

2 Pedro Calmon. *História do Ministério da Justiça*. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1972.

3 Cf. João Ribeiro. *História do Brasil. Curso Superior*. 11 ed. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1929.

4 Cf. Paul Tillich, *Kairós* (1922), in *Lera protestante*, apud Rosino Gibellini. *A Teologia do Século XX*. Trad. João Paixão Netto. São Paulo, Edições Loyola, 1998, p. 91.

medido por um relógio. É o tempo da crônica histórica, o tempo da *Historie*.

Kairós representa o tempo no significado profundo para a história do homem, a *Geschichte*, tanto narrativa como filosófica.

Na filosofia da história, o *kairós* é toda reviravolta decisiva na trajetória da humanidade, nas diversas escalas de importância.

O Cristianismo indica o tempo kairológico mais expressivo, uma aceção única e universal: o advento, a vida, a morte e a ressurreição de Jesus Cristo.

Em consequência, os elementos da crônica sobre o Jesus histórico pouco representam em face da mensagem de quem, vivendo distante do centro do Império, em uma época de imperadores, generais, poetas, filósofos, pessoas muito importantes, foi o único que, em menos de cem anos de sua morte, inspirou, pelo menos, quatro biografias completas, e, antes delas, sobre a sua doutrina, algumas cartas de Paulo, um judeu helenizado, dando ensejo a uma nova religião, síntese definitiva da cultura dos povos, desde os da Mesopotâmia aos do Egito, da Judéia, da Grécia e de Roma.

O momento kairológico independe de uma crença, como uma mera atitude psicológica, mas penetra em nossa mente de forma definitiva, gerando uma sintonia com todo o universo físico, reflexo de uma fidelidade do homem em face do mistério da existência. A origem e destino da vida passam a ser explicáveis pela religião, mas também pelo projeto e concretude da cultura humana, uma realidade essencial que dá sentido à natureza e conteúdo à história.

Sob este ângulo, cabe um referência à fundação de Brasília.

Não sem razão, Brasília é considerada uma cidade irmã de Roma.

A Loba sobre uma coluna, que se encontra no Capitólio, em frente à Prefeitura de Roma, tem uma réplica perfeita diante

do Palácio do Buriti, presente do prefeito romano, por ocasião da fundação de Brasília, no dia em que se comemora também o aniversário da cidade eterna: 21 de abril.

Roma e Brasília são cidades irmãs.

Suas fundações representam o tempo como *kairós* e não como *krónos*.

Brasília vale pela sua história (*Geschichte*), não pela sua crônica histórica (*Historie*).

Brasília – por que não dizer e já agora com a emoção da leitura dos registros feitos por Armando José Buchmann – constitui o *locus*, o centro, a ocasião de uma civilização do futuro, como um elemento inafastável da história, capaz de simbolizar, na expressão do filósofo e sociólogo mexicano José de Vasconcelos, uma nova era, a da raça cósmica, reunião e síntese de todas as raças, prova até da superação dessas como causa diferenciadora dos povos e dos homens.⁵

Compreende-se, assim, a fundação da cidade, sonho de um destino, que o presidente Juscelino Kubitschek teve a audácia de tornar realidade.

A diferença entre a crônica fugaz e a história, como dissertação filosófica, referida a momentos decisivos, plenos de espiritualidade e de mistério, talvez explique o porquê das teorias que pretendem descobrir leis históricas universais e necessárias, considerando o homem, seu agente, ou como deus ou como vítima de um determinismo inexorável, despojado em ambos os casos do fundamento espiritual que explica a liberdade.

Giambattista Vico engendrou as idades dos deuses, dos heróis e do homem, reservando para cada uma delas um direito e uma linguagem.⁶

5 Cf. José de Vasconcelos. *La Raza Cósmica: misión de lar aza iberoamericana*, 1925.

6 Giambattista Vico. *A Ciência Nova*. Trad. Marco Lucchesi. Rio de Janeiro, Record, 1999.

Hegel pretendeu recriar a História, como o cosmos inteiro, pleiteando uma explicação final do movimento por si só da humanidade, pelo qual a razão atualiza-se no tempo. Ele igualou a razão humana à razão divina por intermédio de um saber absoluto, que seria a dialética. ⁷ Não sem razão, Jacques Maritain aponta a metafísica de Hegel, sua Filosofia da História, como a Gnose moderna, um puro gnosticismo. O ídolo imenso criado por Hegel foi primeiro Natureza e depois História. ⁸

Segundo Hegel, haveria três estágios do espírito objetivo: o direito abstrato, o da moralidade da consciência ou moralidade subjetiva (*Moralität*) e o da moralidade social (*Sittlichkeit*) ou do advento do Estado.

O Estado, como a suprema realização do Espírito, demonstra bem o equívoco hegeliano, ou, pelo menos, a nefasta influência dessa idéia tanto na revolução comunista como no fascismo. Naquela concebido como “aparelho”, presente quaisquer que sejam as relações de produção, apenas que, no socialismo, estaria nas mãos do proletariado e, no regime capitalista, nas da burguesia. ⁹ Quanto ao fascismo, basta lembrar a frase de Mussolini: tudo pelo Estado, tudo para o Estado e nada fora do Estado. Refletia o pensamento de Gentile ¹⁰, no sentido de que o homem se realiza no Estado e este no interior do próprio homem. Não sem razão se diz que o fascismo era o idealismo filosófico em marcha.

Noção problemática, a de Augusto Comte, na marcha progressiva do espírito humano pelos estados teológico ou fictício,

⁷ Hegel. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis, Vozes, 1992.

⁸ Cf. Jacques Maritain. *Sobre a Filosofia da História*. São Paulo, Herder, 1962. pp. 33 e segs.

⁹ Lênin reuniu tudo que Marx e Engels haviam escrito sobre o Estado, que, fundo era pouco, e escreveu *O Estado e a Revolução* (1917): o proletariado apodera-se pela revolução violenta da máquina estatal.

¹⁰ Ver Ronaldo Poletti, A propósito da dialética em Miguel Reale, *Miguel Reale. Estudos em homenagem a seus 90 anos*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000. O texto de Giovanni Gentile é *La riforma della dialettica hegeliana* (1913)

metafísico ou abstrato e, afinal, científico ou positivo, como apálgio máximo do saber.¹¹

A de Nietzsche: o homem, pelo menos em um determinado momento, caminha pelo deserto como o camelo, que há de transformar-se em um leão, subvertendo todos os valores, para dar a luz a uma criança, o futuro superhomem.¹²

A de Spengler: a história é definida como uma vida. Os povos têm uma existência concreta (sangue, solo, raça) e espiritual (língua, pensamento, cultura). O povo depende da consciência que tenha do seu destino. Degenera-se quando se separa de seu solo e substitui o destino pela razão, quando a cidade sobrepõe-se ao campo, o espírito apolíneo ao dionisíaco. A civilização é uma forma decadente e esclerosada da cultura. Há um ciclo de vida. Nascimento, crescimento, maturidade, decadência e morte.¹³

A de Toynbee: tentativa de descoberta de novos padrões e sistemas de classificação e interpretação, partindo de induções com base nas civilizações, mais ou menos no sentido spengleriano. O estudo comparativo das civilizações indicaria que elas atravessam estados semelhantes de crescimento, colapso e eventual dissolução.¹⁴ A idéia de Toynbee oferece, todavia, a surpreendente possibilidade de libertação dos ciclos pelo homem.

O etnólogo polonês Bronislaw Malinowski observou, no entanto, o homem primitivo e seu conhecimento racional, do trabalho à magia e vice versa, sua linguagem, palavras e expressões

11 Auguste Comte. *Curso de Filosofia Positiva*. Trad. José Arthur Giannotti. São Paulo, Editora Abril, 1973. Primeira Lição II.

12 Nietzsche. *Assim falava Zaratustra*. Trad. Alfredo Margarido. Lisboa, Guimaraes Editores, 1994.

13 V. Oswald Spengler. *A Decadência do Ocidente*. Edição condensada por Helmut Werner. Trad. Herbert Caro. Brasília, Editora UnB, 1982.

14 V. Arnold Toynbee. *Um Estudo da História*. Edição revisada e condensada por Arnold Toynbee e Jane Capla. Trad. Isa Silveira Leal e Miroel Silveira. Brasília, Editora UnB; São Paulo, Martins Fontes, 1986; e Patrick Gardiner. *Teorias da História*. 4 ed. Trad. Vítor Matos e Sá. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995. pp. 244 e segts. Nessa direção, aproximadamente, duas obras de grande valor: Alfred Weber. *História Sociológica da Cultura*. Lisboa, Arcádia, s/d; Helio Jaguaribe. *Um Estudo Crítico da História*. Trad. Sergio Bath. São Paulo, Paz e Terra, 2001.

complexas, para concluir que o homem primitivo pode observar e pensar, possuindo, incorporados à sua linguagem sistemas de conhecimento metódico, embora rudimentar.¹⁵

A inteligência do homem primitivo é da mesma natureza que a nossa, proclama Maritain.¹⁶

Onde teria começado a ilusão da ciência do homem? O nominalismo de Guilherme de Ockam parece ter ensejado o racionalismo, que deu no positivismo, que é filho do iluminismo e pai do marxismo.

Não obstante algumas virtudes, um dos momentos negativos dessa linha da evolução do pensamento humano reside no iluminismo, que se autoneomeou uma era de progresso e luz por oposição às trevas. O movimento filosófico do século XVIII se desenvolveu na Alemanha, na Inglaterra e na França, tendo ainda repercussões literária, artística e política, apresenta-se como uma consequência do desenvolvimento científico e do racionalismo, afastada qualquer espiritualidade. Nasceu do empirismo e de uma teoria do conhecimento materialista. A defesa da ciência e da racionalidade crítica voltou-se contra a superstição, incluindo nela a fé e o dogma religioso. Excluiu a revelação e a metafísica, gerando o niilismo, como se possível fosse a filosofia sobre o nada. Tudo precisaria ser provado cientificamente. Daí o afastamento do teísmo e do Deus pessoal do Cristianismo. O máximo a admitir-se seria a existência de um princípio criador (deísmo, logo substituído por um panteísmo), o Deus dos filósofos. A instrução produziria efeitos morais e ensinaria a liberdade de pensar e de julgar por si mesmo, de maneira independente da autoridade e da tradição. Na política, oposição ao autoritarismo e ao abuso do poder, tão evidentes no absolutismo, diante do qual seriam colocados as liberdades individuais e os direitos do cidadão. O homem emancipar-se-ia pela razão. O progresso

15 Bronislaw Malinowski. *Magic, Science and Religion*..

16 Jacques Maritain, op. cit.p. 104..

seria inevitável. Os iluministas pretendiam-se “inimigos das trevas”, da ignorância, da superstição e do despotismo.

Na França, os autores da Enciclopédia projetaram um saber finito e circular. Hoje, a idéia enciclopédica, a do conhecimento em círculos, reflete uma insuficiência. Diderot, o escritor preferido de Marx, formulou uma teoria da matéria, que explicaria tanto o mal como o bem. Os desdobramentos iluministas são evidentes, na luta contra a religião, a opressão clerical e o regime feudal; a exacerbação da razão, a idéia de um progresso inevitável, o liberalismo, o contrato social como uma hipótese racional e abstrata, a revolução, o positivismo, o materialismo, o marxismo e sua nova fisionomia na Escola de Frankfurt¹⁷, cujo derradeiro nome (Habermas) sustenta que o projeto da modernidade não estaria acabado, havendo a necessidade de valorizar a razão crítica para tornar possível a emancipação do homem diante da ideologia e da dominação política e da economia. Já Horkheimer e Adorno elaboraram a crítica da razão das Luzes, que nada mais seria do que um *Logos* dominador expresso no fascismo e no nazismo, embora sustentassem a necessidade de uma verdadeira *Aufklärung*.¹⁸

Longe de desprezarmos os benefícios da razão iluminista, dos progressos da técnica, do humanismo renascentista, da Reforma, da Revolução, das declarações de direitos, devemos, todavia, apreciá-los em conjunto com os seus aspectos negativos. Os positivos se inserem naquilo que Maritain denominou lei do progresso da consciência moral, onde convivem aspectos positivos e negativos da trajetória humana.¹⁹

Os trabalhos de Raymond Aron, no final da década de 30 no século passado, antes da guerra, ajudaram a colocar uma pá de cal na pretensão do racionalismo histórico e no positivismo. Ele traz à baila

17 Ver Antonio Paim. *Marxismo e Descendência*. São Paulo, Interactive Editora, 2009: o marxismo agora denomina-se *teoria crítica*.”

18 Theodor Adorno e Max Horkheimer. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

19 *Idem, ibidem*, p. 109.

a crítica da razão histórica de Dilthey²⁰. Trata-se de uma reação contra as certezas do positivismo histórico, do marxismo, da sociologia francesa, utilizando-se, para tanto, dos filósofos alemães.²¹

Aron pretendia desdobrar o seu trabalho para discutir o historicismo, tal como o faz Karl Popper, que o qualifica como uma pretensão das ciências sociais no sentido de prever ou de profetizar o futuro da história como um todo, fundando-se em leis do desenvolvimento histórico.²²

Apesar de Popper, o maior dos filósofos da ciência no século XX, assumir posição liberal e racionalista, faz veementes críticas a todas as teorias historicistas. Desde logo, não considera o marxismo uma ciência, tendo em vista não existir nele os elementos possíveis de oferecer uma discussão sobre si próprio, apta a desconstruir as suas conclusões. Popper faz objeções exatamente sobre o ponto em que o marxismo pretende adotar os métodos de previsão praticados pelas ciências sociais. A política mitigaria as dores do parto das revoluções.²³

As previsões são impossíveis. No plano dos acontecimentos humanos não há profetas. O homem é imprevisível, embora ele seja o senhor da própria história. Até no determinismo marxista, o homem exerce a sua liberdade criadora, dada a uma concepção, neste ponto, não muito distante da religião judaica cristã. Enquanto nesta se insere o mandamento do “crescei, multiplicai-vos e dominai o mundo”, no materialismo dialético confere-se ao homem a iniciativa da transformação da natureza com a qual ele se confunde para lograr a sua libertação. Isso talvez explique o di-

20 Cf. Wilhelm Dilthey. *Introdução ao Estudo das Ciências Humanas*. (1883)

21 Cf. Raymond Aron, *Memórias*. Trad. Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, pp. 116 e segts.; *Introduction à la philosophie de l'histoire. Essai sur les limites de l'objectivité historique*. Nova edição revista e anotada por Sylvie Mesure. Paris, Gallimard, 1986.

22 Karl Popper. *Miséria do Historicismo*. São Paulo, Cultrix, 1980; *A Sociedade Aberta e seus inimigos*. Trad. Milton Amado. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Universidade de São Paulo, 1974.

23 *Idem*. “Previsão e Profecias nas Ciências Sociais” in Patrick Gadamer, *Teorias da História*, cit. nas pp. 335 e segts.

álogo entre cristãos e marxistas, no século XX, sobretudo depois da guerra mundial, sob a pressão de uma política antagonica, que, no fundo não se travava entre o capitalismo e o socialismo, mas entre o Cristianismo e a heresia marxista.²⁴

As idéias dos ciclos, das fases, da descoberta de leis inexoráveis redundaram, ainda, na linha de Hegel, Kojève, Fukuyama, no “fim da história”, no sentido de uma idéia hegemônica mundial, logo após o desmoronar do socialismo soviético com o declínio e fim da União Soviética.²⁵

No entanto, no plano terreno ou da existência material do homem é impossível uma lei que venha a explicar a história.

A divinização da história já se tornara uma consequência necessária nas Escrituras do povo judeu²⁶, mas a possibilidade de um fim libertador definitivo somente se permite na visão escatológica do Cristianismo.

Santo Agostinho firmou uma concepção contra a lei do eterno retorno presente em tantos mitos (Fênix, Prometeu), sempre uma destruição e regeneração do cosmos, para em lugar dessa monocórdica repetição apontar para o verdadeiro fim dos tempos. A História tem um sentido, não é um eterno retorno, não se move em círculos. O tempo é linear, não cíclico.²⁷

A explicação cíclica, apesar da genialidade de seus inventores gerou, pelo menos, uma grave consequência, qual seja a de que uma era posterior é melhor do que a anterior, que o homem de hoje superaria o de ontem e o de amanhã estaria acima de nossa contemporaneidade.

24 Sobre o diálogo, v. G. Cottier. *Cristãos e Marxistas. Diálogo com Roger Garaudy*. Porto, Brasília Editora, 1968.

25 Cf. Francis Fukuyama. *O Fim da História e o Último Homem*. Trad. Aucyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro, Rocco, 1992; e tb. Ronaldo Poletti. *O Conceito Jurídico de Império*. Brasília, Consulex, 2009, pp. 224 e segts.

26 Cf. Richard Tarnas. *A Epopéia do Pensamento Ocidental*. Trad. Beatriz Sidou. 6 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003. pp. 114 e segts.

27 Cf. Jacques Maritain, op. cit. p. 18, tendo em vista *A Cidade de Deus*, de Agostinho.

A idéia dos ciclos, como a do fim da história na perspectiva profana e não sagrada, leva o homem a esperar um paraíso terrestre, até como fruto de uma revolução, transformando o contemporâneo e o homem do passado, todos anteriores ao momento da salvação terrestre, para usar a expressão de Berdiaeff, em meros adubos para a felicidade das gerações futuras.

O homem é o sujeito da história e ao mesmo tempo um ser histórico. Cada época pode recolher um passado para si, ao fito de aprimorar-se. A questão, todavia, está em que Deus ofereceu ao homem as alternativas possíveis e ele, homem, ao escolher o seu próprio caminho, o da liberdade, assumiu a responsabilidade de seus atos. O homem é o responsável por todos os males e daí ser portador de todas as esperanças. Se ele criou a guerra, a peste, a fome, a morte, todos os cavaleiros do Apocalipse, será capaz de extinguir todos os males e de desconstituir a própria escravidão. Apesar de todas as condições e circunstâncias, não é a história que engendra o homem, mas o homem é que faz a história, de igual maneira que o homem não é fruto da sociedade, mas esta é que decorre da natureza e da criatividade humana. O único caminho possível, único progresso factível é o da consciência moral. Nesse sentido, apesar de todos os terríveis percalços, há uma perspectiva otimista na avaliação de como a humanidade, ou parte considerável dela, tem revelado uma série de normas positivadas ou não, fruto da dogmática jurídica ou de direito natural, normas indicadores da valorização da vida e da dignidade da pessoa.

Com esse intuito – o de ajudar à tomada da consciência histórica e do aprimoramento moral do homem a favor da pessoa humana – é que como muita honra que pretendo participar dos trabalhos deste Instituto, voltado para os interesses do Brasil na comunhão de todos em Brasília.

BRASÍLIA, PATRIMÔNIO NACIONAL E MUNDIAL

VERA RAMOS¹

Foi um desafio sem precedentes construir Brasília e é um desafio permanente protegê-la. Para vencermos esse desafio, é imprescindível sermos, no mínimo, corajosos e competentes como nossos ilustres pioneiros.

Brasília representa um marco na história do Brasil e na história do urbanismo e da arquitetura internacionais. Introduziu um novo modo de viver numa nova concepção de cidade. O plano urbanístico de Lúcio Costa representa um salto qualitativo sob diversos aspectos. A construção de nossa moderna capital - cidade - parque foi marcada também pelas novas técnicas construtivas utilizadas e pelos planos revolucionários nas áreas de educação, saúde e abastecimento.

Além de inovador, seu urbanismo traduz uma referência ética: o princípio da supremacia do interesse público sobre os interesses individuais, que é representado pela predominância das generosas áreas verdes e livres sobre os espaços privados e edificados. Portanto, as áreas verdes fazem parte do plano urbanístico, têm função ambiental e de lazer e nos ensinam a valorizar o que é público, isto é, de todos nós e das futuras gerações.

No Brasil e no mundo, o urbanismo busca unir cidade e na-

¹ Acadêmica e 1ª Vice-Presidente do IHG-DF
Cadeira nº 34 - Patrono: Ernesto Ule

tureza. Em Brasília isso acontece. No Brasil e no mundo, os habitantes de metrópoles almejam melhor qualidade de vida. Brasília pode proporcionar isso: recursos de cidade grande e qualidade de vida de cidade pequena.

E as inovações não pararam por aí: o Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico de Brasília foi o primeiro bem contemporâneo reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade, em 1987, pois até aquele momento somente bens culturais seculares ingressavam na lista. Outra inovação: Brasília é a única cidade do século XX tombada pelo IPHAN. E mais: está protegida por um tombamento de caráter urbanístico, diferente e mais flexível do que o tombamento arquitetônico usual. A área sob proteção abrange 112,25 km², a mais extensa do mundo enquanto sítio urbano tombado.

De acordo com a UNESCO, Brasília é exemplo de concepção urbana materializada no século 20, expressando princípios do movimento moderno, por meio de sua concepção urbanística e arquitetônica de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, em uma escala urbana de cidade. A experiência brasileira é digna de nota devido à magnitude da ação, que não apenas concluiu um processo histórico, mas também pela natureza excepcional do desafio assumido em sua construção e pela dimensão do projeto político, social, intelectual e territorial que ela transmitiu.

Como bem cultural, o Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico de Brasília está protegido em três instâncias de poder: distrital, federal e mundial, por meio de legislações de caráter geral e específico, com destaque para:

- Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

- Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 (Lei Santiago Dantas), que dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal;
- Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988;
- Lei Orgânica do Distrito Federal, de 8 de junho de 1993;
- Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, parcialmente alterada pela Lei Complementar 854, de 15 de outubro de 2012;
- Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987, que regulamenta o art. 38 da Lei nº 3751, de 13 de abril de 1960 (Lei Santiago Dantas) e Tombamento Distrital, em 19/11/91, com Inscrição no Livro III, de Conjuntos Urbanos e Sítios Históricos do Distrito Federal, sob o nº 03;
- Resolução da UNESCO, que determinou sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, em 7 de dezembro de 1987;
- Portaria nº 314/IBPC, atual IPHAN, de 14 de outubro de 1992, que regulamenta o Tombamento Federal, em 14 de março de 1990, com Inscrição no Livro do Tombo Histórico, nº 532.

A forma de proteção pelo tombamento é inédita, mediante as escalas urbanas configuradas na cidade: escalas monumental, residencial, gregária e bucólica. E o que são escalas urbanas? O termo *escala* é utilizado pelos arquitetos para estabelecer ordens de grandeza entre as coisas. As escalas urbanas são determinadas pelas relações de tamanho entre as pessoas e as edificações, assim como pelas relações de proporção entre as áreas construídas e os espaços vazios e entre as próprias massas construídas. Algumas edificações, como as obras de Oscar Niemeyer e outras, são protegidas também pelo tombamento arquitetônico.

Brasília é luz, céu, horizonte, asas, espaços abertos, áreas verdes, eixos, vias, tesourinhas, superquadras, entrequadras, blocos, pilotis e palácios. Essas características constituem a identidade da cidade e devem ser preservadas, bem como os conceitos e valores relacionados.

Entretanto, apesar do reconhecimento de valor nos níveis nacional e mundial, é grande a falta de informação de brasilienses e brasileiros sobre a concepção urbanística de Brasília. Tanto com relação à sociedade em geral quanto no âmbito da administração pública e dos poderes legislativo e judiciário. Some-se a isso a falta de uma decisão convicta, uma verdadeira opção por preservar.

Nesse cenário, as pressões econômicas e sociais se intensificam, ameaçando e comprometendo a autenticidade e integridade do Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico de Brasília. Propostas equivocadas e nocivas se sucedem com incrível rapidez, descaracterizando a cidade a cada dia. A excessiva concentração de empregos e serviços e a ineficiência dos meios de transporte coletivo, dentre outros fatores, dão origem a inúmeras agressões ao nosso patrimônio e exigem soluções emergenciais.

É preciso lembrar que o plano urbanístico de Lúcio Costa não se encontra totalmente implementado, o que reduz os benefícios que poderia proporcionar a seus habitantes e usuários. Em todos esses anos, por exemplo, o centro urbano e as unidades de vizinhança não chegaram a ser consolidados conforme previsto, provocando sérias distorções no plano urbanístico.

O centro urbano é constituído pela Plataforma Rodoviária e os setores situados no entorno do cruzamento dos Eixos Monumental e Rodoviário, que compõem a escala gregária: são os setores comerciais, bancários, de autarquias, hoteleiros, de rádio e televisão, médico-hospitalares e os dois setores de diversões. De acordo com o plano urbanístico, esse deve ser o espaço urbano mais densamente utilizado e propício ao encontro, destinado ao trabalho e às diver-

sões coletivas, onde podem ocorrer diversas atividades. Entretanto, esses setores não vêm sendo utilizados integralmente como previsto e à noite se transformam em locais desertos e perigosos. Enquanto isso, grandes bares, restaurantes e outros estabelecimentos de maior porte se concentram indevidamente nos comércios locais causando transtornos às áreas residenciais.

A unidade de vizinhança, ou área de vizinhança, é a estrutura urbana formada pelo conjunto de quatro superquadras e suas entrequadras destinadas ao uso comunitário, com atividades educacionais, culturais, religiosas, desportivas, de lazer, de administração pública e, ainda, aos comércios locais. Integra a escala residencial e visa a estabelecer, no entorno imediato das superquadras, com acesso a pé pelo morador, os demais tipos de usos que atendem ao uso residencial. Como sabemos, a primeira e única unidade de Vizinhança integralmente construída em Brasília é formada pelas Superquadras Sul - SQS 107, 108, 307 e 308 e foi concluída quando da inauguração da cidade. As demais áreas de vizinhança incompletas comprometem em muito o novo modo de viver proporcionado pelas superquadras e a qualidade de vida dos moradores. A inexistência daquelas atividades junto à residência faz com que o carro seja utilizado, aumentando o número de veículos no trânsito e agravando a falta de estacionamentos.

Entretanto, apesar dos inúmeros problemas, a qualidade de vida que a cidade ainda oferece é reconhecida por todos. Isso se dá, principalmente, em decorrência dos excelentes atributos de seu urbanismo e da proteção pelo tombamento. Mas a população não está ciente dos fatores que precisam ser preservados para que essa qualidade de vida não se deteriore irreversivelmente. Em contrapartida, inexistem ações oficiais de educação patrimonial. Assim, não se pode protelar mais a implementação de ações eficazes e sistemáticas de promoção do patrimônio, iniciando-se pela obrigatoriedade da educação patrimonial nas escolas.

Por meio da informação, todos compreenderão a lógica do urbanismo de Brasília e alguns mitos serão derrubados como, por exemplo, que o tombamento é um problema e que engessa a cidade. O tombamento de Brasília não impede o desenvolvimento qualitativo e, sim, o crescimento quantitativo. O desenvolvimento urbano qualitativo e a preservação do patrimônio cultural são perfeitamente possíveis e compatíveis, se houver vontade política, visão, sensibilidade, conhecimento e, sobretudo, reconhecimento pelo que Brasília representa. O planejamento urbano pode e deve ser utilizado como um instrumento de proteção, estabelecendo formas de preservação do patrimônio de acordo com os princípios ditados pela legislação de proteção.

A preservação de um patrimônio contemporâneo e inédito como Brasília é ainda mais desafiadora. Brasília é uma cidade diferente e não pode ser tratada como uma cidade tradicional. Não basta querer preservar, é preciso saber como preservar. É imprescindível dotar o Distrito Federal de instrumentos jurídicos e institucionais que assegurem a proteção de seu patrimônio cultural.

Como Estado-Parte, o Governo Brasileiro deve honrar os compromissos assumidos junto à Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO, cumprindo e fazendo cumprir o disposto nas legislações de proteção do Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico de Brasília.

Porém, para a efetiva proteção desse patrimônio nacional e mundial é preciso, acima de tudo, sensibilizar e conscientizar a sociedade sobre a importância da preservação, pois só quem conhece e entende, dá valor, respeita e protege.

Nesse sentido, o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal vem, com muito orgulho, fazendo a sua parte. Com a divulgação da história e da geografia e ações de educação patrimonial, estamos contribuindo para preservar Brasília e sua memória.

A VERDADEIRA DATA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

WILLIAM ALMEIDA DE CARVALHO¹

I - Introdução

O intuito desse artigo não é o de demolir a data do Sete de Setembro, quando se comemora a Independência do Brasil – data magna da nacionalidade, em um país tão pobre de símbolos nacionais. Busca-se, no entanto, repor e reconstituir a imagem de uma realidade histórica que, a nosso ver, sofreu uma distorção muito grande, principalmente entre os historiadores maçônicos. Podemos, devemos – e ai de quem assim não o fizer – continuar a enaltecer o fato e nos emocionar com o Grito do Ipiranga. Os maçons brasileiros são detentores de informações estratégicas dos acontecimentos da Independência do Brasil, pelo fato de a maçonaria da época estar imbricada com o desenrolar íntimo dos acontecimentos. Em linguagem moderna, pode-se afirmar que a maçonaria era a vanguarda do movimento da Independência do Brasil. Com a inexistência de partidos políticos para articular, coordenar e mobilizar o povo e as elites, a maçonaria agiu, individual e institucionalmente, como um verdadeiro partido político da Independência. Os maçons daquela época juravam, ao ingressar

¹ Acadêmico do IHG-DF – Cadeira nº 111
Patrono: Joaquim Felício dos Santos

na maçonaria, além dos juramentos de praxe, o de realizar a independência do Brasil. Esse artigo visa, pois, a reconstituir historiograficamente o verdadeiro desenrolar dos acontecimentos para que os historiadores maçônicos e os maçons do Grande Oriente do Brasil – guardiães das atas da fundação do Grande Oriente do Brasil – possam bem entender para, conscientemente, reverenciar o que se passou naqueles conturbados dias. Nós estávamos tão perto dos acontecimentos que temos a obrigação e o dever moral de dar à Nação a nossa visão dos acontecimentos.

II – Sarna para se coçar

Estava preparando uma palestra sobre o “Sete de Setembro e a Maçonaria” para minha loja Eqüidade & Justiça nº 2.336, quando fui trocar idéias com meu Ir. e confrade Alberto Ricardo Schmidt Patier, maçónólogo erudito e heraldista emérito, em busca de possível ângulo novo para abordagem do assunto. Disse a Patier estar investigando sobre as cores da Bandeira Nacional adotadas após o 7 de Setembro. Informa-se no ensino fundamental, que o verde representa nossas florestas e o amarelo é o ouro de nossas minas. A verdade, contudo, manda-nos dizer que o verde é a cor da Casa dos Braganças e o amarelo é a cor dos Habsburgos, de que provém a Imperatriz Dona Leopoldina. Pesquisava-se a proveniência do amarelo. Como a cor da Casa de Lorena foi encrustada no Império Austro-Húngaro? O casamento de Francisco Estevão, duque de Lorena e arquiduque da Toscana com a Imperatriz Tereza Cristina, nos primórdios do século XVIII, levou a cor amarela para a Casa de Áustria. Convém ainda salientar que o duque de Lorena foi o primeiro príncipe de sangue real a ser iniciado na maçonaria no continente europeu em 1731 e teve, como iniciante, o nosso Desaguliers quando encontrava em Haia, na Holanda (Carvalho, pg. 24). Herr Patier sugeriu-me, entretanto, estudar a heráldica da

época da Independência já que lá estavam alguns aspectos que os historiadores, maçônicos ou profanos, por não mais dominarem a arte e a ciência da heráldica, não dispensaram a elas a devida atenção. Sobre o assunto, indicou-me um arguto artigo da editoria de pesquisa do jornal maçônico Egrégora nº 9 de jun/ago de 1995, intitulado Independência e Bandeiras. Tempos depois, descobri ser o artigo da lavra de Herr Patier que, por excesso de modéstia, não quis assiná-lo. Armado dessa munção heráldica, pude, agora reconstituir alguns fatos que, iluminados por esse velho/novo holofote, conseguem dar sentido aos acontecimentos da época. Presume-se, serem eles inusitados e originais não só para os historiadores maçônicos como também para os profanos.

III – O Cerne da Questão

Dizem os mais místicos que Deus (ou o diabo) posta-se onde se cruzam as informações. Os grandes avanços militares da II Guerra Mundial se deram quando se ligou infantaria + aviação. Da aviação embarcada, resultou o avanço do paraquedismo; da infantaria + marinha desenvolveu-se a tropa anfíbia e assim sucessivamente. A secretária de um Presidente interliga muito mais informação do que um Ministro ou o Diretor de uma firma e, portanto, por deter mais dados, possa talvez, se souber usá-los, obter poder imensurável. A verdadeira pergunta, pois, há de ser a seguinte: a independência do Brasil se deu realmente no dia 7 de Setembro ou no dia 12 de Outubro, data da “Aclamação de D. Pedro”?

Liga-se, doravante, a questão acima a outra de cunho mais heráldico: durante o Brasil Império (1º e 2º) houve uma ou duas Bandeiras e Armas Nacionais? Pensa-se que ao responder à segunda pergunta, ilumina-se magistralmente, como nunca, a primeira questão. Desde a vinda da Família Real portuguesa em

1808, o Brasil começou seu processo de independência do Reino de Portugal. A data da abertura dos portos do Brasil ao comércio direto com as nações amigas, em 28 de janeiro de 1808, em Carta-Régia assinada pelo Príncipe-Regente D. João, pode ser vista como o marco inicial nesse processo de independência. O segundo marco, importantíssimo, no processo, foi a elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves, com direito à bandeira e ao escudo, eliminando-se, pelo menos formalmente, o status colonial, devido à carta de lei de 13 de maio de 1816, assinada, já agora pelo rei D. João VI, e que, segundo um comentário de Varnhagen, (História Geral do Brasil, vol.V, pg. 140) depreende-se o seguinte:

“Dando-lhe por armas a esfera armilar manuelina, com as quinas, armas que já encontramos no século anterior, v.g. em moedas da África portuguesa de 1770 (1/4 de macuta). Por carta de lei de 13 de Maio de 1816: I – Que o Reino do Brasil tenha por Armas huma Esféra Armillar de Ouro em campo azul. – II - Que o escudo Real Portuguez, inscrito na dita Esféra Armillar de Ouro em campo azul, com huma Corôa sobreposta, fique sendo de hoje em diante as Armas do Reino Unido de Portugal, e do Brasil, e Algarves, e das demais partes integrantes da Minha Monarquia. III – Que estas novas Armas sejam por conseguinte as que uniformemente se hajão de empregar em todos os Estandartes, Bandeiras, Sellos Reaes, e Cunhos de Moedas, assim em tudo mais, em que até agora se tenha feito uso das Armas precedentes”.

Nem bem se passaram cinco anos da criação da bandeira e do escudo criado por D. João VI e, ainda em 1821, as Cortes Constituintes Portuguesas decretaram que o campo da Bandeira

do Reino Unido fosse azul-e-branco, “por serem as cores do escudo de D. Henriques”. E mais, considerado aqui um acinte para os brasileiros, que dela se eliminasse a esfera armilar, como se a Bandeira Constituinte não representasse mais o Reino Unido ou dele fosse excluído o Reino do Brasil. A volta de D. João VI a Portugal em 3 de julho de 1821 precipitou os acontecimentos no Brasil. O ‘Fico’ em 9 de janeiro de 1822, um ato de rebeldia de D. Pedro em relação às Cortes opressoras de Lisboa e não a seu pai que era, também, virtual prisioneiro das mesmas, inclui-se no mesmo processo de independência.

IV – A Heráldica Ilumina a História

Em 7 de setembro, quando D. Pedro regressava de Santos, ao receber às Margens do Riacho do Ipiranga, os Correios da Corte, com as últimas notícias em relação à sua figura e ao Brasil - e com as cartas da princesa Leopoldina e de José Bonifácio -, irado, teria proferido o Grito que separava o Reino do Brasil do de Portugal. Ainda no dia 7 de setembro, D. Pedro foi aclamado no Teatro da Ópera de São Paulo, com três “Viva o Primeiro Rei do Brasil”. Retorna ao Rio de Janeiro na noite de 14 de setembro. O processo de independência havia galgado mais um degrau, mas ainda não estava completo, pois em todos os decretos, alvarás, provisões e demais diplomas governamentais até o dia 12 de outubro, quando aí sim é proclamado Imperador, inclui-se sempre a seguinte fórmula: “...o Reino do Brasil, de quem sou o Regente e Perpétuo Defensor...” ou ainda “com a rubrica de sua Alteza Real o Príncipe Regente. Em 18 de setembro de 1822 exara-se o decreto que determina a adoção do Brasão de Armas e da Bandeira Nacional do novo Reino. Não se deve esquecer de que as Cortes tinham rebaixado o Reino do Brasil, pelo menos, na Bandeira da Constituinte. O Príncipe-Regente deveria instituir nova Bandeira,

mas tudo sob a tutela de seu Augusto Pai. Uma Nação com Dois Reinos. A ruptura total só viria a acontecer em 12 de outubro. A heráldica esclarece esse processo gradativo de independência de maneira exemplar, como se pode observar pela sua íntegra:

Havendo o Reino do Brasil, de quem sou Regente e Perpetuo Defensor, declarado sua Emancipação Política, entrando a ocupar na Grande Família das Nações o lugar que justamente lhe compete como Nação Grande, Livre e Independente; sendo por isso indispensável que elle tenha hum Escudo Real D'Armas, que não só o distinguão das Armas de Portugal e Algarves até agora reunidas, mas que sejam características deste rico e vasto continente; e Desejando Eu que se conservem as Armas que a este Reino forão dadas pelo Senhor Rei Dom João VI, Meo Augusto Pay, na Carta de Ley de 13 de Maio de 1816 e ao mesmo tempo Rememorar o primeiro Nome que lhe foi imposto no seu feliz Descobrimen-to e Honrar as dezenove Províncias comprehendidas entre os Grandes Rios, que são seus limites naturaes e lhe formão sua integridade que Eu Jurei sustentar: Hey por bem, e com o Parecer de Meo Conselho d'Estado, Determinar o seguinte: - Será d'ora em diante o Escudo deste Reino do Brasil, em campo verde huma esphera Armilar de ouro atravessada por uma Cruz da Ordem de Christo, sendo circulada a mesma Esphera de dezenove Estrelas de prata em uma orla azul; e firmada a Coroa Real Diamantina sobre o Escudo, cujos lados serão abraçados por dois ramos das plantas de Caffé e Tabaco, como Emblemas de sua riqueza comercial, representados na sua própria cor e ligados na sua parte inferior pelo Laço da Nação. A Bandeira Nacional será composta de hum parallelogramo verde e nelle inscrip-

to hum quadrilátero rhomboidal côr de ouro, ficando no centro deste Escudo das Armas do Reino do Brasil. – José Bonifácio de Andrada e Silva, do Meo Conselho de Estado e do Conselho de Sua Magestade Fidelíssima o Senhor Rey Dom João Sexto e Meo Augusto Pay, e Meo Ministro e Secretário de Estados de Negócios do Reino e Estrangeiros, o tenham assim entendido e faça executar com os Despachos necessários. – Paço em 18 de setembro de 1822. – (ass.) Príncipe-Regente. – José Bonifácio de Andrada e Silva. (Col. De Leys do Brasil de 1822).

Fica claro por este decreto que o Reino do Brasil não aceita o guante das Cortes Constitucionais de Lisboa, Possui agora uma Coroa Real Diamantina, tornando impossível a volta do Reino ao status de Colônia, o Príncipe-Regente governa em nome do Senhor Rey D. João VI que, dependendo da pressão nacional e popular poderá cortar os laços que o unem ao Seo Augusto Pay. Precisava, pois, cavalgar a pressão da maçonaria radical de Gonçalves Ledo sem esquecer o brocardo de Nabuco: “Não se faz a revolução sem os radicais, mas não se governa com eles”. Como já tinha sido eleito Arconte-Rei no Apostolado de José Bonifácio, trata-se agora de ser Grão-Mestre da Maçonaria do arraial do Ledo. É o que consegue, pois, antes do dia 12 de outubro, a 17ª Ata do Grande Oriente do Brasil diz ter ele tomado posse como Grão-Mestre. Deixa-se de apresentar a data, uma vez que os historiadores maçônicos e profanos não chegaram a um acordo sobre o calendário utilizado “pois todo mundo mexe naquela folhinha”. Qual a verdadeira data: 28 de setembro, 4 ou 7 de outubro? Deixa-se o esclarecimento para o futuro.

Importa é que nenhuma ata após o 7 de setembro até a última (19ª) faz menção ao mesmo. Tal fato deixa os historiados-

res maçônicos atônitos, pois não souberam usar a heráldica para explicar os acontecimentos. No dia de seu natalício, D. Pedro foi aclamado Imperador com pompa e circunstância – o 12 de outubro de 1822 – data da verdadeira independência *urbe et orbi*. Exarou o seguinte decreto, publicado no dia seguinte:

Hey por bem Ordenar que, da data deste para o futuro, se use nos ditos Tribunaes e mais Repartições Públicas geralmente do título de Magestade Imperial, quando no expediente dos Negócios se referem à minha Augusta Pessôa; que nas Provisões se principie pela formula seguinte: Dom Pedro, pela Graça de Deos e unanime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor dos povos; Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Império do Brasil; Faço saber, etc. – E que nos Alvarás se use da seguinte: Eu, o Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil; Faço saber, etc. Os ditos Tribunaes, Repartições e Autoridades constituídas, a quem pertencer a execução deste Meo Decreto Imperial, o tenham assim entendido e fação executar. – Paço em 13 de outubro de 1822. (Ass.) O Imperador. José Bonifácio de Andrada e Silva. (Col. De Leys do Brasil de 1822).

Agora sim, o ex-Príncipe-Regente assumira a sua condição de Imperador e cortara, definitivamente os laços que o amarravam a Seo Augusto Pay. Daí em diante, aclamado, apropria-se de todas as funções de estadista autônomo e independente. Não há de se esquecer do clima conturbado que a recém-nação estava vivendo: os mineiros irriquetos; as tropas de Ávilez e Madeira em pé-de-guerra, um ramo maçônico republicano à espreita de melhores dias; diversas províncias não tinham ainda respondido ao

apelo imperial. Em suma, as lealdades ainda estavam divididas. Numa das cartas recebidas às margens do Riacho do Ipiranga no 7 de setembro, a princesa Leopoldina alertava: “(...) As notícias de Lisboa são péssimas: 14 batalhões vão embarcar nas três naus; mando-se imprimir suas cartas, e o povo lisbonense tem-se permitido toda a qualidade de expressões indignas contra sua pessoa; na Bahia entraram os 600 homens e duas ou três embarcações de guerra; e nossa traidora Esquadra ficou de boca aberta olhando para elas. Na cidade do Rio têm produzido estas notícias o maior alvoroço. – Os Ministros de Estado lhe escrevem esta carta aqui inclusa e assentouse não mandar os navios para o Sul, porque o Lecor se desmascarou como Maroto, e era capaz de embarcar a tropa para Santa Catarina; a sua vinda depois decidirá se sempre quer mandá-los” (Varnhagen, pg. 212). Imagine-se o que se passava no coração e na mente de um jovem que acabara de completar 24 anos no dia de sua aclamação. Finalizando, para apagar o holofote heráldico, no dia 1 de dezembro, data de sua coroação como Imperador, D. Pedro assinou seu primeiro decreto substituindo a Coroa Diamantina pela Coroa Imperial e estabelecendo a Bandeira que durou até a Proclamação da República:

Havendo sido proclamado com a maior espontaneidade dos povos a Independência política do Brasil, e a sua elevação à cathegoria de Império pela minha solemne Acclamação, Sagração e Coroação, como seu Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo: Hei por bem Ordenar que a Corôa Real que se acha sobreposta no Escudo d’Armas, estabelecido pelo Meo Decreto de 18 de Setembro do corrente anno, seja substituída pela Corôa Imperial, que lhe compete, a fim de corresponder ao gráo sublime e glorioso em que se acha constituído este rico e vasto continente. – Paço, 1º de Dezembro

de 1822, 1º da Independência e do Império. Ass.) – O Imperador. – José Bonifácio de Andrada e Silva. (Col. De Leys do Brasil de 1822).

As duas bandeiras podem ser vistas nas figuras anexas: i) a Bandeira do Brasil Reino e ii) a Bandeira do Brasil Império. A primeira durou 35 dias, do 7 de setembro até 12 de outubro e a segunda de 12 de outubro de 1822 até o 15 de novembro de 1889, data da Proclamação da República, ou seja 67 anos. Esclarecidos esses pontos, passa-se a apontar as perplexidades dos historiadores maçônicos no tocante aos fatos apontados acima. Os profanos ficam para uma segunda oportunidade.

V – A Perplexidade dos Historiadores Maçônicos

Vários escritores e historiadores maçônicos, por não entenderem o relatado acima sobre a diferença entre o Brasil Reino e o Brasil Império, cometem as maiores barbaridades nas suas interpretações. Começa-se pelo mais furibundo historiador maçônico – A. Tenório d’Albuquerque. Apesar de já ter dado um grau 33 a Tiradentes antes da formação do Rito Escocês Antigo e Aceito, no seu opúsculo José Bonifácio – o Falso Patriarca, deita a seguinte verrina: “(...) Um fato há, de excepcional gravidade, praticado por José Bonifácio, como Ministro, a que ainda não vimos a menor referência por parte dos nossos historiadores, aprendizes ou Mestres.

José Bonifácio escamoteou a nossa Independência. Ele a ocultou indevidamente aos países estrangeiros, talvez ainda com a ilusão – que ilusão! – de ver realizado o seu ideal de Reino Unido Portugal-Brasil” (Albuquerque, pg. 83). “(...) Em 4 de outubro de 1822, José Bonifácio ainda escrevia para o estrangeiro sem tratar D. Pedro I de Imperador!!! Tal fato ocorreu já um mês e

meio depois da proclamação da Independência no Grande Oriente do Brasil e quase um mês depois do 7 de setembro! Insistimos em dizer: José Bonifácio era contrário à Independência do Brasil” (Albuquerque, pg. 87). No caso de Albuquerque não é bem perplexidade e sim incompetência historiográfica, pois seu fundamentalismo anti-José Bonifácio o leva a extrapolar o quadro da ciência histórica e ingressar na polêmica jornalística. Já os irmãos Ferreira – Manoel Rodrigues e Tito Lívio – introdutores dos malfadados conceitos de maçonaria azul e maçonaria vermelha, apesar de não serem apreciadores do Patriarca, pelo menos ficam perplexos com a incompreensão dos fatos vividos naquela época. A perplexidade começa com o Edital do Senado da Câmara do Rio do dia 21 de setembro de 1822, calcado no mesmo ofício que o mesmo Senado enviou ao de São Paulo no dia 17 de setembro. Tanto um como outro “também nada fala[m] sobre o ato do dia 7 de setembro em São Paulo, ignorando-o. Simplesmente diz que o Brasil estava dirigindo a grande obra da Independência. Nada mais” (Ferreira, pg. 239). Até D. Pedro recebe um puxão de orelhas dos irmãos Ferreira, fato inusitado, pelo menos na historiografia moderna: “No dia 22 de setembro de 1822, D. Pedro escreve a D. João VI: ‘Meu Pai e Senhor Tive a honra de receber de Vossa Magestade uma carta datada de 3 de agosto, na qual Vossa Magestade me repreende pelo meu modo de escrever e falar da facção luso-espanhola (se Vossa Magestade me permite, eu e meus irmãos brasileiros lamentamos muito e muito o estado de coação em que Vossa Magestade jáz sepultado); eu não tenho outro modo de escrever, e como o verso era para ser medido pelos infames deputados europeus e brasileiros do partido dessas despóticas Cortes executivas, legislativas e judiciárias, cumpria ser assim; e como eu agora, mais bem informado, sei que Vossa Magestade está positivamente preso...’ E continuava D. Pedro: “Embora se

decrete a minha deserção, embora se cometam todos os atentados que em Clubes Carbonários forem forçados, a Causa Santa não retrogradará, e eu antes de morrer direi aos meus caros brasileiros: Vede o fim de quem se expôs pela Pátria, imitai-me”.

E mais adiante continuava D. Pedro a chamar as Cortes de Lisboa de “facciosas, horrorosas, maquiavélicas, desorganizadoras, hediondas e pestíferas...” E terminava: “Peço a Vossa Magestade que mande apresentar esta às Cortes! às Cortes, que nunca foram gerais, e que são hoje em dia só de Lisboa, para que tenham com que se divirtam, e gastem ainda um par de moedas a esse tísico tesouro”. Dom Pedro se esquecia de que, tendo proclamado a Independência do Brasil, era chefe de uma Nação soberana e que, portanto, não podia mais enviar uma carta naqueles termos ao chefe de outra Nação, inclusive ao parlamento dessa outra Nação. Esqueceu-se D. Pedro de enviar um documento diplomático a D. João VI, comunicando a separação de ambos os Reinos” (idem, pg.241). O Senado da Câmara de São Paulo também não escapa à crítica dos irmãos Ferreira: “(...) Esta exigência sim, estava no ofício do dia 17 de setembro, dirigido pelo Senado da Câmara do Rio ao de São Paulo. Ressaltemos pois, a ingenuidade daquele Senado da Câmara de São Paulo, ainda expressando as tradições monarquistas de São Paulo, ao lamentar o estado de prisão em que se achava D. João VI em Lisboa (...)” (idem, pg. 249). As suas perplexidades também se voltam em direção à maçonaria: “(...) Na ata (do GOB) desse dia 7 de outubro, nada há também sobre o Grito do Ipiranga. Não foi feita menor referência à proclamação da Independência, feita por D. Pedro em São Paulo, exatamente um mês antes. Mais uma vez, evidencia-se que a Maçonaria ‘Vermelha’ ignorou o brado de ‘Independência ou Morte’, nome de uma ‘palestra’ do Apostolado ‘Azul’. (...) Na peça oratória, o Brigadeiro Alves Branco também não faz alusão ao Grito do Ipiranga” (idem, pg. 254).

VI - Conclusão

O Sete de Setembro somente começou a ser feriado nacional oficial a partir do Decreto nº 1.285 de 30 de novembro de 1853 quando se inicia o processo de montagem do imaginário coletivo sobre a independência num país tão pobre de ícones cívicos, tanto monárquicos quanto republicanos. Espera-se que essa contribuição da heráldica para a história possa esclarecer alguns pontos que causaram e ainda causam confusão, até os dias de hoje. Os maçons do GOB possuem um acervo inestimável de documentos históricos que exigem a sua exegese para esclarecer vários pontos, ainda obscuros, sobre a nossa independência. Está surgindo uma nova geração de maçons historiadores que poderão receber a tocha sagrada de Nicholas Aslan, Kurt Prober, José Castellani e tantos outros que engrandecem as pesquisas históricas maçônicas no Brasil contemporâneo. O momento é o de desmistificar alguns traços impingidos como história na mente dos maçons, procurando extrair os fatos das lendas apresentadas como verdades históricas. Este artigo insere-se nesse movimento e espera-se que tenha auxiliado a esclarecer um pedaço da controversa história da Independência do Brasil. Que outros venham a aprofundar, mais e mais, o nosso profundo acervo cultural. Basta de tomar partido entre José Bonifácio e José Gonçalves Ledo como se estivessem numa rinha de galos. Ambos deram a sua contribuição ao Brasil e à Maçonaria. Não eram anjos nem demônios, eram simplesmente homens lutando por aquilo em que acreditavam piamente. Basta de tribunais da Santa Inquisição, seja na história do Brasil ou universal, buscando julgar, muitas vezes sem muita base, como se viu acima, lançando anátemas contra pessoas ou instituições. Trata-se de ajudar os maçons não-historiadores a compreender e encaixar os nossos Pais Fundadores no seu momento histórico. A sorte está lançada, que venha a nova geração que possa destravar o Brasil.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, A. Tenório d', *José Bonifácio – O Falso Patriarca*, Ed. Aurora, Rio de Janeiro, s/d.

BHERING, Mário (org.), *Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XLIII-IV, Oficinas Graphicas da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1931.

BRANCO, Barão do Rio, *Efemérides Brasileiras*, Edição fac-similar da Gráfica do Senado Federal, Brasília, 1999.

CARVALHO, William D. A. de, *Jean Théophile Desaguliers (1683-1744)*, in *Minerva Maçônica - Revista de Cultura do GOB*, Ano II, Nº 6, Fev/Mar/Abr 1999.

CASTELLANI, José, *História do Grande Oriente do Brasil*, Ed. do GOB, Brasília, 1993. CASTELLANI, José, *Os Maçons e a Independência do Brasil*, Ed. Trolha, Londrina, 1993. COLEÇÃO LEYS DO BRASIL DE 1822, Imprensa Nacional.

EDITORIA DE PESQUISA, *Independência e Bandeiras – A Verdade sobre duas Questões Controversas*, Egrégora [jornal maçônico], Ano III, nº 9, Brasília, Jun/Ago 1995.

FAORO, Raymundo, *Os Donos do Poder – Formação do Patronado Político Brasileiro*, Ed. Globo, Rio de Janeiro, 1958.

FERREIRA, Manoel Rodrigues e Tito Lívio, *A Maçonaria na Independência Brasileira*, vol. II, Gráfica Biblos Ltda – Editora, São Paulo, 1972.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.), *O Brasil Monárquico – O Processo de Emancipação*, vol.III, tomo II, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1965.

CH'AN, Isa, *Achegas para a História da Maçonaria no Brasil – 1ª Parte Maçonaria Heróica*, ed. do autor, São Paulo, 1968.

CH'AN, Isa, *Achegas para a História da Maçonaria no Brasil – 2ª Parte - Maçonaria Política - 1823 até 1898*, ed. do autor, São Paulo, 1969.

LUSTOSA, Izabel, *Insultos Impressos – A Guerra dos Jornalistas na Independência 1821-1823*, Companhia das Letras, São Paulo, 2000.

LUZ, Milton, *A História dos Símbolos Nacionais, Gráfica do Senado da República*, Brasília, 1999. MÉLO, Mário Carneiro do Rego, *A Maçonaria e a Revolução Republicana de 1817*, Imp. Nery da Fonseca, Recife, 1912.

MENEZES, Manuel Joaquim, *Exposição Histórica da Maçonaria no Brasil, particularmente na Província do Rio de Janeiro, em relação com a Independência e a Integridade do Império*, Empresa Nacional do Diário, Rio de Janeiro, 1857 (livro raríssimo, o Barão queixava-se de não conhecê-lo).

OLIVEIRA, Joel Guimarães de, *Maçonaria e Independência – Um Estudo das Atas do Grande Oriente*, mimeo., Brasília, s/d.

RIBEIRO, João, *História do Brasil*, Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1964.

SEGURO, Visconde de Porto, *História Geral do Brasil*, 5 vols., Cia. Melhoramentos de S. Paulo, São Paulo, s/d.

STOLPER, E.E., *The Initiation of the Duke of Lorraine*, AQC 95, London, 1982, pg. 170. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, *História da Independência do Brasil*, MEC/INL, Brasília, 1972.

ANEXO I



ANEXO II



O EDITORIAL QUE MUDOU O GDF PARA TAGUATINGA

WÍLON WANDER LOPES¹

Construída para ser capital federal, Brasília acabou, por um equívoco que já dura mais de cinquenta anos, também funcionando como capital do DF. Com isso, sem um transporte público eficiente, passou a receber milhares de carros e pessoas, todos os dias o dia todo. Na grande maioria, usuários e funcionários do Distrito Federal, que se deslocam das cidades-satélites e de municípios do Entorno para prédios alugados pelo GDF, espalhados por todo o Plano Piloto.

O problema crescia e ninguém ousava sugerir uma solução. O editorial publicado em seguida, escrito pelo advogado, jornalista e escritor Wílon Wander Lopes, que é Conselheiro do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, em seu JORNAL SATELITE, mudou toda a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal, ou seja, todo o GDF, de fato, para Taguatinga. O Palácio do Buriti continuará sendo a sede do governo - para obedecer à Lei Orgânica e para recepções. Mas será em Taguatinga que as decisões distritais vão tomar corpo e passarão a ser fatos concretos.

Wílon acha que, hoje, a área ideal para o novo Buritinga,

¹ Acadêmico do IHG-DF – Cadeira nº 50
Patrono: Íris Meinberg

depois de tanto tempo passado e da conurbação da QNL, seria onde se situa a residência oficial do Governador, área que faz parte da chamada Grande Taguatinga. Ali passa o Metrô, a EPTG, ampliada pela Linha Verde, com muito mais tranquila acessibilidade. Mas o importante é que, a partir da mudança, Taguatinga será, de fato, a capital administrativa do Distrito Federal. E Brasília vai poder voltar a ser apenas, prioritariamente e bem mais desafogada, a capital federal do Brasil.

Eis o editorial histórico:

“Deslocamento diário dos trabalhadores: mais uma vez Taguatinga é a solução”

“Taguatinga nasceu antes de Brasília. Resultou da primeira “invasão” do Distrito Federal, intentada pelos candangos que já não cabiam na heróica Cidade Livre. Jogados ao lado da rodovia por onde vinham, os migrantes resolveram não aceitar a sugestão dos governantes locais, a antiga Novacap: voltar para suas terras de origem, pois que aqui já tinha gente demais.

Determinados, pediram ao presidente que os convocara um lugar para morar na terra onde estava sendo construída a nova capital. E contra a opinião de seus assessores, JK ordenou dar teto para os candangos. E nasceu Taguatinga, como solução...

Dois anos depois, inaugurada a capital nacional, para lá se mudaram os poderes da República, as embaixadas, os órgãos federais e seus funcionários atraídos pela “dobradinha” – o salário em dobro. E os candangos, aqueles que fizeram Brasília, onde ficariam? E foi Taguatinga que acolheu, mais uma vez, os excluídos, inclusive cedendo mais da metade do seu território, anos depois, para a implantação de Ceilândia, dividindo com os novos habitantes da terra tudo o que o seu

povo tinha conquistado, com muita luta. Mais uma vez, Taguatinga foi a solução.

Interessante que o povo foi levado para morar bem longe da capital federal, como se houvesse uma discriminação com os candangos. Não poderiam morar na Brasília que construíram. Mas o poder local, a Prefeitura de então, hoje Governo do Distrito Federal, não veio para onde o povo estava. Ao contrário, também ficou distante do povo, materialmente ocupando o coração da cidade feita para abrigar o poder federal. Uma distorção que se consolidou...

No governo Ornellas, por sugestão minha, chegaram a projetar, ao lado da rodoviária de Taguatinga, um centro administrativo para abrigar os órgãos do GDF aqui. Mas a área continua lá e o projeto ficou no mapa e na gaveta. Nunca mais se falou nisso...

E é assim, até hoje. Por incrível que possa parecer, todos os dias, criando problemas sérios de toda ordem, centenas de milhares de pessoas se deslocam de Taguatinga e de outras satélites para ir à sede da Capital Federal a fim de resolver problemas de ordem distrital.

Mais incrível, ainda, é que formam uma multidão de transportados os funcionários e os usuários dos serviços públicos locais. Saem daqui para se encontrar lá, em repartições instaladas em prédios alugados, na sua grande maioria, congestionando as rodovias e sofrendo todos os males desse deslocamento absurdo, sem sentido. Se estão aqui, se os problemas são daqui, por que ir para lá, onde a capital é federal?

Esse é o assunto que alguns políticos já levantaram, dando eco à voz do povo e até a manifestações de lideranças das cidades-satélites. Mas só na **época das campanhas**.

Quarenta e cinco anos depois que Brasília foi inaugurada, quarenta e sete depois da implantação de Taguatinga, os gover-

nantes do DF e do Brasil não atentaram ainda para esse absurdo. E o máximo que fazem para diminuir o problema, é mais rodovias, mais viadutos, mais passarelas...

Como não foi atacado o problema real, o transporte coletivo entrou em crise. Os ônibus não davam conta de transportar tanta gente, todo dia. E veio o Metrô. Não resolveu. Alargaram a EPTG. Fizeram a Via Estrutural. Não adiantou. E vieram as vans. E o problema aumentou...

É preciso que o povo, que tanto sofre nestes absurdos deslocamentos de todos os dias, exija dos governantes uma solução. E a solução é trazer os órgãos do poder local para a região de Taguatinga, onde a maior parte do povo está. Taguatinga, mais uma vez, se oferece como solução.

Brasília vai ficar mais leve, sem o tumulto dos que, contra a sua vontade, todos os dias têm que se deslocar, usuários ou funcionários dos serviços públicos distritais, para o cérebro das altas decisões nacionais. É simplesmente um absurdo! Um absurdo de quase meio século!

Que venham para Taguatinga e região os servidores públicos distritais. É aqui que eles são necessários. É aqui que o povo está. É aqui que os seus funcionários moram.

Brasília e seus valores ficarão preservados da faina diária desse deslocamento absurdo e cruel que gera tantos transtornos e sofrimentos.

Com certeza, JK aprovaria esta ideia. Já é tarde, mas ainda é tempo. O que os políticos estão esperando? Que Brasília se torne um inferno? Que o DF fique ingovernável?

Mais uma vez, cumprindo uma missão generosa e humana, Taguatinga é a solução!”



1 - O ANTIGO BURITINGA funcionou nos prédios do Segundo Batalhão da Polícia Militar, na QNG, em função de ideia de Wilson, por decisão do ex-governador José Roberto Arruda - (relativa à imagem ANEXO 1 – vista aérea do prédio do Segundo Batalhão da Polícia Militar)



2 - O NOVO BURITINGA, próximo à QNL, inaugurado prematuramente no governo Agnelo, aguarda os necessários investimentos em logística e infraestrutura para que passe a funcionar efetivamente (relativa à imagem ANEXO 2 – vista aérea do Buritinga)

RELAÇÃO NOMINAL DOS SÓCIOS ACADÊMICOS

ADALBERTO LASSANCE DE ALBUQUERQUE

PATRONO: Antônio Americano do Brasil

Cadeira nº: 38

ADISON DO AMARAL

PATRONO: Benjamin Constant

Cadeira nº: 103

ADONIAS DOS REIS SANTIAGO

PATRONO: Elias Brito Sobrinho

Cadeira nº: 44

AFFONSO HELIODORO DOS SANTOS

PATRONO: Juscelino Kubitschek

Cadeira nº: 76

AFONSO LIGÓRIO PIRES DE CARVALHO

PATRONO: Mário Augusto Teixeira de Freitas

Cadeira nº: 35

ALAOR BARBOSA DOS SANTOS

PATRONO: Domingos Velasco

Cadeira nº: 68

ALARICO OTTONI RAMOS VERANO

PATRONO: Guimarães Rosa

Cadeira nº:104

ALBENE M. MENEZES KLEMI

PATRONO: Tiradentes

Cadeira nº: 20

ALBERTO MARTINS DA SILVA

PATRONO: Deodoro da Fonseca

Cadeira nº: 10

AMADOR DE ARIMATHÉA

PATRONO: Salviano Guimarães

Cadeira nº: 91

ANDERSON BATISTA DE MELO

PATRONO: Djalma Polli Coelho

Cadeira nº: 22

ANDERSON BRAGA HORTA

PATRONO: Medeiros e Albuquerque

Cadeira nº: 46

ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA

PATRONO: Euclides da Cunha

Cadeira nº: 36

ANTONIO TEMÓTEO DOS ANJOS SOBRINHO

PATRONO: Clóvis Salgado da Gama

Cadeira nº: 08

ARNALDO SERAFIM

PATRONO: Aires da Mata Machado

Cadeira nº: 115

BRANCA BORGES GÓES (BAKAJ)

PATRONO: Olavo Bilac

Cadeira nº: 45

CARLOS FERNANDO MATHIAS DE SOUZA

PATRONO: João Capistrano de Abreu

Cadeira nº: 11

CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO

PATRONO: Ribeiro da Costa

Cadeira nº: 51

CELITA OLIVEIRA SOUSA

PATRONO: Pe. Primo Scussolino

Cadeira nº: 43

CLEUSA NEVES DA SILVA LOPES

PATRONO: Altamiro de Moura Pacheco

Cadeira nº: 96

CLODOMIR PADILHA ALVES DA SILVA

PATRONO: Ernesto Silva

Cadeira nº: 101

DANILO GOMES

PATRONO: Pe. Osvaldo Sérgio Lobo

Cadeira nº: 54

DARIO DE SOUZA CLEMENTINO

PATRONO: Pedro Aleixo

Cadeira nº: 105

DEMOSTENES TRES ALBUQUERQUE

PATRONO: Gen. Ernesto Dornelles

Cadeira nº: 28

DINAIR ANDRADE DA SILVA

PATRONO: Pedro Ludovico

Cadeira nº: 56

DINIZ ESTEVES

PATRONO: Aurélio de Lyra Tavares

Cadeira nº: 114

DORÁLIA DUARTE GALESSO

PATRONO: Cândido Mariano Rondon

Cadeira nº: 05

EUGÊNIO PEDRO GIOVENARDI

PATRONO: Gilberto Freyre

Cadeira nº: 94

FÁBIO DE SOUSA COUTINHO

PATRONO: Eurico Gaspar Dutra

Cadeira nº: 74

FAGUNDES DE OLIVEIRA

PATRONO: Lauro Sodré

Cadeira nº: 61

FERNANDO LOURENÇO FERNANDES

PATRONO: Domingos Jorge Velho

Cadeira nº: 41

FIDELIS PAULO DAMIÃO

PATRONO: Hekel Tavares

Cadeira nº: 65

FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO

PATRONO: Joaquim Nogueira Paranaguá

Cadeira nº: 58

FRANCISCO XAVIER DA SILVA GUIMARÃES

PATRONO: Adroaldo Mesquita da Costa

Cadeira nº: 59

GERALDO CAMPOS

PATRONO: José Maciel de Paiva

Cadeira nº: 63

GILBERTO AMARAL

PATRONO: Felinto Epitácio Maia

Cadeira nº: 60

HERMENEGILDO FERNANDES GONÇALVES

PATRONO: Santiago Dantas

Cadeira nº: 14

JAIRO VALLADARES PINTO

PATRONO: André Malraux

Cadeira nº: 66

JOÃO CARLOS TAVEIRA

PATRONO: Thomaz Antônio Gonzaga

Cadeira nº: 70

JOAQUIM CAMPELO MARQUES

PATRONO: Hipólito José da Costa

Cadeira nº: 30

JOAQUIM RORIZ

PATRONO: Bernardo Sayão

Cadeira nº: 09

JOSÉ ADIRSON VASCONCELOS

PATRONO: Francisco A de Varnhagen

Cadeira nº: 27

JOSÉ ANTÔNIO PRATES

PATRONO: Darcy Ribeiro

Cadeira nº: 29

JOSÉ CARLOS BRANDI ALEIXO

PATRONO: Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota

Cadeira nº: 72

JOSÉ CARLOS GENTILI

PATRONO: Dario Cardoso

Cadeira nº: 73

JOSÉ LUIZ DE MOURA PEREIRA

PATRONO: Barão de Mauá

Cadeira nº: 01

JOSÉ MARIA BEZERRA PAIVA (B. DE PAIVA)

PATRONO: Alphonsus Guimaraens

Cadeira nº: 107

JOSÉ SANTIAGO NAUD

PATRONO: Luiz Carlos Prestes

Cadeira nº: 77

LÉLIO VIANA LÔBO

PATRONO: Santos Dumont

Cadeira nº: 79

LENINE FIUZA LIMA

PATRONO: Pedro Américo

Cadeira nº: 80

LÉO DA SILVA ALVES

PATRONO: Oscar Niemeyer

Cadeira nº: 64

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA

PATRONO: Silvio Romero

Cadeira nº: 82

LUCILIA DE ALMEIDA NEVES DELGADO

PATRONO: Alvarenga Peixoto

Cadeira nº: 116

LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA CERQUEIRA

PATRONO: Edgard Roquete Pinto

Cadeira nº: 85

LUIZ CARLOS FONTES DE ALENCAR

PATRONO: João Alberto Lins e Barros

Cadeira nº: 75

LUIZ SOLANO

PATRONO: Gelmires Reis

Cadeira nº: 86

LUIZ VAN BEETHOVEN BENÍCIO DE ABREU

PATRONO: Duque de Caxias

Cadeira nº: 18

LUSITANO ABRANTES MALHEIRO

PATRONO: Vasco da Gama

Cadeira nº: 88

MANOEL SORIANO NETO

PATRONO: Everaldo Backeuser

Cadeira nº: 89

MÁRCIO COTRIM

PATRONO: Josué Montello

Cadeira nº: 90

MARCONE FORMIGA

PATRONO: Edílson Cid Varela

Cadeira nº: 49

MARIA DE SOUZA DUARTE

PATRONO: Pompeu de Sousa

Cadeira nº: 03

MÁRIO DE ALMEIDA

PATRONO: Júlia Kubitschek

Cadeira nº: 100

MARISTELA DE MELO NEVES

PATRONO: Jerônimo Coimbra Bueno

Cadeira nº: 57

MERCEDES GASSEN KOTHE

PATRONO: Florestan Fernandes

Cadeira nº: 108

MIGUEL SETEMBRINO E. DE CARVALHO

PATRONO: Viriato Correia

Cadeira nº: 120

NAPOLEÃO VALADARES

PATRONO: Carlos de Laet

Cadeira nº: 42

NINA TUBINO

PATRONO: Jofre Mozart Parada

Cadeira nº: 95

OSMAR ALVES DE MELO

PATRONO: Barão do Rio Branco

Cadeira nº: 130

PALMERINDA VIDAL DONATO

PATRONO: Atilio Fontana

Cadeira nº: 109

PAULO CASTELO BRANCO

PATRONO: Pedro Calmon

Cadeira nº: 81

PEDRO WILSON CARRANO DE ALBUQUERQUE

PATRONO: Bartolomeu Bueno da Silva

Cadeira nº: 12

ROBERTO MÁRIO DA SILVA CASTELLO

PATRONO: Marechal José Pessoa

Cadeira nº: 117

RONALDO COSTA COUTO

PATRONO: Antônio Francisco Lisboa

Cadeira nº: 128

RONALDO POLETTI

PATRONO: Donald Belcher

Cadeira nº: 48

SÉRGIO MÁRIO PASQUALI

PATRONO: João Batista Mascarenhas de Moraes

Cadeira nº: 33

TARCÍZIO DINOÁ MEDEIROS

PATRONO: José Bonifácio de Andrade e Silva

Cadeira nº: 06

VAMIREH CHACON DE ALBUQUERQUE NASCIMENTO

PATRONO: Joaquim Nabuco

Cadeira nº: 121

VERA LUCIA FERREIRA RAMOS

PATRONO: Ernesto Ule

Cadeira nº: 34

VICTOR JOSÉ DE MELLO ALEGRIA LOBO

PATRONO: Fernão Dias Paes Leme

Cadeira nº: 15

WASNY NAKLE DE ROURE

PATRONO: Cora Coralina

Cadeira nº 02

WILLIAM ALMEIDA DE CARVALHO

walmeida@embratel.net.br

PATRONO: Joaquim Felício dos Santos

Cadeira nº: 111

WILON WANDER LOPES

PATRONO: Íris Meinberg

Cadeira nº: 50

SÓCIOS FUNDADORES

Ari Cunha

SÓCIOS EMÉRITOS

Benjamin Roriz

Maria Luiza Dornas

Pedro Henrique Lopes Bório

SÓCIOS HONORÁRIOS

Antônio Soares Neto

Lilia Portugal Magnavita

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Antonio José Matias de Sousa

Eliana Pedrosa

Elson Cascão

Laudenor de Sousa Limeira

Luiz Imbroisi

Oswaldo Sergio Balbino dos Santos (Dinho)



Em apoio à sustentabilidade, à preservação ambiental, Pronto Editora Gráfica/ Kelps, declara que este livro foi impresso com papel produzido de floresta cultivada em áreas não degradadas e que é inteiramente reciclável.

Este livro foi impresso na oficina da PRONTO EDITORA GRÁFICA/ KELPS, no papel: Off-set LD 75g/m², composto nas fontes Minion Pro corpo 12; outubro, 2016

A revisão final desta obra é de responsabilidade dos organizadores